



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio - SRI
Esplanada dos Ministérios, Bloco D, Sala 303, Ed. Sede
Cep: 70043-900 Brasília/DF – Tel: (61) 3218.2468

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2009

CONTEÚDO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

A. CONTEÚDO GERAL

- 1. INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA**
- 2. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIDADE**
 - 2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade**
 - 2.1.a. Competência**
 - 2.1.b. Objetivos Estratégicos**
 - 2.2 Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais**
 - 2.2.a. Análise do mapa/plano estratégico da unidade ou do órgão em que a Unidade esteja inserida;**
 - 2.2.b. Plano de ação do exercício de 2009.**
 - 2.3 Programas sob a Responsabilidade da Unidade**
 - 2.3.a. Relação dos programas e suas principais ações;**
 - 2.3.b. Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações;**
 - 2.3.c. Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras.**
 - 2.4 Desempenho Operacional**
 - 2.4.a. Programação Orçamentária**
 - 2.4.b. Execução Orçamentária**
 - 2.4.c. Evolução de Gastos Gerais**
 - 2.4.d. Execução Física e Financeira das Ações Realizadas pela UJ**
 - 2.4.e. Indicadores de Desempenho ou Institucional**
- 3. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE**
 - 3.1 Composição dos recursos humanos;**
 - 3.2 Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra;**
 - 3.3 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade;**
 - 3.4 Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos.**
- 4. INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.**

5. INFORMAÇÃO SOBRE A INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.
6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES, BEM COMO A TÍTULO DE SUBVENÇÃO, AUXÍLIOS OU CONTRIBUIÇÃO.
7. INFORMAÇÕES SOBRE AS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADAS
8. DEMONSTRATIVO DE FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS, OCORRIDOS NO ANO E ACUMULADOS ATÉ O PERÍODO EM EXAME.
9. INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA.
10. INFORMAÇÕES SOBRE PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA DAR CUMPRIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU EXPEDIDAS NO EXERCÍCIO OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O CASO DE NÃO CUMPRIMENTO.
11. INFORMAÇÃO QUANTO AO EFETIVO ENCAMINHAMENTO AO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO DOS DADOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS AOS ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO, BEM COMO AOS ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO, EXIGÍVEIS NO EXERCÍCIO A QUE SE REFERE O RELATÓRIO DE GESTÃO, NOS TERMOS DO ART. 7º DA IN/TCU Nº 55/2007.
12. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS, BEM COMO SOBRE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS – SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA – SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI Nº 11.768, DE 14 DE AGOSTO DE 2008.
13. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS, PELOS RESPONSÁVEIS, RELEVANTES PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO.

B. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

1. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada.

1. INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

(Item 1 da Parte A do Anexo II da DN TCU Nº 100, DE 07.10.2009)

1. INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Tabela 1 – Identificação da UJ

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 0014
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio			
Denominação abreviada: SRI			
Código SIORG: 81088	Código LOA: 22101	Código SIAFI: 130020	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Agricultura			Código CNAE: 0161-0
Telefones/Fax de contato:	(061) 3218-2510	(061) 3225-3653	
Endereço eletrônico: sri@agricultura.gov.br			
Página da Internet: http://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios Bloco “D” 3º, andar, Brasília – DF – CEP: 70043-900			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 5.351, de 21 de janeiro de 2005, publicado no DOU de 24 de janeiro de 2005.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio – Portaria nº 44, de 22 de março de 2007.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
NÃO SE APLICA			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
-	NÃO SE APLICA		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
-	NÃO SE APLICA		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
130020	00001		

2. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIDADE

(Item 2 da Parte A do Anexo II da DN TCU Nº 100, DE 07.10.2009)

2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

2.1.a. COMPETÊNCIA

2.1.a. COMPETÊNCIA

O setor agropecuário brasileiro ocupa lugar de destaque na economia nacional. O aumento contínuo na produção gerada pelo setor traz reflexos positivos para a economia do país. Neste sentido, cabe destacar o saldo na balança comercial agropecuária que tem se mostrado historicamente positivo, contribuindo para o superávit da balança comercial brasileira, aumentando a credibilidade externa do país.

Esse cenário positivo tem no acesso ao mercado internacional uma condição fundamental para que o mesmo continue ocorrendo de forma sustentada. A existência de barreiras e/ou obstáculos no comércio internacional gera a necessidade de negociações constantes, quer seja para a manutenção de mercados em que o Brasil já está presente, quer seja para a abertura de novos mercados. Para tanto, é preciso negociar e firmar acordos, sejam eles bilaterais, regionais ou multilaterais, na tentativa de se obter maiores acessos para produtos nos quais o Brasil possui vantagens comparativas, mas que, via de regra, são altamente protegidos. Verifica-se, também, que a falta de ações específicas de divulgação do padrão de qualidade e sanidade dos produtos do agronegócio nacional tem limitado a competitividade e o aproveitamento de oportunidades de mercado.

Este fato inconteste que o Brasil vem desempenhando, cada vez mais, um papel preponderante no comércio internacional de produtos do agronegócio, exige do país uma atuação mais efetiva e coordenada para defender seus interesses. Para tanto, a Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio – SRI tem por objetivo dotar o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA de uma ferramenta institucional para a defesa e promoção do agronegócio brasileiro no mercado externo. A existência da SRI reflete o reconhecimento da importância do agronegócio para a economia nacional, no sentido de criar mecanismos para assegurar a correta e devida inserção deste setor no comércio internacional de produtos agropecuários.

Neste contexto, a SRI funciona, essencialmente, como núcleo estratégico na coordenação, promoção e supervisão dos assuntos relacionados à política externa para o agronegócio, assim como suas implicações para a elaboração das demais políticas sob a responsabilidade do Ministério. Para tanto, assessora o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e outros órgãos de Governo em assuntos dessa natureza e representa os interesses do agronegócio nacional nessa área em diferentes foros internacionais.

A Secretaria tem participação em várias frentes de negociações internacionais. No âmbito da Organização Multilateral do Comércio – OMC (negociações multilaterais), a SRI atua tanto no Comitê de Agricultura como no Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias. Nesses dois fóruns, discuti-se as políticas praticadas pelos países membros da OMC, constituindo-se em um mecanismo que visa dar transparência ao que os países fazem em termos de apoio ao setor doméstico de produção. Além disso, nesses dois Comitês procede-se, ainda, à revisão e ao aprimoramento das regras e disciplinas que são aplicadas ao comércio internacional.

No plano bilateral, a Secretaria tem ação decisiva na negociação de acordos sanitários e fitossanitários com diversos parceiros comerciais, os quais permitem a abertura de mercados para a exportação de produtos nacionais, como, por exemplo, carnes e produtos derivados. A SRI tem igual papel importante nas negociações que são conduzidas entre o MERCOSUL e diversos países e/ou blocos comerciais no sentido de criar áreas de integração comercial.

As atividades de promoção do agronegócio brasileiro no exterior têm como objetivo combinar ações institucionais, políticas, técnicas e comerciais em mercados estratégicos, abrangendo público multiplicador e formador de opinião, como autoridades governamentais, representantes setoriais, acadêmicos, imprensa e empresários locais. Tais ações buscam informar e esclarecer sobre os ataques internacionais sofridos pelo setor agropecuário brasileiro no exterior e a qualidade e sanidade do produto brasileiro. Além disso, divulga-se os setores do agronegócio brasileiro, assim como incentiva-se a aproximação entre empresários brasileiros e estrangeiros, visando à identificação de oportunidades de negócios e parcerias.

Ainda como parte das ações de promoção destaca-se as atividades relacionadas à organização interna para as exportações. Nesse sentido, são desenvolvidas ações com o objetivo de fomentar e acompanhar a integração contratual das cadeias produtivas para exportação, trabalhando com produtores, associações, cooperativas, agroindústrias e exportadores. Essas ações podem ser assim especificadas: a) AgroEx - Seminário do Agronegócio para Exportação (fomento da exportação do agronegócio); b) Agrolnt - Curso de Integração para Exportação (formação da cultura de integração contratual dos elos das cadeias produtivas do agronegócio para exportação); c) Passo a passo para Exportação - constituição de manual de procedimentos para exportação de produtos do agronegócio; e d) Desenvolvimento da Integração.

2.1.b. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

2.1.b. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos da Secretaria fazem parte de um conjunto mais amplo que é o mapa estratégico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Neste contexto, e em termos do PPA 2008-2011, o programa e as ações sob a responsabilidade da SRI estão relacionados com os seguintes objetivos estratégicos:

“Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio”

“Aprimorar a articulação do agronegócio e sua participação nas ações do MAPA”

“Promover o agronegócio e a imagem do MAPA”

O primeiro objetivo pode ser descrito como participar do desenvolvimento do país, ao fomentar a produção agropecuária, gerar emprego e aumentar a renda, principalmente no meio rural, trazendo estabilidade aos agentes do agronegócio. Além disso, contribuir para a interiorização do desenvolvimento, o incremento da arrecadação de impostos e a geração de excedentes exportáveis que impactam a balança comercial brasileira.

Em relação ao segundo objetivo, tem-se como descrição sucinta que trata-se de ampliar a participação proativa em negociações internacionais, para estabelecimento de regras e normas de comércio, visando à conquista de mercados para os produtos brasileiros.

No caso do terceiro objetivo, a descrição sucinta remete para contribuir para a maior inserção do agronegócio no mercado externo e para seu reconhecimento no mercado interno.

É importante mencionar que o primeiro objetivo acima mencionado trata-se do objetivo maior do plano estratégico do Ministério e, neste sentido, todos os demais objetivos para ele convergem. Este aspecto será melhor comentado no item seguinte deste relatório de gestão.

2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

**2.2.a. ANÁLISE DO MAPA / PLANO ESTRATÉGICO DA
UNIDADE OU ÓRGÃO EM QUE A UNIDADE ESTEJA
INSERIDA**

2.2. A. ANÁLISE DO MAPA/PLANO ESTRATÉGICO DA UNIDADE EM QUE A UNIDADE ESTEJA INSERIDA

Em termos de planejamento estratégico, a Secretaria de Relações Internacionais – SRI do Agronegócio é parte integrante do mapa estratégico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Nos parágrafos seguintes faz-se uma análise deste plano estratégico.

O setor agropecuário nacional vem passando por uma verdadeira revolução em anos recentes. Ganhos de eficiência e competitividade, além de uma maior inserção no mercado internacional, têm sido a tônica deste processo. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ciente dessas transformações deu início a um processo de reestruturação organizacional para adequar-se a este novo contexto.

Uma das principais medidas adotadas pelo Ministério foi a implantação de um processo de gestão estratégica, visando garantir que a instituição esteja olhando para o futuro e se estruturando para dar respostas às demandas que lhe são apresentadas.

O primeiro passo foi definir qual é a Missão do MAPA e estabelecer qual é a sua Visão de Futuro. No caso da Visão, ela cobre o horizonte de 2006 a 2015, abrangendo dois ciclos de Planos Plurianuais (2008 – 2011 e 2012 – 2015). A seguir transcreve-se qual é a Missão do MAPA e a sua Visão de Futuro:

Missão: *“Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira”*

Visão de Futuro: *“Ser Reconhecido pela Qualidade e Agilidade na Implementação de Política e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio”*

Para cumprir a Missão e alcançar a Visão de Futuro foi elaborada uma estratégia que é sintetizada no Mapa Estratégico do Ministério. Em outras palavras, este Mapa indica qual o caminho a ser seguido pelo Ministério e quais os grandes desafios que terão de ser vencidos. Trata-se de uma representação gráfica do conjunto de desafios, ou objetivos estratégicos, que estão relacionados de forma causal e distribuídos hierarquicamente segundo uma perspectiva de análise.

Esta perspectiva de análise contempla um processo que vai de um plano mais amplo para o mais restrito. Assim têm-se quatro planos: *i)* perspectiva da sociedade; *ii)* perspectiva do agronegócio e parceiros; *iii)* perspectiva de processos internos e *iv)*

perspectiva de pessoas, aprendizado e crescimento. Os dois primeiros traduzem os pontos de vista de públicos de interesse externos à instituição ao passo que os dois últimos refletem pontos de vista de dentro da organização, de como ela terá de se organizar para atendê-los de forma satisfatória. A lógica por trás desta disposição é que se tenha uma visão equilibrada entre o que se demanda do Ministério e os meios e as condições para atender tais demandas.

Ao todo foram definidos 25 objetivos estratégicos distribuídos por esses quatro planos. No caso do primeiro plano são quatro objetivos estratégicos, no segundo são três objetivos, no terceiro são 13 objetivos e no último plano são cinco objetivos. Cabe ressaltar que todos os objetivos convergem para os quatros primeiros constantes do plano “*perspectiva da sociedade*”.

Esses quatro primeiros objetivos tratam-se, portanto, daqueles que dão o norte para o mapa estratégico do Ministério. Isto posto, e dada a importância deles para este processo, transcreve-se, a seguir, quais são eles:

- i) “*Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio*”
- ii) “*Aumentar a produção de produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos*”
- iii) “*Garantir a segurança alimentar*”
- iv) “*Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética*”

Para um melhor entendimento desses objetivos, faz-se a descrição de cada um, na mesma ordem em que foram apresentados:

- i) Participar do desenvolvimento do país, ao fomentar a produção agropecuária, gerar emprego e aumentar a renda, principalmente no meio rural, trazendo estabilidade aos agentes do agronegócio. Contribuir pra a interiorização do desenvolvimento, o incremento da arrecadação de impostos e a geração de excedentes exportáveis que impactam a balança comercial brasileira.
- ii) Aumentar a produção de matérias-primas e produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos, visando ampliar o abastecimento, de forma a disponibilizar no mercado quantidades dessas matérias-primas a preços adequados, tanto para consumo *in natura* quanto para a produção de bens

processados. São exemplos dessas matérias-primas e produtos: borracha, madeira, fumo, couro, algodão, flores, fibras e celulose.

iii) garantir a produção de alimentos com qualidade e inocuidade e em quantidade suficiente para gerar preços competitivos, possibilitando o acesso da população. Contribuir para a manutenção da saúde do povo, trazendo melhoria na qualidade de vida.

iv) Garantir o fornecimento regular de matérias-primas para a produção de biocombustíveis. Assegurar que os níveis de processamento sejam adequados ao incremento de sua participação na composição da matriz energética.

Vale ainda registrar que desses quatros objetivos estratégicos, os três últimos convergem para o primeiro. Em outras palavras, o objetivo estratégico “*Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio*” é o objetivo maior do plano estratégico do Ministério.

Neste quadro geral, inserem-se as atividades desenvolvidas pela SRI. Os objetivos estratégicos aos quais se relacionam o programa e as ações sob responsabilidade da Secretaria estão agrupados no terceiro plano mencionado, qual seja, “*perspectiva de processos internos*”.

Este plano busca focar os desafios relativos aos processos da organização em que terá de ter excelência para garantir a satisfação dos públicos de interesse e, conseqüentemente, seu reconhecimento. Este plano é composto por quatro blocos, a saber: *i) informação; ii) produtos e serviços; iii) articulação e promoção, e iv) excelência administrativa.*

No caso específico da SRI, são dois os objetivos estratégicos e estão agrupados no terceiro bloco - “*articulação e promoção*”, a saber: *i) “aprimorar a articulação do agronegócio e sua participação nas ações do MAPA” e ii) “promover o agronegócio e a imagem do MAPA”.* A descrição desses objetivos é, respectivamente:

- i) ampliar a participação proativa em negociações internacionais, para estabelecimento de regras e normas de comércio, visando à conquista de mercados para os produtos brasileiros; e
- ii) contribuir para a maior inserção do agronegócio no mercado externo e para seu reconhecimento no mercado interno.

**2.2.b. PLANO DE AÇÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE
2009**

2.2.b. PLANO DE AÇÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2009

As atividades de competência da SRI são amplas e diversificadas dada a natureza complexa que se reveste o comércio internacional de produtos agropecuários. De uma forma agregada, pode-se dizer que o objetivo da SRI é promover, com vistas à expansão das exportações brasileiras do agronegócio, a sinergia entre três variáveis básicas desse processo, quais sejam: ações de negociações comerciais internacionais, acordos sanitários e fitossanitários e promoção internacional do produto brasileiro.

Para a consecução deste objetivo, ocorre o desdobramento em uma série de ações e trabalhos que podem ser agrupados em três linhas: *i)* elaborar propostas, participar de negociações internacionais e acompanhar a implementação de acordos internacionais relacionados ao comércio mundial; *ii)* assessorar os órgãos do Ministério na elaboração de políticas nacionais, em termos da compatibilidade com os compromissos internacionais, e *iii)* promover o agronegócio brasileiro, seus produtos, marcas e patentes no mercado externo, assim como a organização dos produtores nacionais com vistas a prepará-los para a atividade de exportação.

A Secretaria adota a seguinte estratégia para a execução das atividades que estão sob sua competência:

- i)* Formação e aperfeiçoamento profissional de servidores do MAPA envolvidos com o comércio exterior de produtos agropecuários, por meio da participação em cursos, seminários, treinamentos e outro eventos de formação e atualização relacionados ao tema;
- ii)* Atuação em fóruns internacionais – quer sejam multilaterais, regionais ou bilaterais - para negociação de acordos e entendimentos de interesse do agronegócio brasileiro;
- iii)* Envio de missões a países – quer já sejam compradores efetivos ou ainda potenciais – para negociações com vistas à superação de problemas ou dificuldades que estejam afetando as exportações brasileiras;
- iv)* Organização dos agentes do agronegócio por meio da realização de seminários, cursos de formação, assim como coordenação e formação de parcerias entre os agentes públicos e privados para permitir a integração dos elos das cadeias produtivas do agronegócio para a exportação;

- v) Aquisição de softwares, publicações e base de dados nacionais e internacionais para atualização de sistemas de informações de comércio exterior do agronegócio;
- vi) Elaboração de estudos, publicações, cartilhas e material institucional;
- vii) Divulgação no exterior das informações sobre qualidade e sanidade do agronegócio brasileiro, por meio da realização de palestras e seminários, assim como promoção de missões prospectivas e de encontros comerciais no exterior, participação em feiras e outros fóruns, em parceria com a iniciativa privada e em articulação com os demais órgãos do governo que tratem da promoção externa da imagem do Brasil e de seus produtos, e
- viii) Realização de missões, ao Brasil, de autoridades, empresários e formadores de opiniões de países importadores para visitar, *in loco*, as áreas de produção do agronegócio brasileiro.

Isto posto, transcreve-se a seguir uma síntese das principais realizações no ano de 2009, separando-as em dois blocos: na área de negociações internacionais e na área de promoção internacional do agronegócio.

Na área de negociações internacionais, os eventos foram:

- o Reuniões do *Codex Alimentarius*: organização de duas reuniões Codex realizadas no Brasil, uma do Comitê Codex sobre Medicamentos Veterinários em Alimentos e outra do Grupo de Trabalho para o estabelecimento de diretrizes para o controle de Salmonella e Campylobacter em carne de frango (grupo ligado ao Comitê Codex sobre Higiene dos Alimentos). No ano de 2009, o Brasil participou de várias reuniões de Comitês e grupos de trabalho do Codex Alimentarius realizadas em diferentes países.
- o Representação do Brasil na Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais-CIPV.
- o Participação em delegação do Brasil na Organização Mundial de Saúde Animal-OIE na 77ª Sessão Geral do Comitê Internacional da OIE.
- o Cooperação trilateral IBAS (Índia, Brasil e África do Sul): realizou-se na cidade do Rio de Janeiro, em julho de 2009, a reunião do Grupo de Trabalho sobre agricultura.
- o 3ª reunião do Comitê Consultivo Agrícola Brasil x Canadá.
- o Atividades desenvolvidas no âmbito da Organização Mundial do Comércio-OMC: i) Mecanismos de revisão das políticas comerciais do Brasil, ii)

negociações do acordo sobre agricultura e workshop sobre notificações agrícolas, iii) contencioso entre o Brasil e a União Européia - reconsideração das tarifas para carnes processadas de frango, iv) contenciosos entre o Brasil e os EUA - subsídios aos produtores americanos de algodão, v) negociação para a entrada de novos membros na OMC e vi) negociações para a entrada de novos países na União Européia.

- o Atividades desenvolvidas no âmbito do MERCOSUL: Grupo Mercado Comum, Comissão de Comércio do MERCOSUL, Subgrupo de Trabalho nº 08, comitê Técnico nº 1 – Tarifas e Nomenclatura, Lista de Exceção à Tarifa Externa Comum, Resolução GMC nº 69/00 – Redução Temporária da TEC por motivo de desabastecimento temporário, Sistema de Administração e Distribuição de Quotas MERCOSUL.
- o Atividades referentes ao relacionamento externo do MERCOSUL: Acordo de Complementação Econômica entre o MERCOSUL e Chile (ACE-35), MERCOSUL e Bolívia (ACE-36), MERCOSUL e Peru (ACE-58) e MERCOSUL e CAN (ACE-59), Acordo de Complementação Econômica entre o Brasil e México (ACE-53), Acordo MERCOSUL e Israel, Acordo MERCOSUL e Índia, Acordo MERCOSUL e South África Customs Union).

Na área de promoção internacional do agronegócio, os eventos foram:

- o Realização dos AgroEx - Seminários do Agronegócio para Exportação. Em 2009 foram realizados 10 eventos com público médio de 326 participantes. Ainda como parte desta ação foram realizadas outras atividades com o objetivo de fomento à integração dos elos das cadeias produtivas para acesso a mercados, aproveitando eventos de terceiros.
- o No tocante à produção de informações, divulgou-se, mensalmente, a balança comercial do agronegócio e produziu informações sobre o comércio exterior do agronegócio para os tomadores de decisão do MAPA. Foi publicado o livro “INTERCÂMBIO COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO - Principais Mercados de Destino – Edição 2009” que analisa o comércio bilateral do Brasil com os seus 30 principais mercados de destino das exportações agrícolas.
- o Foram realizadas as seguintes missões comerciais: i) Emirados Árabes Unidos, ii) Indonésia e Hong King, iii) África do Sul, iv) China, vi) Rússia, vii) Vietnã, viii) França (Paris) e ix) Arábia Saudita. O objetivo dessas missões é criar oportunidades de negócios para as empresas do agronegócio brasileiro,

aumentando, assim a base exportadora do Brasil para os mercados alvo, além da possibilidade de formação de parcerias. As missões comerciais incluem, também, o componente de negociações de questões sanitárias e fitossanitárias pendentes com os países visitados.

- o Foram realizadas ações no Brasil, a saber: *i)* Programa de Imersão ao Agronegócio, *ii)* visita a centro de melhoramento genético de bovinos (no estado de Minas Gerais) e *iii)* 37ª Reunião Internacional da Comunidade da Pimenta (no estado do Pará).

Para a execução dos objetivos e prioridades definidos para o exercício, surgiram dificuldades que a SRI teve que encontrar caminhos para a superação das mesmas. Duas dificuldades, as quais serão comentadas em mais detalhes nas etapas subseqüentes deste relatório, merecem ser registradas, a saber: *i)* a existência de dispositivos legais impondo um limite de movimentação de empenho sobre os recursos orçamentários da Secretária, o que restringiu a sua capacidade de gasto e *ii)* a existência de limite para aquisição de passagens aéreas em decorrência de restrição existente no contrato firmado entre o Ministério e a agência de viagens.

Para superar essas dificuldades, a SRI realizou gestões junto à Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças do Ministério para viabilizar a expansão dos dois limites mencionados.

2.3. PROGRAMAS SOBRE A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

2.3.a. RELAÇÃO DOS PROGRAMAS E SUAS PRINCIPAIS AÇÕES

2.3.a. RELAÇÃO DOS PROGRAMAS E SUAS PRINCIPAIS AÇÕES

No Plano Plurianual Anual 2008 – 2011, consta um programa e três ações que foram definidos segundo os objetivos e necessidades dessa Secretaria. Assim, neste PPA 2008-2011, a Secretaria conta com o programa “Desenvolvimento do Agronegócio no Comércio Internacional”.

2.3.a.1 Programa “1437 – Desenvolvimento do Agronegócio no Comércio Internacional”

i) Dados Gerais

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar a inserção e o desenvolvimento do agronegócio brasileiro no comércio internacional de forma competitiva e sustentada, por meio da diversificação de sua pauta exportadora de produtos e de mercados de destino, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do país.
Objetivos específicos	Não se aplica
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	i) Taxa de participação do Brasil no mercado mundial de produtos agropecuários (%); e ii) Taxa de variação anual das exportações do agronegócio (%)
Público-alvo (beneficiários)	Produtores, importadores e exportadores de produtos agropecuários

Este programa está sob a responsabilidade da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio. É um programa tipificado como gestão de políticas públicas. Suas atividades voltam-se para a coordenação, promoção e supervisão dos assuntos relacionados à política externa para o agronegócio, assim como, suas implicações para a elaboração das demais políticas sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A LOA para o exercício de 2009 destinou o montante de R\$ 4.294.400,00 (quatro milhões duzentos e noventa e quatro mil e quatrocentos reais). Este valor foi distribuído entre as quatro ações que compõem o programa, a saber: *i)* 1437.2272 – Gestão e Administração do Programa; *ii)* 1437.4840 – Capacitação de Negociadores e Profissionais do Agronegócio em Comércio Exterior; *iii)* 1437.8533 – Missões Comerciais Internacionais para o Agronegócio, e *iv)* 1437. 8548 – Promoção do Agronegócio no Exterior. Em 25/05/09, a edição de um Decreto concedeu um crédito

suplementar de R\$ 805.600,00 para a ação MISSÕES, de modo que o orçamento da SRI em 2009 foi de R\$ 5.100.000,00.

ii) Ações do Programa

Este programa é composto pelas seguintes ações:

a) “1437.2272 – Gestão e Administração do Programa (GAP)”:

- A finalidade desta ação é constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
- No orçamento de 2009 foi destinado o valor de R\$ 1.590.931,00 (um milhão, quinhentos e noventa mil e novecentos e trinta e um reais) para esta ação.

b) “1437.4840 - Capacitação de Negociadores e Profissionais do Agronegócio em Comércio Exterior (CAPANEX)”:

- A finalidade desta ação é ampliar a capacitação dos agentes envolvidos com a temática do comércio exterior de produtos agropecuários, visando maior eficiência nas negociações internacionais, aproveitamento de oportunidades e atendimento às exigências de mercado para a expansão e diversificação da pauta exportadora do setor.
- No orçamento de 2009 foi destinado o valor de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais) para esta ação.

c) “1437.8533 - Missões Comerciais Internacionais para o Agronegócio (MISSÕES)”:

- A finalidade desta ação é defender os interesses do agronegócio brasileiro nos fóruns internacionais.

O recurso orçamentário aprovado na LOA 2009 para esta ação foi de R\$ 1.132.469,00 (um milhão, cento e trinta e dois mil, quatrocentos e sessenta e nove reais). Posteriormente, com o Decreto de 25/05/09, foi concedido um crédito suplementar de R\$ 805.600,00 (oitocentos e cinco mil e seiscentos reais), totalizando em R\$ 1.938.069,00 (um milhão, novecentos e trinta e oito mil e sessenta e nove reais) de recurso orçamentário para esta ação.

d) “1437.8548 - Promoção do Agronegócio no Exterior (PROMOAGRO)”

- A finalidade desta ação é impulsionar as exportações por meio de atividades articuladas e integradas, que consistam na disseminação das informações dos mercados internacionais do agronegócio, na capacitação dos agentes exportadores, no apoio à integração das cadeias produtivas, na abertura de oportunidades comerciais e no fortalecimento da imagem do agronegócio brasileiro no exterior.
- No orçamento de 2009 foi destinado o valor de R\$ 1.475.000,00 (um milhão, quatrocentos e setenta e cinco mil reais) para esta ação.

iii) Resultados

As atividades atribuídas a SRI são amplas e diversificadas dada a natureza complexa do comércio internacional de produtos agropecuários. Assim sendo, a maior parte de suas metas são, na verdade, metas do próprio governo, nem sempre possível de quantificá-las previamente. Existem casos em que as demandas não decorrem de planejamento prévio, e sim de situações externas, que podem por em risco acordos já firmados, ou a necessidade de melhorar vantagens já obtidas.

Dois problemas afetaram o bom desempenho da execução deste Programa no ano de 2009, a saber: *i*) a existência de dispositivos legais impondo um limite de movimentação de empenho sobre os recursos orçamentários da Secretária, o que restringiu a sua capacidade de gasto e *ii*) o estabelecimento de limite anual para compra de passagens aéreas.

O primeiro evento refere-se aos dispositivos constantes do Decreto nº 6.752, de 22/01/09 e da Portaria Interministerial nº 64, de 30/03/09, fixando, para o Poder Executivo, limites de movimentação de empenho das dotações orçamentárias contidas na Lei nº 11.897 – “Lei Orçamentária Anual – 2009 (LOA 2009)”. Com base nestes documentos legais, o Ministério, através do Memorando Circular nº 14/2009 de 27/04/09, fixou em R\$ 3.087.592,00 (três milhões, oitenta e sete mil, quinhentos e noventa e dois reais) o limite de movimentação de empenho para a SRI. Tal limite significou que a Secretaria teve disponível apenas 61% de seu orçamento aprovado (LOA mais crédito suplementar).

Tendo em vista tal situação, a Secretaria, além de racionalizar seus gastos e estabelecer prioridades, realizou gestões junto à Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças do Ministério para viabilizar a expansão deste limite fixado. Em resposta ao pleito da SRI, o limite foi ampliado para 3.495.979,82 (três milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, novecentos e setenta e nove reais e oitenta e dois centavos).

O segundo evento refere-se ao Memorando Circular de 02/01/09, da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração estabelecendo o valor máximo de R\$ 451.715,11 (quatrocentos e cinqüenta e um mil, setecentos e quinze reais e onze centavos) para compra de passagens aéreas. Para a superação deste impedimento, embora sendo uma restrição de natureza externa ao âmbito de atuação da Secretaria, a SRI negociou com Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração para expansão deste limite. Este pleito foi atendido e o limite foi aumentado em R\$ 100.000,00, passando, portanto, em outubro/2009 para o valor total de R\$ 551.715,11. Este acréscimo não foi suficiente, sendo necessária concessão de novos limites para que a Secretaria mantivesse suas atividades principais nos mesmos patamares que o ano de 2008. Em decorrência o limite final foi de R\$ 662.160,02.

Esses dois problemas afetaram essencialmente o desempenho das ações CAPANEX e GAP

Além dos dois problemas mencionados anteriormente, um terceiro evento teve impacto sobre o desempenho da execução orçamentária deste Programa. Trata-se do atraso na implementação da função de adido agrícola. Esta função foi criada por meio do Decreto 6.464, de 27/05/08, e havia a previsão de que a sua implementação fosse concluída no exercício de 2009. Para tanto, adicionou-se ao orçamento aprovado para este exercício o crédito suplementar de R\$ 805.600,00 (Decreto de 25/05/09) de modo a haver recursos suficientes para esta finalidade. Ocorre, todavia, que, por motivos de força maior, o cronograma estabelecido não foi cumprido, verificando-se um atraso na conclusão deste processo, o que somente ocorrerá no exercício de 2010. Esta adversidade afetou, em particular, a ação "Missões" à qual está vinculado a função do adido agrícola.

Tendo em conta os fatos mencionados, passa-se a avaliar o percentual de execução orçamentária do programa. Todavia, cabe ressaltar que, em decorrência da existência do limite de movimentação de empenho, esta avaliação terá que ser feita em duas perspectivas distintas.

Como primeira perspectiva, utiliza-se, como referência, o valor aprovado na LOA 2009. Desagregando-se o percentual de execução orçamentária por ação, tem-se o resultado do quadro abaixo:

AÇÕES/PROGRAMA	LOA 2009	VALOR	PERCENTUAL
	(1)	EXECUTADO (2)	DE EXECUÇÃO (2)/(1)
MISSÕES	1.132.469,00	964.351,72	85,15%
PROMOAGRO	1.475.000,00	1.460.443,40	99,00%
CAPANEX	96.000,00	17.949,42	18,70%
GAP	1.590.931,00	977.666,06	61,45%
PROGRAMA	4.294.400,00	3.420.410,60	79,64%

Agregando-se o crédito suplementar concedido para a ação Missões, a situação fica da seguinte forma:

AÇÕES/PROGRAMA	LOA 2009	VALOR	PERCENTUAL
	(1)	EXECUTADO (2)	DE EXECUÇÃO (2)/(1)
MISSÕES	1.938.069,00	964.351,72	49,76%
PROMOAGRO	1.475.000,00	1.460.443,40	99,00%
CAPANEX	96.000,00	17.949,42	18,70%
GAP	1.590.931,00	977.666,06	61,45%
PROGRAMA	5.100.000,00	3.420.410,60	67,07%

Em relação ao valor aprovado na LOA 2009, o percentual de execução do programa ficou em 79,64%. Considerando-se o crédito suplementar, este percentual reduz-se para 67,07%. Observa-se que o acréscimo do crédito suplementar afetou somente o desempenho da ação Missões.

É importante ressaltar que essas duas comparações não refletem com fidedignidade a realidade dos fatos, uma vez que o contingenciamento impede o acesso à totalidade dos recursos aprovados. Em outras palavras, qualquer recurso acima do limite de contingenciamento estipulado para unidade jurisdicionada não tem qualquer sentido prático, sendo apenas, um mero registro contábil. Neste contexto, se

enquadra o próprio crédito suplementar mencionado que foi inócuo, em termos financeiros para a SRI.

Isto posto, procede-se à outra perspectiva de avaliação. Neste caso, considera-se como referência o limite de movimentação de empenho previsto na legislação. Este limite restringiu o orçamento efetivo da Secretaria a 81,40% do valor aprovado e, nestas circunstâncias, o percentual de execução foi de 97,83%, conforme o quadro a seguir.

	VALOR ORÇADO (1)	VALOR EXECUTADO (2)	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO (2)/(1)
LOA 2009	4.294.400,00	3.420.410,60	79,648%
1 LIM. MOV. EMP. (30/03/09)	3.087.592,00	3.420.410,60	110,78%
2 LIM. MOV. EMP. (30/10/09)	3.495.979,82	3.420.410,60	97,83%

É importante ter em mente que o limite de movimentação de empenho foi fixado para o programa e não para as ações. Desta forma, é possível para a unidade jurisdicionada fazer os ajustes necessários para se adequar ao limite mencionado. Voltando à tabela anterior, fica claro que as ações CAPANEX e GAP tiveram percentual de execução (18,70% e 61,45%, respectivamente) mais baixo para permitir que as outras duas pudessem ter desempenho melhor. No caso da ação Missões, o percentual de execução foi afetado, ainda, pelo atraso na implementação da função de adido agrícola. Os comentários específicos a este respeito serão apresentados mais adiante, na parte referente a cada ação.

Um aspecto importante a ser registrado diz respeito à descentralização de recursos. Verifica-se pelo quadro a seguir que, no desempenho de suas atividades, a SRI executou despesas diretamente e descentralizou recursos para outras unidades gestoras (UG).

AÇÕES/UG	SRI		OUTRAS UG		TOTAL
MISSÕES	401.412,79	42,00%	562.938,93	58,00%	964.351,72
PROMOAGRO	424.998,64	29,00%	1.035.444,76	71,00%	1.460.443,40
CAPANEX	11.355,56	63,00%	6.593,86	37,00%	17.949,42
GAP	93.039,00	9,51%	884.627,06	90,49%	977.666,06
TOTAL	930.805,99	27%	2.489.604,61	73%	3.420.410,60

Os pagamentos efetuados diretamente pela Secretaria representaram apenas 27% do total, enquanto a descentralização de recursos para outras unidades gestoras respondeu por 73%. Esta distribuição varia de ação para ação, sendo que o PROMOAGRO e o GAP foram as ações em que ocorreram um maior percentual de descentralização de recursos (71% e 90,49%, respectivamente). Os comentários a este respeito serão apresentados na parte específica para cada ação.

No exercício de 2009, em decorrência de especificidades inerentes à natureza das atividades que iriam ser desenvolvidas, a SRI recebeu, ainda, recursos de outros programas. Esses recursos adicionais podem ser separados em dois grupos, a saber: um primeiro no montante de R\$ 129.000,00 (cento e vinte e nove mil reais) e outro no montante de R\$ 238.225,54 (duzentos e trinta e oito mil e duzentos e vinte e cinco reais e cinqüenta e quatro centavos).

No primeiro caso, os recursos foram utilizados para pagamento da contrapartida devida pelo Brasil ao Projeto de Cooperação Técnica União Européia-Mercosul que foi promulgado pelo Decreto nº 3.192, de 05/10/99. Trata-se de um projeto de cooperação técnica para harmonização de normas e procedimentos veterinários e fitossanitários, inocuidade de alimentos e produção agropecuária diferenciada. O objetivo geral deste projeto é apoiar o desenvolvimento de um sistema de controle de alimentos harmonizado e equivalente entre os quatro países do Bloco MERCOSUL. Este valor de R\$ 129.000,00 foi originário de quatro ações diferentes, a saber:

- R\$ 13.400,00 (treze mil e quatrocentos reais) da ação “0356.8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal” vinculada ao programa “0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas” que é gerenciado pela Secretaria de Defesa Agropecuária.
- R\$ 40.200,00 (quarenta mil e duzentos reais) da ação “0357.2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetal, seus Produtos e Insumos” vinculada ao programa “0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária” que é gerenciado pela Secretaria de Defesa Animal.
- R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais) da ação “0357.8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais” ao programa “0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária” que é gerenciado pela Secretaria de Defesa Animal.
- R\$ 13.400,00 (treze mil e quatrocentos reais) da ação “0356.8938 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal” vinculada ao programa “0356

– Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas” que é gerenciado pela Secretaria de Defesa Agropecuária.

No segundo caso, o valor recebido foi utilizado para pagar a realização de missão de promoção comercial de cooperativas agropecuárias brasileiras à China. Essa missão faz parte do Programa de Inserção de Cooperativas Brasileiras em Mercados Estratégicos, que é um programa específico com o objetivo de preparar as cooperativas nacionais para desenvolver ações comerciais no exterior, a partir de mercados estratégicos. Este programa foi elaborado por iniciativa conjunta do Departamento Agropecuário e Cooperativismo da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo e do Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio da SRI.

O valor de R\$ 238.225,54 foi originário da ação “1442.8622 – Desenvolvimento do Associativismo e do Cooperativismo” vinculada ao programa “1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio” que é gerenciado pela Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo”. Para efetuar os pagamentos no exterior este recurso foi descentralizado pela SRI o Ministério das Relações Exteriores através da Portaria nº 471, de 25/06/09 – com a finalidade de realizar missão de promoção comercial do agronegócio brasileiro na China.

2.3.a.2. Ação “20.122.1437.2272 – Gestão e Administração do Programa” (GAP)

i) Dados Gerais

Tipo (Projeto, Atividade, Operações Especiais)	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamentos de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que tem por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

ii) Resultados

O recurso orçamentário previsto para esta ação foi de R\$ 1.590.931,00 (um milhão, quinhentos e noventa mil e novecentos e trinta e um reais). Ela foi utilizada, principalmente, para pagamento de despesas administrativas do Programa.

Esta ação teve um ritmo de execução normal, tendo sido executado o valor de R\$ 977.666,06. O percentual de execução orçamentária desta ação foi relativamente baixo, ficando por volta de 61,45%. Isto se deve a existência do dispositivo legal do limite de movimentação de empenho que restringiu a capacidade de gasto da Secretaria (como já foi mencionado, o orçamento efetivo da SRI foi limitado a 61% do que foi aprovado (LOA mais crédito suplementar).

O GAP é uma das ações da SRI onde a descentralização de recursos foi bem significativa. Neste caso, os gastos diretamente realizados pela SRI representaram apenas 9,51% do total gasto nesta ação e o montante descentralizado, no valor de R\$ 884.627,06, representando 90,49%. Essa descentralização decorre de decisão administrativa do MAPA, que concentra suas atividades de serviços e manutenção centralizada na Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais, já que esta coordenação é responsável pela gestão e acompanhamento dos Contratos de firmado com as empresas prestadoras de serviços.

UG/AÇÃO	GAP	
SRI	93.039,00	9,51%
CGSG	690.387,61	70,49%
SFA	34.239,38	4,00%
MRE	160.000,00	16,00%
TOTAL	977.666,06	100,00%

Observa-se que o valor executado diretamente pela SRI foi de R\$ 93.039,00. Deste montante, a despesa mais expressiva foi com diárias no valor de R\$ 85.550,94.

A maior parte dos gastos efetuados nesta ação foi realizada por meio de descentralização para a Coordenação-Geral de Execução Financeira do Ministério, no valor de R\$ 690.387,61. Compõem estes valores os seguintes gastos: *i)* R\$ 261.268,39 (terceirizados); *ii)* R\$ 245.000,00 (empresa de eventos); *iii)* R\$ 92.627,23 (passagens); *iv)* R\$ 38.000,00 (telefonia) e *v)* R\$ 53.491,99 (equipamentos de processamento de dados, imprensa nacional e outras pequenas despesas).

Para as Superintendências Federais de Agricultura – SFA foi descentralizado um valor total de R\$ 34.239,38 para atender os gastos discriminados a seguir: *i*) R\$ 2.107,00 (SFA-MG, para a compra de passagens e pagamento de diárias); *ii*) R\$ 13.954,87 (SFA-RJ, para a compra de passagens, pagamento de diárias e XLII Congresso Brasileiro de Fitopatologia); *iii*) R\$ 12.908,05 (SFA-SP, para a compra de passagens e pagamento de diárias) e *iv*) R\$ 5.269,46 (SFA-GO, para a compra de passagens e pagamento de diárias).

O último grupo de descentralização foi feito para o Ministério das Relações Exteriores – MRE no montante de R\$ 160.000,00. Tal transferência se deu por meio da Portaria nº 880, de 22/10/09, do Gabinete do Ministro e teve por finalidade viabilizar a realização da missão de promoção comercial do agronegócio brasileiro a Arábia Saudita.

2.3.a.3) Ação “20.128.1437.4840 - Capacitação de Negociadores e Profissionais do Agronegócio em Comércio Exterior” (CAPANEX)

i) Dados gerais

Tipo (Projeto, Atividade, Operações Especiais)	Atividade
Finalidade	Ampliar a capacitação dos agentes envolvidos com a temática do comércio exterior de produtos agropecuários, visando maior eficiência nas negociações internacionais, aproveitamento de oportunidades e atendimento às exigências de mercado para a expansão e diversificação da pauta exportadora do setor.
Descrição	Formação e aperfeiçoamento profissional de técnicos e agentes envolvidos com o comércio exterior de produtos agropecuários tendo em vista a necessidade de constante aprendizado e atualização sobre os sistemas de promoção e comercialização internacionais e sobre regras, normas e disciplinas comerciais, sanitárias e fitossanitárias.

ii) Resultados

O recurso orçamentário previsto para esta ação foi de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais).

O valor executado nesta ação foi de R\$ 17.949,42 e, com isto, o percentual de execução orçamentária desta ação foi o mais baixo dentre as quatro ações existentes neste Programa, ficando por volta de 18,7%. Isto se deve à existência do dispositivo legal do limite de movimentação de empenho que restringiu a capacidade de gasto da Secretaria (como já foi mencionado, o orçamento efetivo da SRI foi limitado a 61% do que foi aprovado (LOA mais crédito suplementar).

Os gastos realizados no âmbito desta ação (R\$ 17.949,42) foram quase todos eles (63%) efetuados pela SRI e, assim, discriminados: *i*) R\$ 9.963,56 (diárias); *ii*) R\$ 1.392,00 (taxa de inscrição). Além desses gastos, houve apenas uma descentralização no valor de R\$ 6.593,86 para a Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais para compra de passagens.

Devido à escassez de recursos, a SRI optou por realizar a capacitação mediante viagens, reuniões, encontros, debates, palestras, seminários, dentre outros. Dentre os eventos realizados, pode-se mencionar:

- Participação de servidores da Secretaria na VI Semana de Administração, Orçamentária, Financeira e Contratações Públicas;
- Participação de servidor no 12º Seminario de Presupuesto Publico em Encarnación-Paraguai.
- Seminario Internacional de Presupuesto Público - Desafios Frente a la Crisis Mundial, realizado em Santo Domingo, República Dominicana.

2.3.a.4) Ação “20.691.1437.8533 - Missões Comerciais Internacionais para o Agronegócio” (MISSÕES)

i) Dados Gerais

Tipo (Projeto, Atividade, Operações Especiais)	Atividade
Finalidade	Defender os interesses do agronegócio brasileiro nos fóruns internacionais.
Descrição	Negociação de acordos e contratos bilaterais e multilaterais de interesse do País.

A existência de restrições de ordem técnica, sanitária, tarifária, além de práticas desleais de comércio como subsídios, tornam o mercado internacional de produtos agropecuários altamente protegidos, o que dificulta sobremaneira a expansão das exportações brasileiras. Neste contexto, o acesso a mercados é condição fundamental para que o crescimento continue ocorrendo de forma sustentada.

Para tanto é preciso firmar acordos, sejam eles bilaterais, regionais ou multilaterais, na tentativa de se obter melhores condições de acessos para os produtos nos quais o Brasil possui vantagens comparativas. Com esta finalidade, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento tem participado ativamente de negociações com seus parceiros comerciais e em fóruns internacionais onde são discutidas e negociadas

regras para disciplinar o comércio internacional, assim como a implementação, o acompanhamento e a administração dos acordos comerciais já firmados.

ii) Resultados

Para esta ação foi aprovado na LOA o recurso orçamentário de R\$ 1.132.469,00 (hum milhão, cento e trinta e dois mil, quatrocentos e sessenta e nove reais). Mediante o Decreto de 25/05/09, foi concedido um crédito suplementar de R\$ 805.600,00 (oitocentos e cinco mil e seiscentos reais), totalizando em R\$ 1.938.069,00 (hum milhão, novecentos e trinta e oito mil e sessenta e nove reais).

Os gastos realizados no âmbito desta ação foram da ordem de R\$ 964.351,72, significando um percentual de 85,15% se comparado com o valor de R\$ 1.132.469,00 aprovado na LOA. Quando analisado incluindo-se o crédito suplementar, o valor executado passa para 49,76%. Cabe mencionar que essa suplementação de crédito foi inócua tendo em vista que o limite de movimento de empenho não foi alterado.

Os gastos realizados nessa ação (R\$ 964.351,72) foram assim distribuídos: i) 562.938,93 (compra de passagens aéreas), ii) R\$ 400.526,59 (diárias) e iii) 886,20 (indenização a servidor).

O desempenho desta ação foi afetado, como já mencionado, pelo atraso na conclusão da implementação da função de adido agrícola no ano de 2009.

Conforme previsto nos dados gerais desta ação, a sua finalidade é defender os interesses do agronegócio brasileiro nos fóruns internacionais. Para tanto, são necessárias negociações de acordos e contratos bilaterais e multilaterais de interesse do País.

Neste sentido, pode-se mencionar os seguintes eventos realizados no âmbito desta ação:

- o Reuniões do *Codex Alimentarius*: em virtude das atividades legais do MAPA, no que se refere a regulação da segurança e qualidade dos alimentos, esse Ministério possui importância na participação ativa nas negociações referentes à elaboração das normas e padrões *Codex Alimentarius*. O MAPA, por intermédio da SRI, foi responsável pela organização de duas reuniões *Codex* realizadas no Brasil, uma do Comitê *Codex* sobre Medicamentos Veterinários em Alimentos e outra do Grupo de Trabalho para o estabelecimento de diretrizes para o controle de *Salmonella* e *Campylobacter* em carne de frango (grupo ligado ao Comitê *Codex* sobre Higiene dos Alimentos). No ano de 2009, o Brasil participou de várias

reuniões de Comitês e grupos de trabalho do Codex Alimentarius realizadas em diferentes países;

- Representação do Brasil na Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais-CIPV: A SRI participou das principais reuniões da CIPV em 2009; 4ª Reunião da Comissão de Medidas Fitossanitárias e duas reuniões do Comitê de Normas;
- Participação em delegação do Brasil na Organização Mundial de Saúde Animal-OIE: A SRI participou da 77ª Sessão Geral do Comitê Internacional da OIE;
- Cooperação trilateral – Índia, Brasil e África do Sul - IBAS - Foi realizada, no Rio de Janeiro em julho de 2009, a reunião do Grupo de Trabalho sobre agricultura.
- 3ª reunião do Comitê Consultivo Agrícola Brasil x Canadá;
- Atividades desenvolvidas no âmbito da Organização Mundial do Comércio-OMC: Mecanismos de revisão das políticas comerciais do Brasil, negociações do acordo sobre agricultura e workshop sobre notificações agrícolas, contencioso entre o Brasil e a União Européia-reconsideração das tarifas para carnes processadas de frango, contenciosos entre o Brasil e os EUA-subsídios aos produtores americanos de algodão, negociação para a entrada de novos membros na OMC e negociações para a entrada de novos países na União Européia;
- Atividades desenvolvidas no âmbito do MERCOSUL: Grupo Mercado Comum, Comissão de Comércio do MERCOSUL, Subgrupo de Trabalho nº 08, comitê Técnico nº 1 – Tarifas e Nomenclatura, Lista de Exceção à Tarifa Externa Comum, Resolução GMC nº 69/00 – Redução Temporária da TEC por motivo de desabastecimento temporário, Sistema de Administração e Distribuição de Quotas MERCOSUL.
- Atividades referentes ao relacionamento externo do MERCOSUL: Acordo de Complementação Econômica entre o MERCOSUL e Chile (ACE-35), MERCOSUL e Bolívia (ACE-36), MERCOSUL e Peru (ACE-58) e MERCOSUL e CAN (ACE-59), Acordo de Complementação Econômica entre o Brasil e México (ACE-53), Acordo MERCOSUL e Israel, Acordo MERCOSUL e Índia, Acordo MERCOSUL e South África Customs Union).

No âmbito desta ação, o evento de maior relevância acontecido em 2009 foi o início da implementação da função de adido agrícola junto às missões diplomáticas do Brasil no exterior. Trata-se de atendimento a um pleito antigo do setor agropecuário nacional para fazer face às suas demandas no exterior. A este respeito são feitos os comentários a seguir.

Em maio de 2008, a partir de uma proposta conjunta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e do Ministério de Relações Exteriores - MRE, foi editado o Decreto nº 6.464, criando a função de adido agrícola junto a 8 (oito) missões diplomáticas brasileiras no exterior. As missões escolhidas para abrigar os adidos agrícolas são: Bruxelas, Buenos Aires, Genebra, Moscou, Pequim, Pretória, Tóquio e Washington.

Essa iniciativa constituiu-se num passo importante dentro do processo de apoio governamental à crescente participação do agronegócio brasileiro no comércio mundial. A presença de técnicos do MAPA junto a missões diplomáticas brasileiras no exterior agregará conhecimento técnico específico nas negociações para a abertura ou a manutenção de mercados para os produtos agrícolas exportados pelo Brasil.

Em seqüência ao referido Decreto, a Portaria Interministerial MAPA/MRE nº 306, de 06 de maio de 2009 deu início ao processo seletivo interno, acessível a servidores e empregados das vinculadas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Esse processo, que foi conduzido de forma conjunta entre o MAPA e o MRE contou com a adesão inicial de cerca de 100 candidatos e foi composto por quatro etapas: *i)* avaliação curricular e prova de título; *ii)* prova discursiva em língua portuguesa e provas objetiva e oral de proficiência em idioma estrangeiro; *iii)* avaliação técnico-comportamental e *iv)* entrevista com a Comissão de Seleção.

Ao término deste processo seletivo, que ocorreu no mês de dezembro passado, foram identificados os 8 (oito) candidatos considerados os mais aptos para cada Posto, assim como seus suplentes, num máximo de 2 (dois) por Posto. Esses candidatos deverão passar, ainda, por um processo de treinamento que irá ocorrer no início de 2010. A exemplo do processo seletivo, este treinamento também será uma iniciativa conjunta do MAPA com o MRE.

Somente após a conclusão de todas essas etapas, é que haverá a designação dos adidos agrícolas por Decreto Presidencial. A expectativa é que os mesmos iniciem suas funções em meados do ano de 2010.

**2.3.a.5) Ação “20.691.1437.8548 - Promoção do Agronegócio no Exterior”
(PROMOAGRO)**

i) Dados Gerais

Tipo (Projeto, Atividade, Operações Especiais)	Atividade
Finalidade	Impulsionar as exportações por meio de atividades articuladas e integradas, que consistam na disseminação das informações dos mercados internacionais do agronegócio, na capacitação dos agentes exportadores, no apoio à integração das cadeias produtivas, na abertura de oportunidades comerciais e no fortalecimento da imagem do agronegócio brasileiro no exterior.
Descrição	A ação contempla as seguintes atividades referentes ao agronegócio: a) obtenção e análise de informações estratégicas sobre os mercados internacionais do agronegócio (evolução e tendências da produção e comércio, barreiras tarifárias e não tarifárias, especialmente barreiras sanitárias e fitossanitárias) e sua disseminação por meio do portal do MAPA, sistemas de informação, estudos, pareceres ou publicações com o objetivo de auxiliar o processo de tomada de decisões nos setores público e privado; b) capacitação dos agentes do agronegócio para exportação, por meio da realização de eventos e atividades para informação e formação dos agentes da cadeia produtiva, tais como: seminários objetivando mobilizar e sensibilizar os diversos agentes da cadeia produtiva para integração e exportação; cursos de formação de agentes multiplicadores da cultura da integração para a exportação, e elaboração de cartilhas e manuais informativos sobre processos de integração e procedimentos para exportação de produtos agropecuários; c) integração dos elos das cadeias produtivas do agronegócio para exportação por meio do apoio, em articulação com agentes privados e públicos locais, à formação de projetos pilotos de integração, com ênfase em condomínios rurais e consórcios de exportação, e d) divulgação da imagem do agronegócio brasileiro no exterior, por meio da elaboração de material institucional e realização de eventos, no Brasil e no exterior, em parceria com outras unidades do Ministério, com o setor privado e em articulação com outras entidades públicas, objetivando a divulgação de informações que enfatizem a qualidade, sanidade e sustentabilidade dos produtos e processos do agronegócio nacional, dirigidos a autoridades governamentais, técnicos, empresários, formadores de opinião, imprensa e sociedade civil internacional, visando o fortalecimento da imagem do agronegócio brasileiro e à neutralização dos ataques internacionais que a prejudicam.

Conforme previsto nos dados gerais, a finalidade desta ação é impulsionar as exportações por meio de atividades articuladas e integradas, que consistam na

disseminação das informações dos mercados internacionais do agronegócio, na capacitação dos agentes exportadores, no apoio à integração das cadeias produtivas, na abertura de oportunidades comerciais e no fortalecimento da imagem do agronegócio brasileiro no exterior. Para tanto, são levadas a cabo três vertentes de atividades:

- Fomento a integração contratual das cadeias produtivas para exportação;
- Geração de informações sobre o comércio externo do agronegócio, e
- Promoção do agronegócio nacional no exterior.

No primeiro caso, encontra-se a execução de projetos tais como: *i)* Seminário do Agronegócio para Exportação – AgroEx; *ii)* Curso de Integração do Agronegócio para Exportação – AgroInt; *iii)* Agenda para Negócios Integrados – AgroIntegra, e *iv)* Caminhos para Exportar. A outra vertente – do mercado externo – consiste de atividades de ações promocionais no exterior; recepção de missões estrangeiras com interesse no agronegócio brasileiro, organização de eventos de caráter internacional realizados no Brasil e a produção de material institucional para a promoção do agronegócio brasileiro. Além disso, foram realizados eventos internacionais, com o objetivo de combinar ações institucionais, políticas, técnicas e comerciais em mercados estratégicos, para informar e esclarecer sobre os principais ataques sofridos pelo setor agropecuário brasileiro no exterior.

ii) Resultados

O recurso orçamentário previsto para esta ação foi de R\$ 1.475.000,00 (um milhão e quatrocentos e setenta e cinco mil reais).

A execução orçamentária dessa ação aconteceu conforme o esperado. O percentual de execução ficou por volta de 99% quando comparado com o valor orçamentário aprovado pela LOA 2009.

O PROMOAGRO é uma das ações da SRI onde a descentralização de recursos foi bem significativa. Neste caso, os gastos diretamente realizados pela SRI representaram 29% do total gasto nesta ação, no valor de R\$ 424.998,64. O montante de R\$ 1.035.444,76, correspondente a 71% foi realizado mediante descentralização orçamentária para outras unidades gestoras.

Na tabela a seguir, encontra-se a discriminação de como foram efetuados os gastos nesta ação:

UG/AÇÃO	PROMOAGRO	
SRI	424.998,64	29%
CGSG	133.579,40	9%
MRE	901.865,36	62%
TOTAL	1.460.443,40	100,00%

A SRI executou diretamente o valor de R\$ 424.998,64 (quatrocentos e vinte e quatro mil, novecentos e noventa e oito reais e sessenta e quatro centavos), sendo assim distribuídos: i) R\$ 165.006,50 (Convênio nº 001/2009 entre o Ministério e a Câmara de Comércio Árabe Brasileira, para a realização de missão de promoção do agronegócio brasileiro aos Emirados Árabes Unidos e à Arábia Saudita tendo como foco a Feira Gulfood, a principal feira de alimentos no mercado do Oriente Médio, conforme Extrato de Convênio, publicado no Diário Oficial da União, no dia 04/02/09), ii) R\$ 129.028,00 (Convênio nº 706102/2009 entre o Ministério e a Associação Brasileira dos Produtores de Cacau, para apoiar a participação da Associação no Salão de Chocolate em Paris - França, conforme Extrato de Convênio, publicado no Diário Oficial da União, no dia 04/10/09) e iii) R\$ 130.731,77 (Convênio nº 728963/2009 entre o Ministério e a Câmara de Comércio Árabe Brasileira, para a realização de missão de promoção do agronegócio brasileiro aos Emirados Árabes Unidos e à Arábia Saudita tendo como foco a Feira Gulfood 2010, a principal feira de alimentos no mercado do Oriente Médio, conforme Extrato de Convênio, publicado no Diário Oficial da União, no dia 04/02/09), este valor foi inscrito em restos a pagar não processado.

Em 2009, foi descentralizado para a Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais – CGSG o valor de R\$ 133.579,40 (cento e trinta e três mil, quinhentos e setenta e nove reais e quarenta centavos), sendo assim distribuídos: i) R\$ 19.040,00 (publicação dos catálogos Brasil Companies at Gulfood 2009, Brasil Companies Arábia Saudita e Brasil Companies China), ii) 70.691,40 (material para a realização do AGROEX), iii) R\$ 42.000,00 (Programa de Imersão do Agronegócio) e iv) R\$ 1.848,00 (material de expediente).

Cabe destacar que a maior parte dos gastos desta ação (62%) foi feita por meio de descentralização para o Ministério das Relações Exteriores – MRE. Neste caso, ocorreram descentralizações de créditos orçamentário-financeiros para o MRE, através de Portarias do Gabinete do Ministro publicadas no Diário Oficial da União, no montante de R\$ 909.500,00, conforme detalhamento a seguir:

- R\$ 142.000,00 – Portaria nº 268, de 17/04/09 – teve a finalidade de realizar, na Indonésia e Hong Kong, missão de promoção comercial do agronegócio brasileiro organizada pelo Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio da SRI.
- R\$ 40.000,00 – Portaria nº 378, de 26/05/09 – teve a finalidade de realizar, missão ministerial à Rússia.
- R\$ 216.000,00 – Portaria nº 500, de 08/07/09 – teve a finalidade de realizar missão de promoção comercial do agronegócio brasileiro à África do Sul.
- R\$ 376.000,00 – Portaria nº 612, de 18/08/09 – teve a finalidade de realizar missão de promoção comercial do agronegócio brasileiro à Rússia.
- R\$ 57.000,00 – Portaria nº 739, de 10/09/09 – teve a finalidade de realizar missão de promoção comercial do agronegócio brasileiro à China.
- R\$ 77.000,00 – Portaria nº 770, de 22/09/09 – teve a finalidade de realizar missão de promoção comercial do agronegócio brasileiro ao Vietnã.
- R\$ 376.000,00 – Portaria nº 612, de 18/08/09 – teve a finalidade de realizar missão de promoção comercial do agronegócio brasileiro à Rússia.
- R\$ 1.500,00 – para atender despesas de ressarcimentos com a missão Angola.

Em relação a este valor total (R\$ 909.500,00) repassado ao MRE, cabem dois comentários específicos:

- em outubro de 2009, o MRE retornou para a SRI o valor de R\$ 7.634,64 para a SRI, e
- os recursos não utilizados pelo MRE, foram repassados diretamente por eles para o Tesouro Nacional, sem que a SRI tivesse qualquer controle.

A descentralização para o Ministério das Relações Exteriores – MRE se deu por se tratar do Órgão responsável pela representação do Governo Brasileiro no exterior.

Neste caso, o MRE e os postos no exterior a ele vinculados (Embaixadas e Consulados-Gerais) são consultados e participam da organização das ações externas de promoção comercial de iniciativa do MAPA (missões, feiras, exposições, seminários, coletivas de imprensa etc.), realizando levantamento de preços, colaborando na seleção, definição e contratação de prestadores de serviços e no agendamento de atividades.

Em relação ao convênio com a Câmara de Comércio Árabe Brasileira - CCAB cabe registrar que esta entidade é uma organização reconhecida, nacional e internacionalmente, pelas atividades que desenvolve nos países árabes, entre elas, a de promoção comercial. A CCAB possuía espaço já reservado na feira para a montagem de estande com empresas brasileiras e propôs ao MAPA a celebração de convênio para a organização conjunta da participação brasileira na Feira Gulfood. Neste contexto, cabe destacar que a celebração do convênio gerou economia de recursos uma vez que a ação realizada em parceria com a CCAB – houve aporte de recursos dos dois lados – estava inicialmente prevista para ser realizada exclusivamente com recursos do MAPA.

O convênio firmado com a Associação dos Produtores de Cacau-APC teve por objetivo a conjugação de esforços entre o Ministério e a Associação, a fim de promover a visibilidade do chocolate brasileiro no exterior, ampliando as oportunidades de negócio com o mercado externo e contou com recursos das duas instituições. A Associação dos Produtores de Cacau é uma entidade sem fins lucrativos, com sede na cidade de Ilhéus, no estado da Bahia e participa da Câmara Setorial do Cacau e desenvolve atualmente um projeto de Indicação de Procedência para o Cacau da Bahia. A APC tem como missão “articular os diversos segmentos da cacauicultura visando a melhoria das condições econômicas e sócio-ambientais ligados a produção de cacau e derivados.

As atividades conduzidas sob o escopo desta ação agrupam-se em três áreas, a saber: *i)* organização para exportação; *ii)* inteligência comercial e *iii)* promoção do agronegócio no exterior.

No primeiro caso (organização para a exportação), são realizadas atividades com vistas a fomentar a integração contratual das cadeias produtivas para exportação. Essas atividades estão voltadas para produtores, associações, cooperativas, agroindústrias e exportadores. Nesse sentido foram realizados os Seminários do Agronegócio para Exportação - AgroEx, fomento da exportação do agronegócio. Em

2009 foram realizados 10 eventos com público médio de 326 participantes. Ainda como parte desta ação foram realizadas outras atividades com o objetivo de fomento à integração dos elos das cadeias produtivas para acesso a mercados, aproveitando eventos de terceiros.

No tocante à produção de informações (inteligência comercial), divulgou-se, mensalmente, a balança comercial do agronegócio e produziu informações sobre o comércio exterior do agronegócio para os tomadores de decisão do MAPA. Foi publicado o livro “INTERCÂMBIO COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO - Principais Mercados de Destino – Edição 2009” que analisa o comércio bilateral do Brasil com os seus 30 principais mercados de destino das exportações agrícolas.

No que diz respeito à terceira área (promoção do agronegócio no exterior) foram realizadas missões comerciais a 8 países: Emirados Árabes Unidos, Indonésia e Hong King, África do Sul, China, Rússia, Vietnã, Paris, Arábia Saudita. O objetivo dessas missões é criar oportunidades de negócios para as empresas do agronegócio brasileiro, aumentando, assim a base exportadora do Brasil para os mercados alvo, além da possibilidade de formação de parcerias. As missões comerciais incluem, também, o componente de negociações de questões sanitárias e fitossanitárias pendentes com os países visitados.

Foram realizadas ações no Brasil, a saber: *i)* Programa de Imersão ao Agronegócio, *ii)* visita a centro de melhoramento genético de bovinos (no estado de Minas Gerais), *iii)* 37ª Reunião Internacional da Comunidade da Pimenta (no estado do Pará) e *iv)* 18ª Reunião do Comitê do Codex Alimentarius sobre Resíduos de Medicamentos Veterinários em Alimentos.

**2.3.b. INDICAÇÃO DAS ÁREAS DA UNIDADE RESPONSÁVEIS
PELA CONDUÇÃO DOS PROGRAMAS E DAS AÇÕES**

2.3.b. INDICAÇÃO DAS ÁREAS DA UNIDADE RESPONSÁVEIS PELA CONDUÇÃO DOS PROGRAMAS E DAS AÇÕES

Programa 1437 – Desenvolvimento do Agronegócio no Comércio Internacional

Gerente do programa	Célio Brovino Porto
Gerente executivo	Lino Luiz da Motta Santo Colsera
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Não se aplica

Ação 20.122.1437.2272 – Gestão e Administração do Programa (GAP)

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas relativas a esta ação	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio.
Coordenador nacional da ação	Paulo Roberto de Figueiredo Nunes
Unidades Executoras	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio.
Áreas dentro da Unidade relacionadas ao gerenciamento ou execução da ação	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Não se aplica

Ação 20.128.1437.4840 - Capacitação de Negociadores e Profissionais do Agronegócio em Comércio Exterior (CAPANEX)

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas relativas a esta ação	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio.
Coordenador nacional da ação	Eliana Maria Martins Ferreira
Unidades Executoras	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio.
Áreas dentro da Unidade relacionadas ao gerenciamento ou execução da ação	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Propor a programação e acompanhar a implementação de capacitação e treinamento de recursos humanos e colaboradores, em atendimento às demandas técnicas específicas.

Ação 20.691.1437.8533 - Missões Comerciais Internacionais para o Agronegócio (MISSÕES)

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas relativas a esta ação	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio.
Coordenador nacional da ação	Eliana Maria Martins Ferreira
Unidades Executoras	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio.
Áreas dentro da Unidade relacionadas ao gerenciamento ou execução da ação	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	<p><i>i)</i> formular propostas e coordenar a participação do Ministério em negociações de atos, tratados e convênios internacionais concernentes aos temas de interesse do agronegócio, e</p> <p><i>ii)</i> promover a articulação interna no Ministério para a elaboração de propostas e participação nas negociações de acordos e de deliberações relativas à política externa, de interesse do agronegócio, para subsidiar a posição brasileira.</p>

Ação 20.691.1437.8548 - Promoção do Agronegócio no Exterior (PROMOAGRO)

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas relativas a esta ação	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
Coordenador nacional da ação	Eduardo Sampaio Marques
Unidades Executoras	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio.
Áreas dentro da Unidade relacionadas ao gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Promoção Internacional
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	<p><i>i)</i> promover o agronegócio brasileiro, seus produtos, marcas e patentes no mercado externo, e</p> <p><i>ii)</i> analisar a conjuntura e tendências do mercado externo para os produtos do agronegócio brasileiro</p>

**2.3.c. CONSIDERAÇÕES SOBRE O ATINGIMENTO DAS METAS
FÍSICAS E FINANCEIRAS**

2.3.c. CONSIDERAÇÕES SOBRE O ATINGIMENTO DAS METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Como mencionado anteriormente os pagamentos efetuados diretamente pela Secretaria (R\$ 930.805,99) representaram apenas 27% do total, enquanto a descentralização de recursos para outras unidades gestoras (R\$ 2.489.604,61) respondeu por 73%.

As informações contidas neste item devem ser lidas em conjunto com as informações contidas no item 2.3.a (Relação dos programas e suas principais ações).

a) Ação “20.122.1437.2272 – Gestão e Administração do Programa” (GAP)

O valor executado na “GAP/SRI” foi de R\$ 977.666,06, equivalente a 61,45% do valor de R\$ 1.590.931,00 aprovado na LOA. Quando considerado apenas o total de gastos diretamente realizado pela SRI, esse percentual passa para 9,51%. Isso decorre da expressiva descentralização (90,49%) de recursos para outras unidades gestoras. Este baixo percentual de execução orçamentária é decorrência do limite de movimentação de empenho aplicado neste exercício.

Pela natureza desta ação, não se aplica a questão de definição de metas físicas.

b) Ação “20.128.1437.4840 - Capacitação de Negociadores e Profissionais do Agronegócio em Comércio Exterior” (CAPANEX)

Do valor aprovado na LOA 2009 (R\$ 96.000,00) somente foi executado nessa ação o valor de R\$ 17.949,42. O percentual de execução orçamentária desta ação foi o mais baixo dentre as quatro ações existentes do Programa Desenvolvimento do Agronegócio no Comércio Internacional, ficando por volta de 18,7%. A performance da execução desta ação se deve à existência do dispositivo legal do limite de movimentação de empenho que restringiu a capacidade de gasto da Secretaria.

A meta física desta ação prevista para o ano de 2009 foi de 12 agentes capacitados e devido a execução financeira descrita acima ela ficou bem aquém, com apenas 3 agentes capacitados.

c) Ação “20.691.1437.8533 - Missões Comerciais Internacionais para o Agronegócio” (MISSÕES)

Para esta ação foi previsto inicialmente o recurso orçamentário de R\$ 1.132.469,00 (hum milhão, cento e trinta e dois mil, quatrocentos e sessenta e nove reais). Mediante o Decreto de 25/05/09, foi concedido um crédito suplementar de R\$ 805.600,00 (oitocentos e cinco mil e seiscentos reais), totalizando em R\$ 1.938.069,00 (hum milhão, novecentos e trinta e oito mil e sessenta e nove reais).

Os gastos realizados no âmbito desta ação foram da ordem de R\$ 964.351,72, significando um percentual de 85,15% se comparado com o valor inicialmente proposto de R\$ 1.132.469,00. Quando analisado após a suplementação de créditos, o valor executado passa para 49,76%.

O desempenho desta ação foi afetado, como já mencionado, devido a não implementação da função de adido agrícola no ano de 2009 .

A meta física desta ação prevista para o ano de 2009 foi de 100 missões apoiadas e conforme a execução financeira descrita acima foram realizadas 80 missões apoiadas.

d) Ação “20.691.1437.8548 - Promoção do Agronegócio no Exterior” (PROMOAGRO)

Dentre as quatro ações do Programa, esta ação é a que teve o melhor desempenho, atingindo o percentual de 99% de execução, quando comparado o valor proposto na LOA 2009 de R\$ 1.475.000,00 e o valor executado de R\$ 1.460.443,40. Sobre a execução dessa ação, cabe algumas considerações:

- i) O PROMOAGRO é a ação da SRI onde a descentralização de recursos foi mais significativa em torno 70,2%, no valor de R\$ 1.035.444,76.
- ii) Do montante de descentralizado, R\$ 909.500,00 foi descentralizado para o MRE, e ainda sobre esse valor, houve o estorno de R\$ 7.634,64 em outubro/2009, ficando o MRE de posse de R\$ 901.865,36.
- iii) Como não ocorreram novos estornos da parte do MRE, a SRI considerou os recursos descentralizados como executado, embora na execução orçamentária apresentada no SIAFI, apresenta o valor de R\$ 1.180.730,86.

A meta física desta ação prevista para o ano de 2009 foi de 21 eventos realizados e conforme a execução financeira descrita acima, foram realizados 16 eventos.

2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL

2.4.a. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.4.a. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Quadro 2.4.a.1: Programação de Despesas Correntes

Não se aplica. O quadro constante deste item será elaborado pela Secretaria Executiva.

2.4.a. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Continuação

Quadro 2.4.a.2: Programação de Despesas de Capital

Não se aplica. O quadro constante deste item será elaborado pela Secretaria Executiva.

2.4.a. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Continuação

Quadro 2.4.a.3: Quadro Resumo da Programação de Despesa e Reserva de Contingência.

Não se aplica. O quadro constante deste item será elaborado pela Secretaria Executiva.

2.4.a. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Continuação

Quadro 2.4.a.4: Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos	130005	20.691.1437.8533			562.938,93
	Concedidos	130005	20.691.1437.8548			133.579,40
	Concedidos	130005	20.128.1437.4840			6.593,86
	Concedidos	130005	20.122.1437.2272			653.443,62
	Concedidos	130056	20.122.1437.2272			2.107,07
	Concedidos	130063	20.122.1437.2272			13.954,87
	Concedidos	130067	20.122.1437.2272			12.908,05
	Concedidos	130080	20.122.1437.2272			5.269,46
	Recebidos	130007	20.125.0356.8939			13.400,00
	Recebidos	130007	20.603.0357.2134			40.200,00
	Recebidos	130007	20.604.0357.8658			62.000,00
	Recebidos	130007	20.125.0356.8938			13.400,00
	Recebidos	420013	20.128.1442.8622			238.225,54
Externa	Concedidos	240001	20.691.1437.8548			909.500,00
	Concedidos	240001	20.128.1442.8622			238.225,54
	Concedidos	240001	20.122.1437.2272			160.000,00
	Recebidos					
Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos	130005	20.122.1437.2272	36.943,99		
	Recebidos					
Externa	Concedidos					
	Recebidos					

No exercício de 2009, a SRI recebeu créditos por movimentação interna das seguintes unidades gestoras:

Unidade gestora 130007 – Secretaria de Defesa Agropecuária: valor total de R\$ 129.000,00 (cento e vinte e nove mil reais) utilizados para pagamento da contrapartida devida pelo Brasil ao Projeto de Cooperação União Européia-Mercosul, que foi promulgado pelo Decreto nº 3.192, de 05/10/99. Este valor foi oriundo das quatro ações abaixo:

- R\$ 13.400,00 (treze mil e quatrocentos reais) da ação “0356.8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal” vinculada ao programa “0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas”;
- R\$ 40.200,00 (quarenta mil e duzentos reais) da ação “0357.2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetal, seus Produtos e Insumos” vinculada ao programa “0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária”;
- R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais) da ação “0357.8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais” ao programa “0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária”, e
- R\$ 13.400,00 (treze mil e quatrocentos reais) da ação “0356.8938 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal” vinculada ao programa “0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas”.

O recebimento de créditos orçamentários por movimentação interna da unidade gestora 130007 tornou-se necessário uma vez que a SRI é a responsável no MAPA pela condução dos assuntos relativos ao MERCOSUL- UNIÃO EUROPÉIA, e a unidade gestora 130007 efetuou o repasse por se tratar da beneficiária direta da formalização do Projeto de Cooperação.

Unidade gestora 420013 – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo: valor de R\$ 238.225,54 (duzentos e trinta e oito mil e duzentos e vinte e cinco reais e cinqüenta e quatro centavos) da ação “1442.8622 – Desenvolvimento do Associativismo e do Cooperativismo” vinculada ao programa “1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio”. Este recurso foi utilizado para pagamento de missão de promoção comercial do setor cooperativo brasileiro na China. Para tanto, a SRI descentralizou este valor para o Ministério das Relações Exteriores através da Portaria nº 471, de 25/06/09.

No exercício de 2009, a Secretaria realizou concessões de créditos orçamentários por movimentação interna para as seguintes unidades gestoras:

Unidade gestora 130005 - Coordenação-Geral de Execução Financeira do Ministério:

- valor de R\$ 690.387,61, proveniente da ação “1437.2272 – Gestão e Administração do Programa (GAP)”, para pagamento de despesas administrativas do Programa. Compõem estes valores os seguintes gastos: i) R\$ 261.268,39 (terceirizados); ii) R\$ 245.000,00 (empresa de eventos); iii) R\$ 92.627,23 (passagens); iv) R\$ 38.000,00 (telefonia), R\$ 16.548,00 (Imprensa Nacional e outras pequenas despesas) e v) R\$ 36.943,99 (para despesa de capital, no elemento de despesa investimento).
- valor de R\$ 6.593,86, proveniente da ação “1437.4840 - Capacitação de Negociadores e Profissionais do Agronegócio em Comércio Exterior (CAPANEX)” para compra de passagens.
- valor de R\$ 562.938,93, proveniente da ação “1437.8533 - Missões Comerciais Internacionais para o Agronegócio (MISSÕES)” para compra de passagens.
- valor de R\$ 133.579,40, proveniente da ação “1437.8548 - Promoção do Agronegócio no Exterior (PROMOAGRO)” para pagamentos assim discriminados: i) R\$ 19.040,00 (publicação dos catálogos Brasil Companies at Gulfood 2009, Brasil Companies Arábia Saudita e Brasil Companies China), ii) 70.691,40 (material para a realização do AGROEX e AGROINT), iii) R\$ 42.000,00 (Programa de Imersão do Agronegócio) e iv) R\$ 1.848,00 (material de expediente), para a unidade gestora 130005.

As movimentações internas para a unidade gestora 130005 são decorrência de decisões administrativas do MAPA de concentrar nesta UG os serviços básicos de manutenção.

Unidade gestora 130056 - SFA-MG: valor de R\$ 2.107,00, proveniente da ação “1437.2272 – Gestão e Administração do Programa (GAP)”, para a compra de passagens e pagamento de diárias.

Unidade gestora 130063 - SFA-RJ: valor de R\$ 13.954,87, proveniente da ação “1437.2272 – Gestão e Administração do Programa (GAP)”, para a compra de passagens, pagamento de diárias e XLII Congresso Brasileiro de Fitopatologia.

Unidade gestora 130067 - SFA-SP: valor de R\$ 12.908,05, proveniente da ação “1437.2272 – Gestão e Administração do Programa (GAP)”, para a compra de passagens e pagamento de diárias.

Unidade gestora 130080 - SFA-GO: valor de R\$ 5.269,46, proveniente da ação “1437.2272 – Gestão e Administração do Programa (GAP)”, para a compra de passagens e pagamento de diárias.

No exercício de 2009, a Secretaria realizou concessões de créditos orçamentários por movimentação externa para a unidade gestora a seguir discriminada.

Unidade gestora 240001 - Ministério das Relações Exteriores – MRE:

- valor de R\$ 160.000,00, proveniente da ação “1437.2272 – Gestão e Administração do Programa (GAP)”, por meio da Portaria nº 880, de 22/10/09, do Gabinete do Ministro e teve por finalidade viabilizar a realização da missão de promoção comercial do agronegócio brasileiro a Arábia Saudita.
- valor de R\$ 909.500,00, proveniente da ação “1437.8548 - Promoção do Agronegócio no Exterior (PROMOAGRO)”, através de Portarias do Gabinete do Ministro publicadas no Diário Oficial da União, para despesas conforme detalhamento a seguir:
 - R\$ 142.000,00 – Portaria nº 268, de 17/04/09 – teve a finalidade de realizar, na Indonésia e Hong Kong, missão de promoção comercial do agronegócio brasileiro organizada pelo Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio da SRI.
 - R\$ 40.000,00 – Portaria nº 378, de 26/05/09 – teve a finalidade de realizar, missão ministerial à Rússia.
 - R\$ 216.000,00 – Portaria nº 500, de 08/07/09 – teve a finalidade de realizar missão de promoção comercial do agronegócio brasileiro à África do Sul.
 - R\$ 376.000,00 – Portaria nº 612, de 18/08/09 – teve a finalidade de realizar missão de promoção comercial do agronegócio brasileiro à Rússia.

- R\$ 57.000,00 – Portaria nº 739, de 10/09/09 – teve a finalidade de realizar missão de promoção comercial do agronegócio brasileiro à China.
- R\$ 77.000,00 – Portaria nº 770, de 22/09/09 – teve a finalidade de realizar missão de promoção comercial do agronegócio brasileiro ao Vietnã.
- R\$ 376.000,00 – Portaria nº 612, de 18/08/09 – teve a finalidade de realizar missão de promoção comercial do agronegócio brasileiro à Rússia.
- R\$ 1.500,00 – para atender despesas de ressarcimentos com a missão Angola.

As concessões de créditos orçamentários por movimentação externa para o Ministério das Relações Exteriores – MRE se deu por se tratar do Órgão responsável pela representação do Governo Brasileiro no exterior. Neste caso, o MRE e os postos no exterior a ele vinculados (Embaixadas e Consulados-Gerais) são consultados e participam da organização das ações externas de promoção comercial de iniciativa do MAPA (missões, feiras, exposições, seminários, coletivas de imprensa etc.), realizando levantamento de preços, colaborando na seleção, definição e contratação de prestadores de serviços e no agendamento de atividades.

2.4.b. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.4.b. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Quadro: 2.4.b.1 – Despesas por Modalidade de Contratação

Em relação ao quadro 2.4.b.1, cabe registrar que no exercício de 2009, não foi executado diretamente por essa UJ despesa por modalidade de contratação.

2.4.b. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - continuação

Quadro 2.4.b.2: Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas Pessoal	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros/ Encargos da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	2.974.726,95	3.787.636,14	2.973.990,31	3.656.904,37	736,64	130.731,77	2.973.990,31	3.656.904,37
339033	662.545,00	671.115,08	662.545,00	671.115,08	0,00	0,00	662.545,00	671.115,08
339014	518.725,58	511.325,48	518.725,58	511.325,48	0,00	0,00	518.725,58	511.325,48
335039	98.260,41	424.998,64	98.260,41	294.266,87	0,00	130.731,77	98.260,41	294.266,87
Demais elementos do grupo	1.695.195,96	2.180.196,94	1.694.459,32	2.180.196,94	736,64	0,00	1.694.459,32	2.180.196,94

Para a avaliação prevista neste quadro, a SRI utilizou a execução total relativa aos anos de 2008 e 2009, inclusive créditos recebidos de outras unidades gestoras. Foram identificados três elementos de despesas mais significativos: 339033, 339014, 335039. O comportamento deles mostrou-se diferenciado.

O elementos 339033 (passagens aéreas) apresentou um aumento de apenas 1,29% em relação ao ano de 2008. O estabelecimento de limite anual de passagens aéreas para a SRI, conforme Memorando Circular de 02/01/09, da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento contribuiu para manter o nível de execução do elemento 339033 próximo ao de 2008.

Com relação ao elemento 339014 (diárias) houve redução em relação ao ano de 2008. Esse fato foi esclarecido anteriormente quando se tratou da análise da execução do Programa, principalmente do que tange ao limite de movimentação e empenho estabelecido para a SRI, que foi bem mais acentuado que o ano anterior.

Quanto ao elemento de despesa 335039 (transferência instituições privadas) houve um aumento muito expressivo em relação ao ano de 2008. Tal fato se justifica uma vez que a Secretaria tem buscado parcerias para viabilizar suas ações de promoção, principalmente de forma a racionalizar os custos com a realização dos eventos que participa.

Quanto aos demais elementos do grupo os valores, principalmente do ano 2009, mostra uma evolução pois estão incluído nesse grupo as transferências efetuadas para o MRE.

2.4.b. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - continuação

Quadro 2.4.b.3: Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Em relação ao quadro 2.4.b.3, no exercício de 2009 não foi executado diretamente por essa UJ despesas de capital. Neste caso as despesas foram descentralizadas e realizadas pela CSG.

2.4.b. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – continuação

Quadro 2.4.b.4: Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1437		Denominação: Desenvolvimento do Agronegócio no Comércio Internacional				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
4.295.000,00	5.100.000,00	3.140.698,06	3.140.698,06	130.731,77	1.049.299,96	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Variação Anual das Exportações do Agronegócio	31/12/06	13,40	12,00	12,00	- 9,8
Fórmula de Cálculo do Índice:						
(Valor de exportação de produtos do agronegócio (US\$) no período t / Valor de exportação de produtos do agronegócio (US\$) no período t – 1) – 1 x 100						
Análise do Resultado Alcançado:						
<p>Em 2009, o valor das exportações do agronegócio diminuiu 9,8%, totalizando US\$ 64,7 bilhões. As importações apresentaram queda de 16,9%, de US\$ 11,8 bilhões em 2008 para US\$ 9,8 bilhões em 2009. O superávit da balança comercial do agronegócio alcançou US\$ 54,9 bilhões, inferior em US\$ 5 bilhões ao superávit registrado em 2008.</p> <p>A diminuição das exportações em 9,8% resultou de redução de 9,4% nos preços médios, enquanto o índice de quantidade exportada praticamente manteve-se o mesmo, com uma variação de -0,4%. Essa redução é reflexo da crise ocorrida no mercado internacional como consequência dos problemas verificados na economia dos EUA a partir de setembro de 2008.</p> <p>Por outro lado, pode-se verificar que a queda nas exportações dos demais produtos exportados pelo Brasil (exceto agronegócio) foi de 30%, ou seja, muito superior à verificada com os produtos do agronegócio. Além disso, a participação do agronegócio nas exportações totais brasileiras aumentou de 36,3% em 2008 para 42,5% em 2009.</p>						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de Participação do Brasil no Mercado Mundial de Produtos Agropecuários	31/12/05	4,10	5,40	5,00	4,60
Fórmula de Cálculo do Índice:						
(Valor das exportações brasileiras de produtos agropecuários (US\$) no período t / valor das exportações mundiais de produtos agropecuários no período t) x 100						
Análise do Resultado Alcançado:						
<p>Antes de comentar sobre o indicador apurado para o exercício de 2009, cabe registrar um equívoco cometido no cálculo do indicador para o exercício de 2008. Neste caso, ao se proceder a verificação do cálculo do indicador de 2008, verificou-se que foi utilizada uma metodologia diferente da que vem sendo usada normalmente para os cálculos do PPA. Com isso, apurou-se para 2008 o índice de 5,1%, quando na realidade deveria ser de 4,3%.</p> <p>Isto posto, observa-se que o indicador apurado para 2009, que foi de 4,6%, foi superior ao de 2008 em 0,3 pontos percentuais.</p> <p>Ademais, tendo em vista o desempenho recente da economia mundial e de posse de dados atuais, observa-se que as metas anuais constantes do PPA foram superestimadas, necessitando, portanto, serem revistas.</p> <p>O que os resultados efetivos mostram é um resultado bastante positivo para o país. O Brasil saiu de uma participação mundial de 4,1% em 2006 e chegou a 4,6% em 2009, o que significa um aumento de 11%, crescimento este que pode ser visto como bastante expressivo. Em decorrência, neste período, o Brasil assumiu a 3ª posição como maior exportador agrícola do mundo (considerando a União Européia como um país).</p> <p>Por último, cabe ainda comentar que este indicador tem um ano de defasagem, uma vez que os dados internacionais só ficam disponíveis com um ano de atraso. Portanto, o índice calculado para o exercício de 2009 utiliza dados referentes ao ano de 2008.</p>						

2.4.c. EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS

2.4.c. EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS

Quadro 2.4.c.1: Evolução de Gastos Gerais

ANO	2007	2008	2009
DESCRIÇÃO			
1. Passagens	440.192,36	662.545,00	671.115,08
2. Diárias e ressarcimento de despesas em viagens	405.653,84	518.725,58	511.325,48
3. Serviços Terceirizados	225.097,20	239.748,49	261.268,39
3.1 Publicidade	0	0	0
3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação	0	0	0
3.3 Tecnologia da Informação	0	0	0
3.4 Outras Terceirizações	225.097,20	239.748,49	261.268,39
4. Cartão de Pagamento do Governo Federal	0	0	0
5. Suprimento de Fundos	0	0	0
TOTAIS	1.070.943,40	1.421.019,07	1.443.708,95

Nota:

1. Para o preenchimento desse quadro a SRI considerou a sua execução orçamentária total.
2. A SRI não tem gastos com os itens 3.1, 3.2, 3.3 e 3.5
3. Quanto ao item 3.4 – outras terceirizações a SRI repassa recursos orçamentários / financeiros para a Coordenação-Geral de Serviços Gerais para o pagamento de terceirizados que prestam serviços à essa Secretaria.
4. Com relação aos itens 4 e 5, a SRI, não efetua despesa através desses instrumentos.

**2.4.d. EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES
REALIZADAS PELA UJ**

2.4.d. EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Quadro 2.4.d.1: Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
20	691	1437	8533	A	4	Unidade	100	80	100
20	691	1437	8548	A	4	Unidade	21	16	21
20	128	1437	4840	A	4	Unidade	12	3	12
20	122	1437	2272	A	4	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

A execução física das ações foi informada considerando a execução total das ações, ou seja, a execução diretamente realizada pela SRI, mais os recursos descentralizados para outras unidades gestoras, pois a execução descentralizada também impactou nos resultados físicos da ação.

Registra-se que a apresentação dos indicadores institucionais desenvolvidos pela UJ para medir os produtos, serviços e resultados alcançados pela gestão em exercício é feita no item seguinte 2.4.e (Indicadores de desempenho ou institucional)

A leitura das informações contidas neste item deve ser feita em conjunto com as informações contidas nos itens 2.3.a (relação dos programas e suas principais ações) e 2.3.c (Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras).

2.4.e. INDICADORES DE DESEMPENHO OU INSTITUCIONAL

2.4.e. INDICADORES DE DESEMPENHO OU INSTITUCIONAL

A SRI tem sob sua responsabilidade um programa definido segundo os seus objetivos e necessidades e, por conseguinte, ela tem envidado esforços no sentido de construir indicadores de desempenho que possam ser utilizados para a mensuração dos resultados de suas atividades. Com essa finalidade, além dos dois indicadores vinculados ao programa, a SRI desenvolveu um outro indicador para aferir o desempenho de algumas das atividades que realiza.

Cabe registrar, que a Secretaria continua trabalhando no sentido de criar outros indicadores para abranger o universo de todas as atividades por ela desenvolvidas. Todavia, esta não é uma tarefa muito fácil de ser levada a cabo. Lembrando o que já foi dito no item 2.2.b deste relatório, o objetivo da SRI é *“promover, com vistas à expansão das exportações brasileiras do agronegócio, a sinergia entre três variáveis básicas desse processo, quais sejam: ações de negociações comerciais internacionais, acordos sanitários e fitossanitários e promoção internacional do produto brasileiro...”*. Isto posto, registra-se que o indicador já existente refere-se a terceira variável mencionada, isto é, “promoção internacional do produto brasileiro”. Quanto às outras duas, a medida física delas não é fácil de ser efetivada devido a dificuldade de se quantificar os seus resultados. Isto decorre do fato de que negociações dessa natureza requerem complexos e longos processos que envolvem viagens, reuniões, encontros, debates, etc. Além disso, os resultados desses processos de negociação, regra geral, nem sempre são alcançados dentro do ano em que foram iniciados.

Além dos indicadores de desempenho, e como forma de fornecer mais informações para a avaliação das atividades realizadas pela SRI no ano de 2009, apresenta-se, também, um relato detalhado dos trabalhos que foram levados a efeito pela SRI. Este relato será apresentado tendo-se em conta as três áreas temáticas da Secretaria, quais sejam: área temática de assuntos comerciais; área temática de assuntos sanitários e fitossanitários e área temática de promoção internacional do agronegócio.

2.4.e.1. INDICADORES DE DESEMPENHO OU INSTITUCIONAL –

2.4.e.1.1. Indicadores de desempenho vinculados ao Programa 1437

São dois os indicadores de desempenho vinculados ao Programa 1437, a saber: *i)* “taxa de participação do Brasil no mercado mundial de produtos agropecuários” e *ii)* “taxa de variação anual das exportações do agronegócio”.

A razão de ser desses indicadores tem a ver com o previsto no objetivo geral do programa. Como está dito que o Programa visa “...assegurar a inserção e o desenvolvimento do agronegócio brasileiro no comércio internacional de forma competitiva e sustentada...”, buscou-se construir indicadores que tivessem o comportamento das exportações como foco de referência. Não obstante, é importante enfatizar que são inúmeras as variáveis – muitas delas são elementos da própria política econômica do Governo, como a taxa de câmbio, por exemplo - que influenciam no comportamento das exportações e, portanto, as atividades da SRI não são determinantes e nem decisivas para os resultados das exportações brasileiras. Neste sentido, as atividades realizadas pela Secretaria têm a função de contribuir para a superação das dificuldades que obstruem as exportações.

a) “taxa de participação do Brasil no mercado mundial de produtos agropecuários”

O Brasil, embora seja grande e eficiente na produção agropecuária, participa pouco do comércio mundial. Historicamente, a participação do país tem girado por volta de 4,1%, o que é baixo para o potencial produtivo do país. Assim, acompanhar o desempenho desta participação é importante como uma referência para os resultados das políticas públicas adotadas.

Tendo em mente a observação acima mencionada quanto à complexidade de variáveis que influenciam sobre as exportações, pode-se dizer que este indicador é tanto do tipo eficácia como do tipo efetividade.

A fórmula de cálculo é a seguinte: *valor das exportações brasileiras de produtos agropecuários em US\$ no período “t” dividido pelo valor das exportações mundiais de produtos agropecuários em US\$ no período “t”*. O resultado obtido é em percentagem.

Pela natureza dos dados envolvidos, este indicador é calculado utilizando-se estatísticas do banco de dados da Organização Mundial do Comércio – OMC. Cabe registrar que este indicador é calculado sempre em relação ao exercício anterior ao ano em referência em função da disponibilidade dos dados relativos ao comércio

internacional. A área responsável por este cálculo é o Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio – DPI da Secretaria.

O resultado obtido para o ano de 2009 foi uma taxa de participação de 4,6%. O índice de referência (ou comportamento histórico) indicado no PPA é de 4,1% e o índice previsto para o ano de 2009 foi de 5,0%.

Antes de comentar sobre o indicador apurado para o exercício de 2009, cabe registrar um equívoco cometido no cálculo do indicador para o exercício de 2008. Neste caso, ao se proceder a verificação do cálculo do indicador de 2008, verificou-se que foi utilizada uma metodologia diferente da que vem sendo usada normalmente para os cálculos do PPA. Com isso, apurou-se para 2008 o índice de 5,1%, quando na realidade deveria ser de 4,3%.

Isto posto, observa-se que o indicador apurado para 2009, que foi de 4,6%, foi superior ao de 2008 em 0,3 pontos percentuais.

Ademais, tendo em vista o desempenho recente da economia mundial e de posse de dados atuais, observa-se que as metas anuais constantes do PPA foram superestimadas, necessitando, portanto, serem revistas.

O que os resultados efetivos mostram é um resultado bastante positivo para o país. O Brasil saiu de uma participação mundial de 4,1% em 2006 e chegou a 4,6% em 2009, o que significa um aumento de 11%, crescimento este que pode ser visto como bastante expressivo. Em decorrência, neste período, o Brasil assumiu a 3ª posição como maior exportador agrícola do mundo (considerando a União Européia como um país).

Por último, cabe ainda comentar que este indicador tem um ano de defasagem, uma vez que os dados internacionais só ficam disponíveis com um ano de atraso. Portanto, o índice calculado para o exercício de 2009 utiliza dados referentes ao ano de 2008.

b) “taxa de variação anual das exportações do agronegócio”

Voltando ao objetivo do Programa (“...assegurar a inserção e o desenvolvimento do agronegócio brasileiro no comércio internacional de forma competitiva e sustentada...”), para ele ser possível é necessário que as exportações do país cresçam - em valor e/ou quantidade. É fato que o país tem potencial produtivo para tanto, sendo necessária a superação das eventuais dificuldades que obstruam esse processo. Assim, acompanhar o desempenho do crescimento das exportações é importante como uma referência para os resultados das políticas públicas adotadas.

Tendo em mente a observação mencionada anteriormente quanto à complexidade de variáveis que influenciam sobre as exportações, pode-se dizer que este indicador é tanto do tipo eficácia como do tipo efetividade.

A fórmula de cálculo é a seguinte: *valor de exportação de produtos do agronegócio em US\$ no período “t” dividido pelo valor de exportação de produtos do agronegócio em US\$ no período “t-1”*. O resultado obtido é em percentagem.

Pela natureza dos dados envolvidos, este indicador é calculado utilizando-se estatísticas do Governo Brasileiro sobre as exportações do país. A área responsável por este cálculo é o Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio – DPI da Secretaria.

O resultado obtido para o ano de 2009 foi uma taxa de variação anual de -9,8%. O índice de referência (ou comportamento histórico) indicado no PPA é de 13,4% e o índice previsto para o ano de 2009 foi de 12,0%.

Em 2009, o valor das exportações do agronegócio diminuiu 9,8%, totalizando US\$ 64,7 bilhões. As importações apresentaram queda de 16,9%, de US\$ 11,8 bilhões em 2008 para US\$ 9,8 bilhões em 2009. O superávit da balança comercial do agronegócio alcançou US\$ 54,9 bilhões, inferior em US\$ 5 bilhões ao superávit registrado em 2008.

A diminuição das exportações em 9,8% resultou de redução de 9,4% nos preços médios, enquanto o índice de quantidade exportada praticamente manteve-se o mesmo, com uma variação de -0,4%. Essa redução é reflexo da crise ocorrida no mercado internacional como consequência dos problemas verificados na economia dos EUA a partir de setembro de 2008.

Por outro lado, pode-se verificar que a queda nas exportações dos demais produtos exportados pelo Brasil (exceto agronegócio) foi de 30%, ou seja, muito superior à verificada com os produtos do agronegócio. Além disso, a participação do agronegócio nas exportações totais brasileiras aumentou de 36,3% em 2008 para 42,5% em 2009.

2.4.e-1.2 Outros indicadores de desempenho

Como mencionado no início desta seção, a SRI tem envidado esforços no sentido de construir indicadores de desempenho que possam ser utilizados para a mensuração dos resultados de suas atividades. Assim sendo, e no contexto do planejamento estratégico realizado no Ministério, a Secretaria desenvolveu um

indicador de desempenho vinculado ao resultado estratégico “*Agronegócio Brasileiro Promovido no Exterior*” previsto no mapa estratégico do Ministério.

Este resultado estratégico é definido como: “*promover o agronegócio brasileiro e a imagem do Ministério no exterior realizando ações, no Brasil e no exterior, com vistas à promoção dessas imagens, sempre associadas aos conceitos de sustentabilidade, qualidade e sanidade*”. A este resultado estratégico está vinculado o indicador de desempenho denominado “*Índice de ações de promoção internacional*”.

“Índice de ações de promoção internacional”

Este indicador de desempenho busca quantificar todas as atividades executadas no âmbito do Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio – DPI da SRI. A quantificação das atividades relacionadas à promoção do agronegócio brasileiro, executadas pelo DPI, origina um índice que possibilita o acompanhamento do crescimento das ações de promoção.

Este indicador de desempenho é do tipo eficácia.

A sua fórmula de cálculo é a seguinte: *identificou-se todas as atividades executadas pelo Departamento; para cada atividade estabeleceu-se um fator de ponderação, baseado na quantidade de recursos dispendidos (humanos e materiais) e no grau de dificuldade para a sua execução; o fator de ponderação multiplicado pelo número de produtos de cada atividade resultou num peso para cada atividade; a soma dos pesos de todas as atividades resultou no indicador*. Desta forma, este indicador mensura todas as atividades do DPI, que é o responsável pelo seu cálculo.

A unidade de medida para este indicador é o número de ações executadas. Cabe registrar que o conceito de “ações executadas” considerado para este indicador pode envolver uma ou mais atividades desenvolvidas nesta área temática. Isto posto, para o exercício de 2009, estimou-se que este indicador de desempenho teria como meta anual atingir a 9,86 unidades de ações executadas. Após a apuração dos números, verifica-se que o resultado alcançado foi de 8,04 unidades de ações executadas. O desempenho inferior à meta deve-se, principalmente, a não realização de algumas ações da área de fomento às exportações, uma vez que essas ações, à partir de meados de 2008 com mudanças no quadro funcional da SRI, ficaram a cargo do Departamento Nacional de Cooperativismo e Associativismo da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo. Algumas ações da área de informações sobre comércio externo do agronegócio também foram prejudicadas, dada a lentidão na atualização do sistema AgroStat pela Coordenação Geral de Tecnologia e Informática do Ministério.

2.4.e.2. Atividades realizadas no ano de 2009

2.4.e.2.1. Realizações na área temática de assuntos comerciais

2.4.e.2.1.1 Temas de âmbito multilateral

- Atividades desenvolvidas no âmbito da Organização Mundial do Comércio – OMC;

2.4.e.2.1.2 Temas de âmbito regional, bilateral e birregional

- Atividades desenvolvidas no âmbito do MERCOSUL;
- Atividades referentes ao relacionamento externo do MERCOSUL;
 - Acordos já firmados;
 - Acordos em Negociação;
- Atividades referentes aos Grupos de Monitoramento de Comércio Bilateral.

2.4.e.2.1.3. Outros Temas

- Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) e GECEX;
- GTDC - Grupo Técnico de Defesa Comercial;

2.4.e.2.2. Realizações na área temática de assuntos sanitários e fitossanitários

2.4.e.2.2.1. Temas de âmbito multilateral

- Atividades desenvolvidas no âmbito da Organização Mundial do Comércio – OMC;
- Atividades desenvolvidas no âmbito de outras organizações multilaterais.

2.4.e.2.2.2. Temas de âmbito bilateral e regional

- Atividades desenvolvidas no âmbito bilateral;
- Atividades desenvolvidas no âmbito do MERCOSUL.

2.4.e.2.3. Realizações na área temática de promoção internacional do agronegócio

2.4.e.2.3.1. Temas referentes à atividade de inteligência comercial;

2.4.e.2.3.2. Temas referentes à atividade de organização para a exportação;

2.4.e.2.3.3. Temas referentes à promoção do agronegócio no exterior.

2.4.e.2.1 - Realizações na Área Temática de Assuntos Comerciais

2.4.e.2.1.1 Temas de âmbito multilateral

- **Atividades desenvolvidas no âmbito da Organização Mundial do Comércio – OMC**

Mecanismo de Revisão das Políticas Comerciais do Brasil

Dentre os mecanismos que regem o funcionamento da Organização Mundial de Comércio - OMC está previsto o Mecanismo de Revisão das Políticas Comerciais (“*Trade Policy Review Mechanism – TPRM*”), no qual, de forma periódica é examinada a evolução das políticas comerciais, bem como outras questões relacionadas ao comércio, dos países membros daquela Organização. Esta periodicidade é variável, dependendo da importância do país no comércio mundial. No caso do Brasil, o exame é feito a cada quatro anos, tendo o último sido feito em março de 2009, no qual esta SRI teve ativa participação.

Negociações do Acordo sobre Agricultura

A agenda multilateral da OMC, prosseguiu em 2009 com a participação da SRI nas reuniões técnicas para discutir os modelos que servirão como base para os novos compromissos na área agrícola a serem assumidos pelos membros da OMC, quando da conclusão da Rodada de Doha.

Workshop sobre Notificações Agrícolas

No âmbito da Rodada Uruguai, os países membros da OMC assumiram compromissos relativos ao Acordo sobre Agricultura sobre acesso a mercados (tarifas de importação máximas a serem aplicadas), medidas de apoio doméstico distorcivas à produção e ao comércio, e subsídios à exportação.

Teve lugar em Genebra, na Suíça, o Workshop sobre Notificações Agrícolas no âmbito da OMC. Para tanto, foram convidados representantes dos países membros para participar de tal evento com o objetivo principal de troca de experiências e compartilhamento de informações.

Considerando a importância do Brasil no comércio internacional e a responsabilidade da SRI em elaborar as notificações sobre os compromissos na área agrícola assumidos na OMC, representante da SRI foi convidado a participar do workshop como painelistas com a finalidade de compartilhar suas experiências e

identificar ou sugerir as melhores práticas relacionadas à capacidade institucional para preparar e analisar as notificações, e para participar do Processo de Revisão no Comitê de Agricultura.

Negociação para a entrada de novos membros na OMC

Em 2009 a SRI prosseguiu com processo negociador da entrada da Rússia, Azerbaijão, Bósnia e Sérvia na OMC. Houve avanços importantes, mas ainda não se chegou a um entendimento sobre os possíveis benefícios comerciais que o agronegócio brasileiro teria com a entrada dos novos membros.

Contencioso entre o Brasil e a União Européia – reconsolidação das tarifas para carnes processadas de frango

Em 11 de junho de 2009, a União Européia (UE) notificou à OMC sua intenção de reconsolidar as tarifas para onze linhas tarifárias de carne de frango processada. Foram abertas negociações para criação de quotas tarifárias, com base nos parâmetros estabelecidos pela OMC.

Ao longo do segundo semestre de 2009, Brasil e UE realizaram duas reuniões de negociação para buscar um acordo sobre os volumes das quotas e sua operacionalização, porém sem que se chegasse a uma proposta de comum acordo. As negociações irão prosseguir em 2010.

Contencioso entre o Brasil e os EUA - subsídios aos produtores americanos de algodão

Em 2005, o Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC deu ganho de causa ao Brasil sobre este assunto, determinando que os EUA eliminassem os programas governamentais envolvidos. Após essa decisão, os EUA solicitaram tempo para tramitar as modificações exigidas para o setor no Congresso americano.

O Brasil considerou que os EUA não havia posto em prática, de forma satisfatória, as determinações do Órgão de Solução de Controvérsias. Assim sendo, em 2006, o Brasil solicitou ao OSC a abertura de um Painel de Implementação das decisões do OSC. Em 18 de dezembro de 2007, a OMC anunciou oficialmente sua decisão a favor do Brasil na disputa com os EUA sobre os subsídios pagos aos

produtores de algodão e deu aos EUA seis meses para que reforme seus programas de subsídios aos produtores de algodão e comunique as mudanças à OMC.

Em agosto de 2009 foi divulgada a decisão dos árbitros que examinaram o pedido brasileiro de autorização para retaliar os Estados Unidos no contexto do contencioso sobre subsídios ao algodão. As contramedidas autorizadas poderão vigorar enquanto os EUA mantiverem a atual situação de descumprimento das regras multilaterais de comércio. De acordo com a decisão dos árbitros, o Brasil está autorizado a adotar contramedidas em um montante de até 441 milhões de dólares por ano. O Brasil já está trabalhando na definição da lista dos bens a ser objeto de retaliação a vigorar em 2010.

Negociações para a entrada de novos países na União Européia

Desde 2007 o Brasil e a União Européia negociam a incorporação de dois novos países - Romênia e Bulgária à União Européia. A SRI fez análises sobre o impacto que a medida poderia ter no comércio de produtos do agronegócio brasileiro para aquele mercado e participou de reuniões bilaterais para discutir as compensações que o Brasil terá direito. Em 2009 se chegou a um acordo referente às compensações comerciais importantes ao Brasil para carne bovina, carne de aves e açúcar. No caso específico do açúcar, houve o incremento da oportunidade de exportações da ordem de 550 mil toneladas anuais.

2.4.e.2.1.2 Temas de Âmbito Regional, Bilateral e Birregional

▪ Atividades desenvolvidas no âmbito do MERCOSUL

Grupo Mercado Comum – GMC

No ano de 2009, o GMC priorizou o trabalho de eliminação da Dupla Cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC), de operacionalização do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL – FOCEM, do Regime de Origem do MERCOSUL e da operacionalização do Sistema de Pagamento em Moeda Local.

O GMC avaliou também o trabalho do Sub Grupo Nº 08 “Agricultura”, sob coordenação deste MAPA e aprovou 23 resoluções oriundas das Comissões Técnicas Setoriais.

Comissão de Comércio do MERCOSUL-CCM

A Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio é o órgão que representa o MAPA na Comissão de Comércio do MERCOSUL - CCM, órgão assessor do Grupo Mercado Comum - GMC. A CCM, que dispõe de 7 Comitês Técnicos, é responsável pelo cumprimento dos instrumentos de política comercial acordados entre os Estados Partes do MERCOSUL para o funcionamento da União Aduaneira. No que se refere à agricultura, são dois os comitês de maior interesse: o CDCS (Comitê de Defesa Comercial e Salvaguardas), que trata da elaboração dos regulamentos comuns das medidas de defesa comercial e o CT-1 “Tarifas e nomenclatura”, que trata da política tarifária e da nomenclatura comum.

Na CCM são tratadas também questões de âmbito tarifário em razão de desabastecimento, utilizadas para os produtos e insumos agrícolas. A lista de exceção à TEC, onde figuram vários itens tarifários referentes a insumos e produtos agrícolas, também é administrada pela CCM.

Além disso, dada a importância da agricultura no comércio regional, é frequente a análise de consultas envolvendo problemas pontuais no comércio de produtos agrícolas ou de seus insumos.

Subgrupo de Trabalho nº 8 – Agricultura – “SGT-8”

A SRI é a responsável pela coordenação nacional do Subgrupo de Trabalho nº 8 - Agricultura – SGT-8. Este Subgrupo é responsável pela harmonização dos diferentes aspectos das legislações e regulamentações que afetam o comércio agrícola no MERCOSUL, nas áreas específicas da sanidade animal e vegetal. A harmonização se dá principalmente pela elaboração de projetos de resolução que advêm dos grupos de trabalho e comissões temáticas do SGT-8. Após análise e aprovação pelos Coordenadores do SGT-8, os projetos de resolução são encaminhados ao Grupo Mercado Comum, órgão coordenador das negociações gerais do MERCOSUL. Em 2009 foram elevados ao GMC 23 projetos de resolução.

O SGT-8 é ainda responsável pela gestão do “Projeto de Cooperação para a Harmonização de Normas e Procedimentos Veterinários e Fitossanitários, Inocuidade de Alimentos e Produção Agropecuária Diferenciada”, que tem por objetivo apoiar o processo de integração regional do MERCOSUL, por meio do desenvolvimento de um

sistema de controle harmonizado e equivalente entre os quatro países do Bloco. Durante o ano de 2009 foi aprovado o II Plano Operativo Anual MERCOSUL - União Européia que estabeleceu o plano de ação para o período 2010 e 2011. Entre as atividades executadas destacam-se a aquisição de equipamentos para laboratórios, equipamentos de informática e elaboração de *software* para a rede de informação sanitária do MERCOSUL.

Comitê Técnico nº 1- Tarifas e Nomenclatura – “CT-1”

As elevações e rebaixas tarifárias que ocorrem na TEC do MERCOSUL são todas negociadas no âmbito deste Comitê Técnico. Durante o ano de 2009, duas questões importantes para a agricultura foram discutidas no âmbito deste Comitê:

- elaboração de um Ditame de Classificação das plataformas de corte para a máquinas colheitadeiras-trilhadeiras, que estavam sendo classificadas de forma diferente pelas aduanas da Argentina e do Brasil, e
- aprovação dos pleitos de redução tarifária a zero de sardinhas e bacalhaus, além da divisão da nomenclatura de vinhos que agora diferencia os recipientes de capacidade superior a 2 litros e inferior a 5 litros, para que se consiga uma estatística mais precisa acerca das exportações e importações desses produtos.

Lista de Exceção à Tarifa Externa Comum

A lista de exceção é um mecanismo que permite aos países do MERCOSUL aplicar tarifas diferenciadas da TEC do Bloco a terceiros mercados. O Brasil tem o direito de alocar até 100 produtos com tarifa diferenciada. De maneira geral, os produtos estão assim distribuídos: 1/3 – MAPA; 1/3 MDIC e 1/3 Fazenda e Saúde. A cada semestre a lista é revisada e, para que um novo produto seja incluído, outro deve ser excluído, necessariamente. No ano de 2009, a referida lista sofreu redução dos 100 produtos para 93, conforme cronograma de redução da lista negociado no âmbito do MERCOSUL.

A Lista tem um prazo de vigência até o final de 2010. Porém, a sua eliminação se daria de maneira gradativa seguindo o seguinte cronograma: 93 itens, de 01/02/2009 a 31/01/2010; 80 itens de 01/02/2010 a 31/07/2010 e 50 itens de 01/08/2010 a 31/12/2010. No entanto, apenas o Brasil cumpriu o cronograma estabelecido pelo MERCOSUL. Desta maneira, o cronograma foi revisto em dezembro de 2009, em que os países do MERCOSUL decidiram prorrogar a lista até 2011 sem

que haja redução de produtos, ou seja, a Lista volta a ter 100 produtos até o final de 2011.

Atualmente o MAPA possui 35 produtos na lista, sendo: 11 linhas de lácteos; 1 de alho (o produto possui também direito *antidumping* de US\$ 0,48/kg); 2 de pêssego em calda; 1 de vinho; 2 de insumos para a fabricação de fertilizantes e defensivos; 1 de insumo para a fabricação de ração animal; 9 de fertilizantes (ao contrário dos demais, esses produtos estão com rebaixa tarifária para 0%); 3 de defensivos (também estão com rebaixa tarifária); 2 de couro *wet blue*, 2 de algodão e 1 de juta.

Resolução GMC nº 69/00 – Redução Temporária da TEC por Motivo de Desabastecimento Temporário

A Resolução GMC nº 69/00 concede aos membros do MERCOSUL a possibilidade de redução temporária da TEC, para uma determinada cota, nos casos de desabastecimento temporário de algum produto do bloco, desde que devidamente justificado.

O Brasil tem o direito de alocar 20 produtos com tarifa diferenciada dentro desta Resolução. Durante o ano de 2009, dois assuntos de interesse da agricultura foram discutidos:

- aprovação, no período de 18/06/2009 a 18/06/2010, de redução temporária da TEC para 2% para uma cota de 80.000t para a sardinha, por meio da Resolução CAMEX nº 32/09
- aprovação, no período de 30/04/2009 a 30/04/2010, de redução temporária da TEC para 2% para uma quota de 150.000t para o óleo de palmiste, por meio da Resolução CAMEX nº 25/09

Sistema de Administração e Distribuição de Quotas MERCOSUL.

Dada a sensibilidade do comércio agrícola mundial, muitos dos acessos que o Brasil possui em importantes mercados importadores, dão-se por meio de quotas tarifárias. Nos acordos de livre comércio algumas quotas foram concedidas especificamente ao Brasil e outras ao MERCOSUL em conjunto.

Com vistas a organizar a gestão das quotas outorgadas ao Brasil, técnicos da SRI participaram de várias reuniões durante o ano de 2009. No âmbito interno, o trabalho consistiu em definir competências e responsabilidades dos vários órgãos

governamentais envolvidos na gestão das quotas. No âmbito quadripartite, o trabalho em fase final de negociação na CCM, diz respeito à elaboração do Sistema de Administração e Distribuição de Quotas MERCOSUL – SAQME. Tal sistema estabelece todas as regras para a distribuição e administração das quotas comerciais concedidas ao MERCOSUL no marco dos acordos subscritos pelos Estados Partes. A Secretaria do MERCOSUL passará a assumir a responsabilidade de administrar as quotas no âmbito regional (informação sobre internalização dos acordos, controle de autenticação das quotas, cálculo de redistribuição e intercâmbio de informação entre os Estados Partes). A distribuição das quotas pelas empresas interessadas continuará sendo de responsabilidade de cada Estado Parte.

Lácteos

Durante o ano de 2009, A SRI acompanhou as reuniões dos setores privados de Brasil e Argentina que levaram à assinatura de um acordo privado de acompanhamento das exportações argentinas de lácteos para o Brasil.

Ainda em relação a lácteos, foi aprovada no GMC, a elevação da Tarifa Externa Comum (TEC) dos atuais 14% e 16% para 28%, a importação de lácteos proveniente de países de fora do bloco. A medida tem caráter provisório e o Paraguai não está incluído.

Trigo e Farinha de Trigo

A SRI elaborou estudos e notas técnicas com o objetivo de acompanhar o comércio intrabloco de trigo e farinha de trigo, dada a sua importância na importação agrícola brasileira. Também acompanhou atentamente as políticas argentina de restrição à exportação de trigo em grão e de incentivo para a exportação de farinha de trigo, via impostos de exportação diferenciados.

▪ Atividades referentes ao relacionamento externo do MERCOSUL

Acordos já firmados:

Acordo de Complementação Econômica entre o MERCOSUL e Chile (ACE-35), MERCOSUL e Bolívia (ACE-36), MERCOSUL – PERU (ACE-58) e MERCOSUL – CAN (ACE-59)

Tais acordos prevêm o estabelecimento de áreas de livre comércio entre as partes. No caso do acordo com o Chile e Bolívia, parte substancial do comércio está

totalmente desgravada. Os acordos com Peru e CAN (Equador e Colômbia) ainda estão em fase de desgravação, sendo que muitos produtos agrícolas estão excluídos e ou gozam apenas de quotas, razão pela qual, em 2009 a SRI atuou na administração e no monitoramento do comércio bilateral, com vistas ao aprofundamento dos mesmos. Com relação ao Peru, foi ainda elaborada lista de compensações visando a extensão para os produtos brasileiros das mesmas condições de acesso a mercado outorgadas aos EUA no acordo de livre comércio celebrado entre EUA-Peru.

Acordo de Complementação Econômica entre o Brasil e o México (ACE – 53)

Realizou-se em setembro de 2009, na Cidade do México, reunião bilateral entre Brasil e o México, no âmbito do ACE-53, com vistas a explorar todas as possibilidades de ampliação e aprofundamento do mesmo, incluindo um acordo de livre comércio, em cumprimento ao mandato que os presidentes Lula e Calderon expressaram no comunicado conjunto de agosto de 2009, por ocasião da visita do presidente mexicano ao Brasil. A SRI tem participado ativamente desse tema, tendo, inclusive, realizado consultas junto ao setor privado para levantar a intenção e contribuição do setor agrícola à elaboração da proposta negociadora brasileira.

Acordo MERCOSUL – Israel

A SRI participou da negociação do acordo com Israel. O mesmo foi aprovado pela Câmara dos Deputados no mês de novembro de 2009 e aguarda aprovação do Senado. Caso aprovado, irá à sanção do presidente Lula, tornando-se o primeiro acordo de livre comércio extrarregional do MERCOSUL.

Acordo MERCOSUL – Índia

O Acordo com a Índia finalmente entrou em vigor em junho de 2009 e em novembro foi realizada a primeira reunião administradora do acordo que terá entre outras atribuições a de buscar um aprofundamento do mesmo, sendo que a SRI já vem realizando estudos para elencar setores e produtos de interesse para serem incluídos, tendo, inclusive, realizado consultas junto ao setor privado para a elaboração da proposta brasileira do setor agrícola.

Acordo MERCOSUL - SACU (South África Customs Union)

Em 2009 foi assinado pela SACU o Acordo MERCOSUL-SACU. A parte MERCOSUL já havia assinado o acordo durante a Cúpula de Salvador realizada em dezembro de 2008. O Acordo MERCOSUL-SACU, todavia, só entrará em vigor após a

aprovação pelo Congresso Nacional Brasileiro e pelos demais membros do MERCOSUL.

Acordos em Negociação:

Acordo MERCOSUL – União Européia

A SRI atuou na proposta de retomada do acordo MERCOSUL-União Européia, de grande interesse para a agricultura brasileira, tendo realizado consultas a entidades representativas do setor privado agrícola que se manifestaram favoravelmente ao acordo. Participou, ainda, de reunião realizada em Lisboa com os negociadores europeus para explorar as possibilidades de reabertura do acordo.

Acordo MERCOSUL- Coréia do Sul

Em 2009, foi assinado Memorando de entendimento entre o MERCOSUL e a Coréia do Sul para a criação de um grupo consultivo que terá como objetivo explorar as possibilidades de aprofundamento comercial entre o Bloco e aquele país, inclusive para negociar um acordo de livre comércio que leve em consideração as sensibilidades de parte a parte. A SRI atuou na confecção da proposta brasileira do Memorando tendo em vista o grande interesse brasileiro naquele importante mercado importador agrícola.

Acordo MERCOSUL – Marrocos e MERCOSUL – Jordânia

Em 2009 não houve reuniões negociadoras dos referidos acordos, sendo que o MERCOSUL aguarda a análise por parte daqueles países da proposta de textos normativos encaminhada.

Acordo MERCOSUL – Egito

Foi realizada nova reunião negociadora com o Egito com vistas à negociação de um acordo de livre comércio. A SRI participou apenas da sessão nacional da negociação.

▪ Atividades referentes aos Grupos de Monitoramento de Comércio Bilateral

Grupo de Monitoramento do Comércio Bilateral Brasil-México

Em 2009, a SRI participou da V reunião de monitoramento do comércio bilateral Brasil-México realizada em Brasília. Os temas de interesse da agricultura foram: aprofundamento e ampliação do ACE-35, licenças de importação para alho, Indicação

Geográfica da tequila e o Grupo de Trabalho para a Integração de um Programa e Intercâmbio Técnico para o Desenvolvimento Agroalimentar entre Brasil e México.

Grupo de Monitoramento do Comércio Bilateral Brasil-Chile

A SRI participou da V Reunião de monitoramento do comércio bilateral Brasil – Chile, coordenada pelo MDIC no mês de novembro de 2009. Na pauta agrícola constou o pleito do açúcar (reivindicação da aplicação de preferência tarifária pelo ACE 35) e os pedidos de esclarecimentos sobre a investigação chilena de salvaguarda contra a importação de leite e queijo.

Grupo de Monitoramento do Comércio Bilateral Brasil – Argentina

Dada a importância da pauta comercial com este sócio do MERCOSUL, em 2009 foram realizadas várias reuniões de monitoramento do comércio bilateral sendo que a SRI participou ou encaminhou posicionamento à maioria delas. Os principais temas de interesse tratados foram o comércio de trigo e farinha de trigo, lácteos, registro de vacinas de febre aftosa da Argentina, exigências brasileiras para a importação de cítricos, dentre outros.

Grupo de Monitoramento do Comércio Bilateral Brasil-Uruguai

Em 2009, a SRI participou das reuniões de monitoramento do comércio com o Uruguai principalmente no que se refere a lácteos e as restrições sanitárias à importação de frango do Brasil.

Grupo de Monitoramento do Comércio Bilateral Brasil-Paraguai

Em 2009, a SRI participou das reuniões bilaterais com o Paraguai nos temas de interesse agrícola principalmente no que se refere às exigências paraguaias de Licenças Prévias na importação de Carnes e Miúdos de Frango

2.4.e.2.1.3. Outros Temas

▪ Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) e GECEX

O Conselho de Ministros da CAMEX é a instância decisória no âmbito do Poder Executivo em questões relacionadas ao comércio exterior. Além do Ministro da Agricultura, compõem a Câmara o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (que a preside), das Relações Exteriores, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda, do Desenvolvimento Agrário e da Casa Civil. A SRI tem a função de analisar e elaborar relatórios sobre os temas a serem tratados nas reuniões e

discuti-los previamente com o Ministro da Agricultura, auxiliando na preparação do posicionamento do Ministério.

O GECEX, grupo consultivo da CAMEX, reúne-se mensalmente para tratar das questões referentes ao comércio exterior. Trata-se de um grupo ampliado, com representantes de vários órgãos do governo. Geralmente as propostas são levadas ao GECEX e, na falta de consenso, são decididas na instância superior, a CAMEX.

Em 2009, ocorreram sete reuniões da CAMEX. Os temas de interesse direto do MAPA tratados nessas reuniões foram: negociações internacionais da Rodada Doha na OMC; contenciosos comerciais na OMC; prorrogação da aplicação do direito *antidumping*, com alíquota reduzida para 2,9%, resultante da revisão de final de período nas importações de glifosato, quando originárias da República Popular da China; elevação da TEC do trigo, elevação da TEC de lácteos, acompanhamento de importações de lácteos da Argentina e Uruguai e negociações com México e União Européia.

▪ **GTDC - Grupo Técnico de Defesa Comercial**

A SRI compõe o grupo interministerial que analisa e decide tecnicamente sobre a aplicação dos instrumentos de defesa comercial (salv guarda, medidas compensatórias e *antidumping*). As decisões do Grupo são em seguida levadas à apreciação do GECEX e da CAMEX. A SRI participa de reuniões que tratam da análise de produtos de interesse do agronegócio realizadas pelo grupo. Nesse ano, foi aprovada a prorrogação por cinco anos da aplicação do direito *antidumping*, com alíquota reduzida para 2,1%, resultante da revisão de final de período nas importações de glifosato, quando originárias da República Popular da China.

2.4.e.2.2. Realizações na área temática de assuntos sanitários e fitossanitários

2.4.e.2.2.1. Temas de âmbito multilateral

- **Atividades desenvolvidas no âmbito da Organização Mundial do Comércio – OMC.**

Atividades no âmbito do Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial do Comércio– (Comitê SPS/OMC).

O referido Comitê reúne-se três vezes ao ano e oportuniza que os países utilizem os mecanismos de dispositivos legais. Este Acordo constitui um dos acordos estabelecidos ao final da rodada Uruguai sobre negociações comerciais multilaterais e incorporado pelo Decreto 1.355/1994.

A Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio – SRI participou das três reuniões ordinárias do Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial do Comércio (Comitê SPS/OMC), realizadas no ano de 2009, na sua sede em Genebra. Durante essas reuniões foram discutidos multilateralmente diversos assuntos constantes da Agenda preparada pelo Secretariado do Comitê e aprovada pelos países membros, dentre eles destacam-se: *i)* padrões privados e certificação privada; *ii)* procedimentos de controle, inspeção e aprovação; *iii)* análise do funcionamento e da implementação do Acordo SPS; *iv)* cooperação; *v)* monitoramento de normas internacionais e mecanismo de bons ofícios do presidente do Comitê para solução de diferenças de interesse comercial; e *vi)* preocupações comerciais específicas.

Dentre os temas citados, a questão dos procedimentos de controle, inspeção e aprovação possui especial importância para o Brasil. Esses procedimentos podem ser usados para gerar demoras indevidas para a liberação de importação e conseqüente abertura de mercados. Neste caso, pode-se citar: *i)* solicitação de informações irrelevantes com o propósito de controle; *ii)* inspeção de amostras numa quantidade além da necessária; *iii)* impor tratamento diferenciado para produto nacional e importado e *iv)* aplicar custos de controle superiores aos de mercado.

O tema padrões privados ganha relevância na medida em que existe o risco de que o mesmo possa ser usado como forma de se cobrar exigências que não estão em conformidade com o Acordo SPS, o que por sua vez, pode comprometer a competitividade dos produtos brasileiros no comércio internacional. Apesar de se tratar

de uma relação entre entes privados, o Brasil tem liderado a busca da responsabilização dos países membros em que estas exigências estejam em conformidade com o Acordo. Para isto tem utilizado os dispositivos legais contidos no Acordo.

O mecanismo de bons ofícios do presidente do Comitê é outro artifício disponível para solução de diferenças que precede o litígio perante o órgão de solução de controvérsias da OMC. Neste sentido, é de interesse do Brasil utilizar este mecanismo e, para tanto, tem sido desenvolvida uma proposta brasileira de regulação deste dispositivo com vistas a uma utilização mais efetiva para os interesses do agronegócio.

A SRI vem participando ativamente da elaboração das deliberações, encaminhamentos e documentos no âmbito do Comitê SPS com a coordenação de grupos de trabalho e envio de comentários aos diferentes temas abordados.

Nas reuniões do Comitê SPS existe a possibilidade de se apresentar preocupações comerciais específicas (PCE ou STC sigla em inglês), ou seja, relatar aos demais países membros problemas no comércio bilateral, oriundos do não cumprimento, ou cumprimento parcial, das normas e princípios do Acordo SPS.

As PCEs promovem a oportunidade de, perante os países membros, se questionar procedimentos em não conformidade com o Acordo e proporciona avanços nas negociações bilaterais para abertura e manutenção de mercados.

No ano de 2009 foram colocadas e apresentadas pelo Brasil as PCEs descritas a seguir e a solicitação do mecanismo de bons ofícios do presidente do Comitê:

- EUA - restrições à importação de carne suína e bovina;
- África do Sul - restrições à importação de carne suína e bovina;
- México - restrições ao reconhecimento do estado de Santa Catarina para importação de carne suína e carne bovina termoprocessada (em virtude das dificuldades dos avanços foi proposto a utilização do mecanismo de bons ofícios do presidente do Comitê SPS. Entretanto o México informou que não manifestar-se-á sobre o pedido de bons ofícios por entender que houve avanços nas negociações bilaterais e que não existe uma regulamentação sobre a utilização do mecanismo);
- Japão - restrições na avaliação dos carregamentos de café em virtude do estabelecimento de limites máximos dos resíduos de defensivos agrícolas;
- Indonésia - comércio de carne de frangos; e
- Colômbia - restrições na importação de gelatina.

As PCEs foram colocadas com vistas a abordar demoras nos processos de avaliação e o uso de recursos administrativos para retardar e/ou restringir acesso a mercados.

Em paralelo foi apresentada aos membros do Comitê SPS, uma proposta conjunta do Mercosul (G/SPS/W/244) para desenvolver matérias relacionadas aos procedimentos de controle, inspeção e aprovação relativas ao Artigo 8 e anexo C do Acordo SPS. O objetivo foi baseado na proposta de buscar recursos para disciplinar o uso de demoras indevidas nos processos de análise de risco e aprovação.

O Brasil apresentou ainda uma proposta de disciplina do uso do mecanismo de bons ofícios, bem mais rígida e abrangente para a busca de soluções do que a incipiente proposta apresentada pelo Comitê, o que será apreciado pelos membros nas próximas reuniões. O México apoiou importantes itens da proposta brasileira.

Considerando que durante nas reuniões do Comitê SPS, em que estão presentes os delegados de diversos parceiros comerciais do Brasil, a delegação brasileira aproveita a oportunidade para encontros bilaterais com vistas a resolver pendências SPS que afetam negativamente o comércio.

Foram realizadas gestões de interesse do agronegócio brasileiro com França, Coreia do Sul, China, Japão, União Européia, Indonésia, Argentina, Vietnã, Uruguai, Canadá, Colômbia, México, Indonésia e EUA.

As atividades centraram esforços na tentativa de adequação dos países da Ásia e Pacífico com vistas a remover restrições a pragas que dificultam a exportação de frutas e produtos vegetais para diversos membros deste grupo.

Em relação ao tema cooperação, a convite da FAO, houve participação em um projeto para fortalecer as atividades relacionadas ao *Codex Alimentarius* em Angola. A participação em atividades desse tipo mostra a disposição do país em contribuir para que outros países tomem como referência as normas internacionais, assim como, em promover cooperação técnica e fortalecer a relação entre os países.

Notificações Sanitárias e Fitossanitárias

No ano de 2009 deu-se continuidade ao trabalho relativo às notificações referentes ao Acordo Sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (Acordo SPS). O Brasil destacou-se como o país que mais notificou medidas SPS ao Secretariado em 2009. A plataforma consolida o compromisso da transparência e da qualidade da

regulamentação brasileira em conformidade com o Acordo, visto que o número de questionamentos é muito reduzido.

Dentre as principais atividades desenvolvidas destacam-se:

- Recebimento de 1.053 notificações sobre medidas sanitárias e fitossanitárias, divulgadas pelo Secretariado do Comitê SPS da OMC. Essas notificações foram encaminhadas para as áreas competentes do MAPA para conhecimento das regulamentações e alterações em medidas SPS nos diversos países membros da OMC, possibilitando a realização de comentários julgados pertinentes. Além disso, as notificações são disponibilizadas semanalmente no sítio do MAPA.
- Envio de 137 notificações sobre medidas sanitárias e fitossanitárias propostas ou adotadas pelo MAPA ou pela ANVISA, com vistas à divulgação pelo Secretariado do Comitê SPS da OMC. O envio dessas informações demonstra o esforço do país no cumprimento do princípio da transparência que consta no Acordo SPS da OMC.

▪ **Atividades desenvolvidas no âmbito de outras organizações multilaterais**

Representação do Brasil no Codex Alimentarius FAO/OMS

O Codex Alimentarius é um fórum internacional criado em 1963, por meio de uma parceria da Organização das Nações Unidas (FAO) e da Organização Mundial de Saúde (OMS), com a finalidade de estabelecer normas, padrões e diretrizes internacionais relacionadas à qualidade e inocuidade dos alimentos, que são referência para o comércio internacional de produtos alimentares. A representação dos órgãos reguladores e produtores no Codex Alimentarius é fundamental para o acompanhamento e participação efetiva na elaboração das normas internacionais. Atualmente 182 países são membros do Codex Alimentarius.

As normas Codex Alimentarius abrangem os principais alimentos, sejam estes processados, semiprocessados ou crus, também abrange substâncias/produtos que são usados para a elaboração dos alimentos, na medida em que seja necessário para alcançar os principais objetivos do Codex Alimentarius. As diretrizes Codex Alimentarius referem-se aos aspectos de higiene e propriedades nutricionais dos alimentos, abrangendo, código de prática e normas de: aditivos alimentares, pesticidas e resíduos de medicamentos veterinários, contaminantes, rotulagem, classificação, métodos de amostragem e análise de riscos. Desde a sua criação, o Codex

Alimentarius estimulou investigações científicas sobre os alimentos e contribuiu para que aumentasse consideravelmente a consciência da comunidade internacional acerca de temas fundamentais, como a qualidade e inocuidade dos alimentos e a saúde pública.

A SRI é responsável pela Coordenação, no MAPA, dos trabalhos conduzidos no âmbito do Codex Alimentarius FAO/OMS.

As posições levadas pelas delegações brasileiras às diversas atividades do Codex Alimentarius são construídas no âmbito do Comitê do Codex Alimentarius do Brasil (CCAB/INMETRO/MDIC). Nessa consolidação participam diversos órgãos governamentais e representantes privados, sendo que o ponto de contato é o Ministério das Relações Exteriores.

Em virtude das atividades legais do MAPA, no que se refere à regulação da segurança e qualidade dos alimentos, esse Ministério possui importância na participação ativa nas negociações referentes à elaboração das normas e padrões Codex Alimentarius. No ano de 2009, o Brasil participou de várias reuniões de Comitês e grupos de trabalho do Codex Alimentarius realizadas em diferentes países. Nessas reuniões foram discutidas normas, padrões e recomendações sobre questões sanitárias e fitossanitárias aplicadas ao comércio mundial de alimentos.

O MAPA, por intermédio da SRI, foi responsável pela organização de duas reuniões Codex realizadas no Brasil, uma do Comitê Codex sobre Medicamentos Veterinários em Alimentos e outra do Grupo de Trabalho para o estabelecimento de diretrizes para o controle de *Salmonella* e *Campylobacter* em carne de Frango (grupo ligado ao Comitê Codex sobre Higiene dos Alimentos). Ambos os temas são de grande impacto nas questões comerciais de acesso e manutenção de mercados.

Durante as reuniões técnicas avançou-se numa série de normas e recomendações. Foram aprovadas no âmbito do Comitê do Codex Alimentarius 28 normas e revisões.

Representação do Brasil na Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais – CIPV

O Brasil é membro da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais (CIPV) desde sua fundação em 1929. O texto atual da Convenção foi promulgado pelo país no Decreto 5.759 de 17 de abril de 2006.

Neste texto, aprovado em 1997, foram criados a Comissão de Medidas Fitossanitárias (CMF), órgão que conduz a Convenção e tem a participação de todos os 172 membros, e o Comitê de Normas (CN), responsável pelo desenvolvimento e estabelecimento das Normas Internacionais de Medidas Fitossanitárias (NIMFs), com 25 participantes.

As NIMFs são as normas de referência, no âmbito fitossanitário, para o Acordo sobre Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC. Portanto, os regulamentos para o comércio internacional de plantas e produtos vegetais estabelecidos pelos países devem ser baseados nas NIMFs para não suscitar questionamentos na OMC. Por isso são de grande relevância para o Brasil, um grande exportador de produtos agrícolas.

O Brasil é integrante do CN desde a sua criação e ocupa uma das quatro vagas destinadas à região da América Latina e Caribe e, o atual mandato foi iniciado em 2006 e prorrogado em 2009 por mais três anos. A Presidência do Comitê é exercida desde 2007 por um representante do MAPA. Desta forma, as NIMFs que afetam o comércio internacional de produtos agrícolas de interesse para o Brasil podem ser priorizadas.

Vale destacar que, entre as estratégias adotadas, o Brasil ofereceu-se para hospedar a primeira reunião do CN fora da sede da FAO em novembro de 2008. Esta reunião foi considerada exitosa e exemplar, uma vez que despertou elogios por parte dos integrantes e Secretariado da CIPV, dada a organização e eficiência que resultaram em discussões bastante proveitosas.

A SRI participou das principais reuniões da CIPV em 2009: 4ª Reunião da Comissão de Medidas Fitossanitárias e duas reuniões do Comitê de Normas.

Participação em Delegação do Brasil na Organização Mundial de Saúde Animal – OIE:

A SRI participou da 77ª Sessão Geral do Comitê Internacional da OIE, realizada entre os dias 24 e 29 de maio de 2009, em Paris. O Comitê Internacional composto por 174 países é a instância máxima decisória da Organização. Durante a Sessão Geral deste Comitê, delibera-se sobre a aprovação de todos os trabalhos realizados no ano anterior.

Dentre as atividades executadas destaca-se a reunião entre delegação brasileira e delegação da OIE, sobre compartimentalização na cadeia produtiva. Foi reiterado, pelas partes, o interesse na continuidade do projeto e que seria muito proveitoso o

estabelecimento de um canal mais próximo de contato entre as ações desenvolvidas pelo MAPA e pela OIE. Além disso, a diretora do Departamento de Comércio Internacional da OIE informou que abordaria o tema durante a próxima reunião do STDF, que antecede a reunião do Comitê SPS/OMC e solicitou que o delegado brasileiro presente à referida reunião fizesse o mesmo.

A parte brasileira informou sobre os encaminhamentos do projeto no Brasil e da expectativa de início dos trabalhos de coleta de dados de biossegurança dos sistemas de produção ainda no 2º semestre de 2009.

Por fim, a delegação da OIE informou que as legislações que reconhecerão o processo de certificação por compartimento estão sendo aprovadas na União Européia (UE) e que a matéria foi objeto de inclusão em diversos capítulos do Código Sanitário dos Animais Terrestres.

Na ocasião, aproveitando a presença de diversos delegados responsáveis por questões sanitárias, foram realizadas reuniões bilaterais com os seguintes países:

- Alemanha: Interesse da Alemanha em exportar produtos lácteos para o Brasil
- Angola: Pleito brasileiro para exportação de carne bovina não-desossada de áreas livres de febre aftosa com vacinação.
- Canadá: Análise de risco para exportação de peles bovinas do Brasil, com relação aos riscos de transmissão de Encefalopatia Espogiforme Bovina - BSE e pleito canadense para exportação de carne suína ao Brasil.
- Estados Unidos: Questionamentos americanos sobre a norma brasileira relativa à BSE e pleito brasileiro para exportação de carne suína do Estado de Santa Catarina e andamento da “Proposed Rule”.
- Rússia: Certificado sanitário para exportação de ração para cães e gatos; Certificado sanitário para exportação brasileira de lácteos; Certificado sanitário para exportação de carne de sangria; Certificado sanitário para exportação de bovinos vivos e entrega dos certificados assinados pelo Secretário de Defesa Agropecuária.
- Representantes do Pacto das Comunidades Andinas (CAN): Requisitos sanitários andinos para importação de lanolina e couro de bovinos para produção de gelatina.

2.4.e.2.2.2. Temas de âmbito bilateral e regional

▪ Atividades desenvolvidas no âmbito bilateral

Em 2009 foram concluídas negociações de exigências sanitárias e fitossanitárias que permitiram o acesso de produtos agropecuários brasileiros a diversos países. Dentre elas, destacam-se:

- África do Sul: restituição do acesso de carne de aves *in natura* (congelada ou refrigerada embalada a vácuo).
- Angola: reabertura do mercado à carne de ruminantes *in natura* com osso proveniente do Brasil.
- Argélia: abertura do mercado à Carne Bovina *in natura* (congelada ou refrigerada embalada a vácuo) brasileira.
- Argélia: abertura do mercado aos Produtos Lácteos brasileiros.
- Argentina: abertura do mercado argentino à exportação de carne suína com osso proveniente de SC.
- Canadá: abertura do mercado à gelatina brasileira.
- Chile: foram habilitados 4 estados (MT, SP, GO e MG) à exportação de carne bovina *in natura*.
- China: abertura do mercado às exportações de carne de aves *in natura* e consolidação da habilitação de 24 estabelecimentos brasileiros para tal finalidade.
- Cingapura: abertura do mercado à margarina brasileira.
- Cingapura: abertura do mercado aos produtos lácteos brasileiros.
- Egito: abertura do mercado aos bovinos vivos e pintos de 1 dia procedentes do Brasil.
- Egito: abertura do mercado às exportações de aves de um dia.
- El Salvador: abertura do mercado às exportações de alimentos para animais de companhia.
- EUA: abertura de mercado para a gelatina de pele bovina brasileira.
- Filipinas: abertura do mercado à Carne Suína *in natura* brasileira.
- Indonésia: abertura do mercado indonésio à Carne Bovina *in natura* brasileira.
- México: avanços na avaliação para importação de carne cozida em embalagem “pouch”
- México: ratificação do acesso de carne cozida, enlatada, àquele mercado.
- Peru e Colômbia: restituição do acesso à gelatina brasileira.

- Rússia: foram acordadas as condições sanitárias para a exportação de leite em pó, leite condensado e leite evaporado; língua, coração e carne de cabeça de bovinos; embriões bovinos; ração para cães e gatos; farelo de soja do Brasil para a Rússia.
- Taiwan: abertura do mercado às exportações de alimentos para animais.
- Tunísia: abertura do mercado à carne bovina *in natura* brasileira.
- UE: reabertura das exportações brasileiras de material genético avícola para a espécie *Gallus gallus*.
- Vietnã: abertura do mercado à Carne Suína *in natura* brasileira.

Cabe mencionar, também, a existência de negociações ainda em curso, com vistas à suspensão de barreiras sanitárias e fitossanitárias para acesso brasileiro a outros mercados, dentre as quais se destacam:

- China: Avanços na negociação para abertura do mercado de Carne Suína *in natura* brasileira.
- Coréia do Sul: grande avanço nas tratativas técnicas para acesso à Carne Bovina e Suína *in natura* de Santa Catarina e termoprocessadas no mercado sul-coreano.
- EUA: recebida missão Americana que poderá culminar no acesso da carne de aves *in natura* brasileira àquele mercado.

França: A SRI participou da articulação e negociação para controle e monitoramento da Mosca da Carambola na fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa. Trata-se de uma negociação que não é de acesso a mercado, mas que tem grande relevância para a proteção vegetal da região e para o agronegócio brasileiro.

As negociações envolveram a realização de duas reuniões. A primeira, em abril de 2009, em Paris. A segunda, em agosto de 2009, em Macapá/AP. Também fizeram parte das negociações as discussões mantidas no Comitê SPS/OMC. (Ver Atividades no âmbito do Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias – Comitê SPS).e comunicações pelos canais diplomáticos.

Como resultado, será agendada uma missão tripartite (Brasil – França – consultor independente) para o primeiro trimestre de 2010, com vistas à solução do problema.

- Japão: avanço nas negociações para acesso à Carne Suína *in natura* de Santa Catarina ao mercado japonês.
- México: negociação em trâmite para permitir o acesso de carne de aves *in natura* - mecanicamente separada, do reconhecimento de áreas livres de febre aftosa e conseqüente acesso das carnes de bovinos e suínos.
- Polinésia Francesa: negociação para acordo de modelo de certificação sanitário para exportação de carne de aves, exceto ratites.
- Rússia: negociação para acordo sobre modelo de certificado sanitário para amparar as exportações brasileiras de pescado, carne eqüina, miúdos bovinos, ovo produtos, material genético avícola, gado vivo e material genético de bovinos; eqüinos vivos, serpentes vivas e produtos mastigáveis para cães.

Ainda no que se refere à Rússia, as relações em 2009 mantiveram evolução significativa. Colaborou para esse bom relacionamento a realização de várias reuniões técnicas entre representantes dos Grupos de Trabalho nas Áreas Animal e Vegetal estabelecidos entre a SDA e o Serviço Federal de Supervisão Veterinária e Fitossanitária da Rússia. A SRI participou ativamente de todos esses encontros, cumprindo seu papel em fornecer informações relevantes sobre o estado atual dos temas, participar das negociações diretamente, bem como manter sua base de dados atualizada em tempo real, de forma a subsidiar futuras tratativas.

No segundo semestre de 2009, após meses de intensas negociações, foi obtida a habilitação de plantas produtoras de carne suína do Estado de Santa Catarina à exportação de seus produtos para aquele País.

Ao longo de 2009, foram acordadas as condições sanitárias para a exportação de leite em pó, leite condensado e leite evaporado; língua, coração e carne de cabeça de bovinos; embriões bovinos; ração para cães e gatos; farelo de soja do Brasil para a Rússia.

Foram assinados o Memorando de Cooperação entre a Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA e o Serviço Federal de Supervisão Veterinária e Fitossanitária da Federação da Rússia na Área Laboratorial e o Memorando entre a SDA e o Serviço de Supervisão Veterinária e Fitossanitária russo relativo ao fornecimento de soja em grão e farelo de soja do Brasil para a Rússia.

▪ **União Européia:**

Com a União Européia, as relações bilaterais mantiveram seu bom andamento, incluindo como resultado as seguintes tratativas:

- Carne suína in natura e bovinos vivos – materializando intensas gestões bilaterais e na OMC, o Brasil recebeu em setembro de 2009 a Missão Européia para a avaliação do risco relacionado às exportações dos referidos produtos à Europa. Aguarda-se a avaliação final européia.
- Mecanismo de Consultas Brasil x UE – assinado durante a XI Comissão Mista Brasil x União Européia, em 06 de julho de 2009, estabelecendo fórum diferenciado para o tratamento de temas relacionados ao acesso e manutenção de mercados, relacionados às questões comerciais ou sanitárias e fitossanitárias.
- Ampliação do número de propriedades habilitadas para enviarem animais para o abate, com destino à UE – a partir de janeiro de 2008, após a publicação da Diretiva CE n. 61/2009, e da exigência de habilitação das propriedades de criação de bovinos, o número de tais propriedades habilitadas pela UE cresceu mais de 500%, excedendo as 1500 unidades primárias de produção.
- Retorno da possibilidade de exportações de material genético avícola para a espécie *Gallus gallus* do Brasil para a UE.

▪ **Atividades desenvolvidas no âmbito do MERCOSUL**

Subgrupo de Trabalho de Normas Técnicas – SGT 3/ MERCOSUL

A Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio é responsável pela coordenação da Comissão de Alimentos, que faz parte do Subgrupo de Trabalho Nº 3 (SGT-3, Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade) do Mercosul, negociando diversos temas de interesse do Brasil nas áreas referentes a assuntos sanitários e fitossanitários e normas técnicas e avaliação da conformidade nesses produtos.

No ano de 2009, a SRI participou das seguintes reuniões do SGT-3:

- XXXV Reunião Ordinária, de 13 a 17/04/09, em Assunção, Paraguai
- XXXVI Reunião Ordinária, de 13 a 17/06/09, em Montevideu, Uruguai;

- Reunião Extraordinária da Comissão de Alimentos, 14 a 18/08, Montevideu, Uruguai
- XXXVII Reunião Ordinária, de 9 a 13/11/2009, Montevideu, Uruguai;

Os seguintes temas foram discutidos no âmbito deste fórum:

- Atualização de Regulamento Técnico MERCOSUL sobre aditivos alimentares a serem empregados segundo as boas práticas de fabricação (Res. GMC nº 86/96);
- Revisão da Resolução GMC nº 102/94 sobre limites de tolerância para contaminantes inorgânicos;
- Declaração de propriedade nutricional (CLAIMS);
- Revisão da Resolução nº 84/93 sobre definição de funções sobre coadjuvantes de tecnologia;
- Revisão da Resolução GMC nº 36/92 sobre ensaios de migração total de embalagens e equipamentos plásticos em contacto com alimentos e relacionadas (Res. GMC nº 30/92, 32/97 e 33/97);
- Revisão da Res. GMC Nº 73/97 RTM Atribuição de Aditivos Alimentares em Produtos Cárneos fosse levado ao GMC;
- Revisão da Res. GMC 77/94 “Definição de bebidas alcoólicas, exceto as fermentadas”;
- Revisão da Res. GMC 23/94 “Resíduos de pesticidas em produtos agrícolas in natura”.

▪ **Acordos bilaterais com o Brasil nos campos sanitário e fitossanitário:**

Assinados:

- Itália: Memorando de Entendimento na Área de Segurança Sanitária dos Produtos de Origem Animal e Vegetal. Assinado em 9 de novembro de 2009.
- República Dominicana: Memorando de Entendimento na área de segurança sanitária e fitossanitária de produtos de origem animal e vegetal; em vigor, assinado em 10/10/2009.
- Sudão: Protocolo de Entendimento nas áreas de sanidade vegetal e outros assuntos fitossanitários de interesses mútuos; em vigor, assinado em 03/03/2009.

- Líbia: Acordo em Saúde Animal; em vigor, assinado em 19/02/2009.
- União Européia: Mecanismo de Consulta em Questões Sanitárias e Fitossanitárias. Assinado em 6 de julho de 2009.
- Rússia: Memorando de Cooperação entre a Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA e o Serviço Federal de Supervisão Veterinária e Fitossanitária da Federação da Rússia na Área Laboratorial e Memorando entre a SDA e o Serviço de Supervisão Veterinária e Fitossanitária russo relativo ao fornecimento de soja em grão e farelo de soja do Brasil para a Rússia.

Em negociação:

- Costa Rica: Memorando de Entendimento na área de segurança sanitária e fitossanitária de produtos de origem animal e vegetal;
- El Salvador: Memorando de Entendimento na área de segurança sanitária e fitossanitária de produtos de origem animal e vegetal;
- Guatemala: Memorando de Entendimento na área de segurança sanitária e fitossanitária de produtos de origem animal e vegetal;
- Honduras: Memorando de Entendimento na área de segurança sanitária e fitossanitária de produtos de origem animal e vegetal;
- Jamaica: Memorando de Entendimento na área de segurança sanitária e fitossanitária de produtos de origem animal e vegetal;
- Nicarágua: Memorando de Entendimento na área de segurança sanitária e fitossanitária de produtos de origem animal e vegetal;
- Panamá: Memorando de Entendimento na área de segurança sanitária e fitossanitária de produtos de origem animal e vegetal;
- Ucrânia: 1) Acordo de Cooperação no Campo da Quarentena Vegetal e Proteção de Plantas 2) Memorando de Entendimento na Área Sanitária e Fitossanitária; 3) Acordo para Estabelecimento de Comitê Consultivo Agrícola bilateral
- Turquia: Memorando de Entendimento na Área de Segurança Sanitária e Fitossanitária
- Sérvia: 1) Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica no Campo Veterinário (negociação em 2009. Assinado em janeiro de 2010). 2) Memorando de Entendimentos sobre Cooperação no Campo da Agricultura (Negociação em 2009. Assinado em Janeiro de 2010)

- Alemanha: Acordo sobre Cooperação nas áreas de segurança dos alimentos, saúde animal e proteção vegetal. Negociação em 2009. Assinado em Janeiro de 2010.

▪ **Comitês Consultivos Agrícolas**

O Comitê Consultivo Agrícola (CCA) é um mecanismo de consulta entre os setores oficiais de agricultura do Brasil e de outro país, tendo como principal função negociar os temas relevantes ao comércio bilateral. Os comitês consultivos possuem pauta ordinária com periodicidade fixada e podem atender a necessidades extraordinárias do diálogo bilateral, dependentes da existência de pauta relevante e do interesse bilateral nas discussões. A agenda das reuniões é consensualmente acordada entre os pontos de contato dos dois países designados para a troca de informações.

1 - Em maio de 2009 foi realizada a **3ª Reunião do CCA Brasil-Indonésia**, em Mataram/Indonésia, cujos principais temas discutidos foram:

1.1. Cooperação:

- Soja: acordado a introdução da soja nos recursos genéticos
- Pecuária: troca de informações e tecnologia no estudo da melhora de pastagens e qualidade de forrageiras no Brasil e transferência de tecnologia em rastreabilidade na pecuária.
- Óleo de Palma: troca de recursos genéticos de óleo de palma. Ambos países concordaram com a troca de especialistas no assunto e de informações sobre germoplasmas.
- Memorando de Entendimento entre Embrapa e Ministério da Agricultura da Indonésia: ficou acordada a elaboração de um Memorando de Entendimento entre esses dois órgãos para Projetos de Cooperação Técnica nas seguintes áreas: soja, óleo de palma, treinamento e pecuária.

1.2. Temas SPS:

- Febre aftosa: Indonésia informou a vigência de nova legislação que reconhece a regionalização para febre aftosa.

- Foi discutida a exportação de ovos férteis, pintos de um dia, carne bovina e lácteos do Brasil para a Indonésia.
- Pragas Quarentenárias: Brasil entregou o Relatório Técnico para dar início aos processos de Análise de Riscos e Pragas de uva, melão e manga e maçã.

2 - Em outubro de 2009 foi realizada a **3ª Reunião do CCA Brasil-Canadá**, em Brasília,

a - Os seguintes temas foram concluídos:

- Visto Consular - Apresentação do Decreto 6.946, de 21/08/09;
- Requisitos brasileiros de teste da doença de lentilhas;
- Sistema de certificação para as batatas semente, e o

Treinamento em farmacovigilância de produtos farmacêuticos e biológicos de uso veterinário e de aditivos zootécnicos.

b - Os seguintes pontos foram acordados:

1. **Cooperação**

- Treinamento em rastreabilidade: previsto para ocorrer em março de 2010 no Canadá.
- Treinamento em biossegurança animal: o lado brasileiro relatou uma visita realizada ao Canadá e como o país está avançado em biossegurança, e enfatizou a importância em trocar informações técnicas sobre normas e *check-lists*, bem como visitar o laboratório de Winnipeg.
- Cooperação em combustíveis renováveis: O Canadá convidou cientistas brasileiros para participar da reunião de pesquisadores canadenses de bicompostíveis em fevereiro.
- Cooperação técnica em sistemas de controle de micotoxinas, de resíduos, de contaminantes, e de boas práticas agrícolas canadenses: foi realizado treinamento de 11 fiscais federais agropecuários no Canadá de 5 a 11 de dezembro.

2. Temas SPS: Foram discutidos os seguintes itens de modo a buscar soluções para os entraves no comércio entre Brasil e Canadá:

- Temperatura em salas de cortes de carne de aves.

- Exportação de Carne Suína “in natura” proveniente do Estado de Santa Catarina para o Canadá.
- Exportação canadense de lagostas.
- Exportações brasileiras de carne bovina “in natura”.
- Limite Máximo de Resíduos - LMRs nas exportações brasileiras de mamão papaia.
- Situação atual da análise de riscos de pragas em execução pelo Brasil.
- Exportação canadense de genética ovina.

3. Pesquisa – a delegação canadense apresentou a situação atual das conversações entre a EMBRAPA e AAFC, cuja principal peça é o Memorando de Entendimento que fixa prioridades e abre oportunidades para cooperação entre os dois países.

▪ **Cooperação trilateral – Índia, Brasil e África do Sul – IBAS**

No âmbito do Fórum de diálogo Índia/ Brasil/ África do Sul (IBAS), foi realizada, no Rio de Janeiro em julho de 2009, a reunião do Grupo de Trabalho sobre Agricultura. A reunião foi dividida em 5 subgrupos que trataram dos seguintes temas:

- realização de Workshops em Febre Aftosa e controle e contenção de Influenza Aviária.
- Projeto de Cooperação para troca de material genético bovino.
- Projeto de Cooperação na área de controle de qualidade de vacina de Febre Aftosa.
- Realização de Workshop em Produção Integrada de Frutas e Certificação Fitossanitária no Brasil.
- Realização de treinamento em Manejo Integrado de Pragas na Índia.
- Realização de encontro técnico para harmonização de metodologias de Análise de Risco de Pragas.
- Desenvolvimento de um sistema simplificado para importação e exportação de germoplasma, sementes e material para propagação e pesquisa.
- Treinamento em diagnóstico de pragas e tecnologias pós-colheita.
- Alinhamento de posições nos fóruns multilaterais internacionais.
- Treinamento em produção de soja e de vinhedos.

▪ **Acompanhamento de missões estrangeiras com vistas à abertura/manutenção de mercados**

Dentre as principais missões recebidas pelo Brasil em 2009, destacam-se:

- Filipinas, para habilitar exportação de carne suína e de aves onde foram habilitados estabelecimentos de carne suína e de aves;
- EUA (FDA), para habilitar exportação de frutas e produtos vegetais;
- Canadá, para habilitar exportação de produtos destinados à alimentação animal –pet;
- Chile para habilitar exportação de lácteos;
- Cuba, para habilitar exportação de lácteos
- Chile, para habilitar subprodutos de origem animal,
- Chile, para habilitar carne bovina do Mato Grosso e Tocantins;
- Coréia do Sul, para habilitar carne bovina e suína termoprocessada e carne suína de Santa Catarina;
- EUA (FDA), para conhecer o sistema de produção do Açaí;
- Cuba, para habilitar carne suína e de aves;
- UE – Missão DG SANCO 2009-8209. Tripas. 20/01/09 a 02/02/09.
- UE – Missão DG SANCO 2009-8212. Saúde animal. Febre aftosa. 20/01 a 02/02/09.
- UE – Missão DG SANCO 2009-8280. Certificação e rastreabilidade de bovinos. 20/01/09 a 02/02/09.
- UE – Missão DG SANCO 2009-8332. Rotulagem de carne bovina. 15 a 17/03/09.
- UE - Missão do FVO – DG SANCO 2009-8301. Controle oficial de alimentos, ração e sementes consistindo de ou produzidos a partir de Organismos Geneticamente Modificados (OGM). 22 a 30 /04/09.
- UE – Missão DG SANCO 2009-8360. Carne suína. Santa Catarina 20 a 28/10/09.
- UE – Missão DG SANCO 2009-8354. Bovinos vivos. Saúde animal. Santa Catarina 14 a 26/10/09.
- UE – Missão DG SANCO 2009-8356. Suínos. Saúde animal. Santa Catarina. 14 a 26/10/09.
- UE - Missão do FVO - DG SANCO 8145/2009. Resíduos de pesticida em alimentos de origem vegetal. 11 a 19/11/2009.

- Ucrânia. Carne de aves. 27 de Agosto de 2009.

As principais missões brasileiras realizadas no exterior em 2009 foram:

- Angola, para fins de cooperação técnica;
- África do Sul, para participar de reunião com autoridades sanitárias com vistas à reabertura das exportações de carne bovina, suína e de aves;
- Chile para habilitar importação de lácteos daquele país;
- México, para exportação de sementes de forrageiras;
- México, para participar da 2ª Reunião do Grupo de Trabalho para a Integração de um Programa de Cooperação e Intercâmbio Técnico para o Desenvolvimento Agro - Alimentar entre Brasil e México;
- China, reuniões bilaterais para a abertura de carne suína, bovina e de aves, no âmbito da visita presidencial,
- África do Sul, para acesso ao mercado daquele país de carne bovina e suína;
- Filipinas, Japão e Coréia do Sul, para acompanhar missão do MDIC e reuniões bilaterais com os três países para habilitar a exportação de carne suína “in natura” do Estado de Santa Catarina;
- África do Sul, Angola e Moçambique, reuniões bilaterais com os três países para reabertura do mercado brasileiro de carnes
- Portugal: inspeção da produção de produtos de carne e lácteos daquele país.
- Rússia: discussão sobre temas sanitários e fitossanitários de interesse mútuos.
- Uruguai: acesso da carne de aves in natura e carne suína brasileiras.
- Paraguai e Uruguai: participação das reuniões da Comissão de Alimentos do SGT3/MERCOSUL.
- UE: Missão técnica professores da Universidade Federal de Lavras e representantes do MAPA, organizada pela SRI.

▪ **Treinamento e capacitação**

Visando constante aperfeiçoamento e capacitação do quadro de funcionários, os servidores da SRI participaram ou colaboraram com atividades de treinamento ao longo de 2009:

- Treinamento em direito comunitário. Organizado pelo DNSF. Ministrado por diplomatas do Ministério das Relações Exteriores. Local: Brasília – DF. Carga horária: 24h. Servidores capacitados: 12.

- Treinamento no sistema de alerta rápido da UE. Custeado pela UE. Local: Bruxelas, Bélgica. Servidor capacitado: 1.
- Preparação e participação do Workshop DG SANCO – Resíduos, Contaminantes e Sanidade Vegetal. Público alvo: servidores e setor privado. Parte um programa maior denominado “Better Training for Safer Food”. Realizado em Campinas, SP no período de 24 a 28 de maio de 2009. Custeado pela UE. Pessoas capacitadas: 70, sendo 43 do MAPA.
- Participação em capacitação em análise de risco para Salmonela em carne de frango promovida pela Associação Latino americana de Avicultura (ALA), conduzida por técnicos da Organização Pan-americana de Saúde – PANAFTOSA, de 13 a 16 de abril de 2009. Local: Rio de Janeiro. Servidores capacitados: 02.
- Participação no curso à distância sobre Acordo SPS, realizado pela OMC. Servidores capacitados: 6.
- Participação no curso presencial sobre o Acordo SPS, promovido, organizado e custeado pela OMC. Genebra, Suíça. Servidor capacitado: 1.
- Participação no Seminário sobre Política Externa para Altos Funcionários da Administração Pública, realizado pelo Ministério das Relações Exteriores. Servidor capacitado: 1.
- Treinamento no XIX Curso Internacional teórico-prático de detecção e identificação de vírus vegetais. Promovido pelo Instituto Nacional de Investigación Agrária y Alimentaria. Local: Madrid, Espanha. Servidor capacitado: 1.

2.4.e.2.3. Realizações na área temática de promoção internacional do agronegócio

Um dos objetivos principais que tem orientado a atuação da SRI é aumentar a participação brasileira no comércio internacional por meio da promoção dos setores do agronegócio e da consolidação da imagem do Brasil como fornecedor de produtos de alta qualidade e sanidade. É objetivo, também, ampliar a base exportadora nacional por meio da diversificação de produtos e mercados e da disseminação da cultura exportadora. A produção de informações sobre o comércio externo do agronegócio brasileiro também é uma atividade importante no contexto dos trabalhos desta área temática.

As atividades de promoção internacional do agronegócio no exterior têm sido realizadas por meio de convênios com entidades privadas (2 em 2009), e, principalmente, por meio de destaques orçamentários ao MRE.

Em 2009 o DPI intensificou as parcerias com entidades privadas e outras agências e órgãos de governo que tratam de promoção comercial com os seguintes objetivos principais:

- evitar sobreposição de atividades e duplicação de esforços (e despesas), em especial quando se trata de realizar ações onde entidades privadas já estão presentes com o apoio da APEX;
- otimizar a utilização dos recursos disponíveis – parcerias (convênios) com entidades privadas, com divisão das despesas, e com o MRE (Divisão de Feiras e Turismo do Departamento de Promoção Comercial), possibilitando somar os recursos para a participação em feiras.

2.4.e.2.3.1. Temas referentes à atividade de inteligência comercial -

Nota à Imprensa

A SRI, em 2009, elaborou mensalmente “*Notas à Imprensa*” com os dados estatísticos da Balança Comercial do Agronegócio. A publicação mensal apresenta um resumo das estatísticas de exportações e importações do setor, incluindo dados dos principais parceiros comerciais do país e das Unidades da Federação. Essa nota é produzida em torno do 5º dia útil de cada mês e é divulgada pela Assessoria de Imprensa do Ministério da Agricultura para os diversos meios de comunicação do país.

Balança Comercial do Agronegócio

Mensalmente é divulgada a “*Balança Comercial do Agronegócio*” com estatísticas detalhadas do intercâmbio comercial agrícola brasileiro, seus principais parceiros comerciais e principais produtos exportados. A divulgação de tais boletins possibilita aos formuladores de política pública conhecerem a real inserção e competitividade dos produtos brasileiros do agronegócio exportados para o mundo, ademais, fornece subsídios à academia e também à imprensa para que artigos e publicações sejam elaborados.

Todas as informações sistematizadas e analisadas pela SRI encontram-se disponíveis no Portal do Mapa (www.agricultura.gov.br), no link “Balança Comercial”. Trata-se de um portal cujo conteúdo abarca, dentre outros: *i*) informações de comércio exterior do agronegócio, por intermédio de acesso ao AgroStat Brasil – base de dados de exportações e importações do agronegócio (detalhado adiante); *ii*) nota mensal de desempenho da balança comercial do agronegócio; *iii*) publicações produzidas na SRI sobre comércio externo do agronegócio; *iv*) informes de mercado; *v*) séries históricas das exportações de diversos produtos; *vi*) ranking dos países importadores e exportadores. Também está disponível um cadastro para todos os interessados em receber os boletins mencionados anteriormente. As informações do portal são atualizadas mensalmente.

Além das supracitadas divulgações destes boletins, são atendidas solicitações pontuais de todos os cidadãos que querem obter dados de exportações de produtos agrícolas brasileiros. Para tal intento, existe o endereço eletrônico institucional cgoe@agricultura.gov.br, utilizado para receber as demandas e encaminhar as respostas. Algumas demandas de estatísticas das exportações brasileiras já são tradicionalmente pleiteadas por órgãos da imprensa ou representações de setores diversos. Como destaque desse tipo de solicitação mencionam-se as demandas por dados mensais e acumulados ao longo de doze meses dos seguintes dados:

- ✓ estatísticas de exportações de carne bovina;
- ✓ exportações de carne de frango;
- ✓ exportações de carne suína;
- ✓ exportações do complexo sucroalcooleiro (açúcar e álcool);
- ✓ dados de exportações e importações de produtos lácteos;

- ✓ exportações e importações de produtos hortícolas;
- ✓ estatísticas de exportações e importações do complexo soja (soja em grão, farelo de soja e óleo de soja);
- ✓ exportações e importações de algodão;
- ✓ dados sobre as exportações e importações de amendoim, girassol, palma e óleos vegetais;
- ✓ importações e exportações mensais de trigo por origem e destino.

Informes de Mercado do Agronegócio

A preparação de *Informes de Mercados* constitui uma atividade de grande relevância à área. Em 2009, foram elaborados 67 “informes” para parceiros comerciais brasileiros. Os dossiês são demandados, inicialmente, pelo Gabinete do Ministro da Agricultura para subsidiá-lo com informações sobre o comércio exterior do país estudado, assim como as possibilidades de expansão das exportações para o mesmo.

INFORMES DE MERCADOS ELABORADOS EM 2009					
Blocos / Países					
01	Afeganistão	24	Filipinas	47	Nigéria
02	África (excl. Oriente Médio)	25	Gana	48	Nova Zelândia
03	África do Sul	26	Granada	49	Peru
04	Alemanha	27	Guiné Bissau	50	Polônia
05	Angola	28	Guiné Equatorial	51	República Dominicana
06	Arábia Saudita	29	Hong Kong	52	República Eslovaca
07	Argélia	30	Ilhas Fiji	53	República Tcheca
08	Argentina	31	Índia	54	Rússia
09	Austrália	32	Indonésia	55	Senegal
10	Áustria	33	Irã	56	Serra Leoa
11	Cabo Verde	34	Iraque	57	Sérvia
12	Canadá	35	Israel	58	Sudão
13	Cazaquistão	36	Itália	59	Suíça
14	Chile	37	Jamaica	60	Tailândia
15	China	38	Japão	61	Taiwan (China)
16	Cingapura	39	Jordânia	62	Turquia
17	Coréia do Norte	40	Kuwait	63	Ucrânia
18	Coréia do Sul	41	Líbia	63	União Européia
19	Cuba	42	Malásia	65	Uzbequistão
20	Egito	43	Maláui	66	Venezuela
21	El Salvador	44	Marrocos	67	Vietnã
22	Emirados Árabes Unidos	45	México		
23	Estados Unidos	46	Moçambique		

AgroStat Brasil – Estatística de Comércio Exterior do Agronegócio

A SRI disponibiliza ao público o *AgroStat Brasil*, base de dados on line do MAPA que oferece uma visão detalhada e atualizada das exportações e importações brasileiras do agronegócio, desde janeiro de 1997.

As estatísticas podem ser consultadas por:

- Países, blocos e regiões geográficas de origem/destino
- Unidades da Federação e Portos
- Setores, Subsetores ou Produtos
- Valor (em US\$) e quantidade (em Kg)
- Períodos (mês e períodos acumulados no ano)

Trata-se de uma ferramenta de análise fundamental para todos os interessados no comércio internacional do agronegócio. O objetivo final do sistema é oferecer ao cidadão, via sítio deste MAPA, uma base de dados que permita o acesso interativo e rápido das estatísticas de exportação e importação de produtos do agronegócio.

O *AgroStat Brasil* contém uma fração do comércio exterior brasileiro (produtos do agronegócio), que correspondem a cerca de 2.200 itens tarifários da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). As mercadorias selecionadas têm como fonte dos dados o Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX), administrado pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

A classificação do *AgroStat Brasil* apresenta as mercadorias da NCM agrupadas em setores, subsetores e produtos, o que permite ao usuário realizar diversos tipos de análise das exportações e importações do agronegócio brasileiro.

- Nível 1 - 25 setores
- Nível 2 - 90 subsetores
- Nível 3 - 350 produtos
- Nível 4 - 2.200 NCM's

Estatísticas de agrupamentos de produtos do agronegócio, a partir de uma classificação que busca atender às necessidades dos agentes ligados ao setor, com especificações das principais cadeias de produção e agregados de valor. Destarte, trata-se de uma concepção totalmente diversa e complementar à fornecida pelo MDIC no sistema ALICEWEB.

O *AgroStat* foi lançado em setembro de 2006, na Expointer, no Rio Grande Sul. Atualmente, o sistema conta com 2.862 usuários cadastrados.

O DPI, em 2007, elaborou em parceria com a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação, um projeto para aprimoramento do *AgroStat Brasil*.

Em 2010, conjuntamente com a CGTI, implantaremos novas ferramentas para o aprimoramento do AgroStat Brasil.

Outras Atividades

Uma parte considerável das atividades incluídas no programa para 2010 visa continuar a atender a demanda regular por estatísticas e informações de comércio exterior dos agentes envolvidos no agronegócio: órgãos governamentais de diferentes esferas e do próprio Ministério da Agricultura; entidades de produtores e exportadores; universidades e órgãos de pesquisa, imprensa e outros. Ou seja, continuar a desenvolver as ações já realizadas em 2009.

Publicações

“INTERCÂMBIO COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO – Principais Mercados de Destino” - EDIÇÃO 2009, 4º ano de publicação, contém a análise do comércio bilateral do Brasil com os 30 principais mercados de destino das exportações agrícolas. Apresenta também informações gerais e básicas sobre os diferentes mercados, além da possibilidade de expansão das exportações.

Foram produzidas 8.000 cópias da publicação com ampla distribuição para os técnicos do MAPA, representantes do setor público e privado, ligados ao comércio exterior agrícola, exportadores, entidades de classe, instituições acadêmicas e participantes dos eventos promovidos pelo Departamento de Promoção Internacional – AgroEx (Seminário do Agronegócio para Exportação) e pela Secretaria de Comércio Exterior do MDIC (Encomex).

2.4.e.2.3.2. Temas referentes à atividade de organização para exportação

O objetivo desta área de atuação é fomentar a integração contratual das cadeias produtivas visando à inserção internacional do agronegócio brasileiro. Assim busca-se trabalhar com produtores, associações, cooperativas, agroindústrias e exportadores. Nesse sentido foram realizados os Seminários do Agronegócio para Exportação – AgroEx.

O objetivo deste seminário é discutir estratégias para o aumento da inserção do agronegócio brasileiro no mercado internacional, bem como democratizar o acesso às informações referentes aos programas dos órgãos de governo envolvidos com a

atividade exportadora, enfatizando a importância da integração contratual como fonte de competitividade em meio ao contexto de globalização.

O seminário permite aos participantes (produtores e sindicatos rurais, associações, agroindústrias, distribuidores e instituições de apoio) o acesso a informações estratégicas que podem ajudar a melhorar sua competitividade no mercado internacional. As palestras abordam temas como os desafios e oportunidades do agronegócio nacional, a importância da certificação, as indicações geográficas como mecanismo de agregação de valor, linhas de financiamento disponíveis para o setor, o papel dos órgãos de governo no auxílio às estratégias de inserção no mercado externo, aspectos burocráticos do trâmite aduaneiro, ferramentas de busca de informações sobre mercados em potencial, a integração contratual como fonte de economias de escala e escopo e casos de sucesso da região de modo a estimular aqueles que não exportam a direcionar seus esforços para o mercado externo.

Mais especificamente no que tange à integração o objetivo é disseminar a figura jurídica do consórcio regulamentada pelo Decreto nº 3.993 de 30 de outubro de 2001 a partir da Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001. O consórcio constitui um mecanismo associativo alternativo a empresa jurídica e a cooperativa.

Em 2009 foram realizados 10 edições, conforme o quadro abaixo.

Nº	EVENTO	LOCAL	DATA	PARTICIPANTES
1º	21º AgroEx	CEAGESP- São Paulo/SP	31.03.2009	250
2º	22º AgroEx	UFV - Viçosa/MG	27/28.04.2009	1.300
3º	23º AgroEx	FARSUL - Porto Alegre/RS	26.05.2009	80
4º	24º AgroEx	FIERGS – Porto Alegre/RS	27.05.2009	200
5º	25º AgroEx	Tangará da Serra/MT	03.06.2009	170
6º	26º AgroEx	Sinop/MT	04.06.2009	250
7º	27º AgroEx	Campina Grande/PB	23.09.2009	350
8º	28º AgroEx	Altamira/PA	08.10.2009	215
9º	29º AgroEx	Xanxerê/SC	22.10.2009	350
10º	30º AgroEx	Manaus/AM	25/26.11.2009	100
TOTAL				3.265

No ano de 2009, o AgroEx recebeu o “Prêmio de Apoio à Exportação”. A entrega do Prêmio Destaque de Comércio Exterior 2009 – Apoio a Exportação conferido ao AgroEx – Seminário do Agronegócio para Exportação, no 29º Encontro

Nacional de Comercio Exterior – ENAEX, ocorreu em 03 de dezembro de 2009, na Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC.

Ainda como parte desta ação foram realizadas outras atividades com o objetivo de fomento à integração dos elos das cadeias produtivas para acesso a mercados, aproveitando eventos de terceiros.

A seguir, apresenta-se uma lista de atividades complementares para a consecução dos trabalhos desta área.

TÍTULO DO EVENTO	DATA	LOCAL	PROMOTOR
Participar e proferir palestra "Organização para Exportação: As Alternativas do Condomínio Rural e Consórcio de Exportação"	18 - 19/03/9	Estância de São Pedro/SP	VII Congresso de Produção, Comercialização e Consumo de Ovos
Participar de reunião e proferir palestra intitulada "Organização para Exportação: as alternativas do condomínio rural e consorcio de exportação"	07/04/09	São Paulo/SP	União Brasileira de Avicultura
Participar e proferir palestra intitulada "Perspectivas de Exportação de Ovos"	16 - 17/06/09	Bastos/SP	50ª Festa do Ovo
Participar e proferir palestra intitulada "Globalização e estratégias de acesso ao mercado internacional"	26/08/09	Tomé-Açu/PA	10ª Festa Estadual do Cacau

2.4.e.2.3.3 – Temas referentes à promoção do agronegócio no exterior

Dentro desta área de atuação foram realizadas ações no Exterior e no Brasil, conforme detalhado a seguir.

Ações no exterior

A - MISSÃO AOS EMIRADOS ÁRABES – FEIRA GULFOOD 2009

Data: 23 a 26 de fevereiro de 2009

Local: Dubai, Emirados Árabes Unidos

Descrição: A Gulfood é a maior feira de alimentos da região, aconteceu em Dubai entre os dias 23 e 26 de fevereiro 2009. A Gulfood ocorre desde 1987, e é a mais importante feira de alimentos e bebidas do Oriente Médio. Em 2009, em convênio com

a Câmara de Comércio Árabe Brasileira o MAPA contou com um estande institucional de 75 m² na feira com a participação de 12 empresas, dentre elas algumas associações de classe. A participação na Gulfood 2009 contou também com: atendimento ao público sobre o agronegócio brasileiro no estande; degustação de produtos brasileiros tais como café, queijos e balas; reuniões de negócios; recepção de autoridades locais e brasileiras; distribuição de materiais e informativos sobre o agronegócio brasileiro e distribuição de catálogo com o perfil das empresas que formaram a delegação brasileira.

Número de empresas e entidades brasileiras participantes: 12 empresas e algumas entidades de classe. (Itambé; Alliance; Tangará; Tirolez; Paladar; Bauducco; Pacific; Docile; Itamaraty; IBRAF; Amacoco-Kero Coco; Abramilho; Novo Mel; ABEF; ABIEC; gah; Cibal Halal; Exportaminas Center; Aviário Santo Antônio)

Setores representados: lácteos, café, carnes, balas e confeitos. Além das empresas que estavam no estande Brasil estiveram presentes na feira outras 20 empresas brasileiras dos setores de carne bovina, carne de frango e frutas.

B - MISSÃO A INDONÉSIA E HONG KONG – FEIRA HOFEX 2009

Data: 4 a 9 de maio de 2009

Local: Jacarta, Indonésia e Hong Kong

Descrição:

Indonésia

A programação compreendeu, na Indonésia, visitas técnicas a centros de distribuição, grandes atacadistas e redes varejistas e reuniões com os responsáveis pelo setor de compras desses estabelecimentos bem como seminários técnicos sobre as características e particularidades do mercado local. Incluiu, também, coletiva de imprensa com o Diretor de Promoção Internacional do Agronegócio e o Ministro-Conselheiro da Embaixada do Brasil em Jacarta, além dos representantes brasileiros dos setores de carne bovina e de frango, com a presença de mais de 20 jornalistas de diferentes mídias. Os empresários participaram também de uma rodada de negócios, onde as empresas e entidades participantes tiveram mais de 50 encontros comerciais, com cerca de 30 empresas locais, encontros estes considerados promissores pelos representantes brasileiros.

Número de empresas e entidades brasileiras participantes: 8 (ABEF, Cooperfrigo, Seara, Frigol, Bertin, Brasimex, Big Frango e Itambé/Serlac).

Setores representados: carnes (bovina e aves) e lácteos.

Hong Kong

Em Hong Kong ocorreu uma visita a feira HOFEX, um dos mais importantes eventos internacionais da região para o setor de alimentos e bebidas. Os empresários tiveram reuniões com:os organizadores da feira, para negociar a possibilidade de participação brasileira em pavilhão institucional e multi-setorial na próxima edição da feira, em 2011; reuniram-se também com a Gerente de Vendas do Departamento de Exposições do Hong Kong Trade Development Council (HKTDC), Sra. Josephine Lam, para tratar da possibilidade de o Brasil participar em duas feiras comerciais organizadas pelo HKTDC ainda em 2009, e também tiveram reunião com o Sr. Henry Wong, Diretor e Gerente Geral da empresa Vera International Frozen Foods Ltd., importadora de carnes, que trabalha com produtos brasileiros, com o objetivo de estabelecer contato para ações de promoção comercial futuras.

Número de empresas e entidades brasileiras participantes: 4 (Ibravin, Cooperfrigu, Brasimex e Itambé/Serlac).

Setores representados: carne, vinho e lácteos.

C - AFRICA BIG SEVEN EXPO 2009

Data: 19 a 21 de julho de 2009

Local: Joanesburgo - África do Sul

Descrição: A Missão Comercial à África do Sul teve como foco a participação de vinte empresas, além de duas entidades representativas, na Feira de Alimentos SAITEX, feira que ocorreu em conjunto com a Africa's Big Seven Expo: uma combinação de sete feiras conjuntas: IFMA, BIZ-FOOD, AGRIFOOD, FOODTECH AFRICA, RETAIL TRADE, RETAIL SOLUTIONS, INTERBAKE AFRICA . O MAPA foi responsável pela locação de um estande institucional de 216m² que abrigou empresas de vários setores. A participação na feira contou com Estande Brasil, especialmente projetado e decorado para as empresas expositoras; atendimento ao público sobre o agronegócio brasileiro no estande; degustação de produtos brasileiros tais como sucos, queijos e balas; reuniões de negócios; recepção de autoridades locais e brasileiras; distribuição de materiais e informativos sobre o agronegócio brasileiro e distribuição de catálogo com o perfil das empresas que compõem a delegação brasileira. A programação foi elaborada de acordo com os interesses manifestados pelos empresários e compreendeu, além de participação na feira, uma reunião de abertura com seminários técnicos sobre o mercado local e vista técnica a supermercado.

Número de empresas e entidades brasileiras participantes: 22 empresas e entidades de classe. (SERLAC, ABEF, Tirolez, ABIPECS, Vertical, Alliance, Extremo Sul, Perdigão, Riclan, Schreiber, Federarroz, Bigfrango, Bioclone, Pacific, SLC alimentos, Mococa, Velho Barreiro, União, Nelson Wendt e Cia., Cargil, Latinex e Emit do Brasil.

Setores representados: lácteos, café, carnes, cachaça, biscoitos, álcool, balas e confeitos.

D - PROGRAMA DE INSERÇÃO DE COOPERATIVAS BRASILEIRAS EM MERCADOS ESTRATÉGICOS – EDIÇÃO CHINA

Data: 27 de julho a 7 de agosto de 2009

Local: China e Hong Kong

Descrição: Missão prospectiva comercial abrangendo seminário sobre o mercado local, rodadas de negócios e visitas técnicas. Locais: Pequim, Tianjin, Langfang e Hong Kong.

Pequim

Reunião informativa sobre o mercado local; Reunião na COFCO; Visita técnica ao supermercado Carrefour Shuangjing; Visita técnica da representante da COOPERALFA à farmácia tradicional Egui Yangxue Tangjiang; Reuniões do representante da AMPA com a China Cotton Textile Association (CCTA – Associação Têxtil de Algodão da China) e China Cotton Association (Associação Chinesa do Algodão); Rodada de negócios.

Langfang

Visita técnica à planta de laticínios Yili, em Langfang, Hebei.

Tianjin

Visita técnica à empresa DaChan Wanda (Tianjin) Co., Ltd. VMS Sisters` Kitchen (planta de processamento de carne de frango); Visita técnica à empresa Dachan Wanda (Tianjin) Co., Ltd. (planta de produção de ração); Visita técnica ao supermercado Huarun.

Hong Kong

-Rodada de negócios; Visita técnica ao supermercado GREAT Food Hall; Visita técnica ao supermercado Taste; Visita técnica da representante da COOPERALFA ao Instituto de Medicina Chinesa; Reunião no Hong Kong Trade Development Council (HKTDC); Reunião das cooperativas de carnes com a Gerente Comercial do Departamento

Comercial de Carnes do A. S. Watson Group; Reunião das demais cooperativas com a Gerente Comercial do Departamento Comercial de Produtos Internacionais do A. S. Watson Group; Reunião de fechamento no Consulado-Geral do Brasil.

Número de cooperativas e entidades brasileiras participantes: 14 (ABCS – Associação Brasileira dos Criadores de Suínos; ACA – Associação dos Cafeicultores da Região de Araguari; AMPA – Associação Brasileira dos Produtores de Algodão; Cooperativa Agroindustrial LAR; AURORA – Cooperativa Central Oeste Catarinense; CEMIL – Cooperativa Central Mineira de Laticínios Ltda.; COCAPEC – Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas; COOPERALFA – Cooperativa Regional Alfa; Cooperativa de Laticínios SELITA; COOPROESTE – Cooperativa Agropecuária do Oeste da Bahia; COROL Cooperativa Agroindustrial; C.Vale Cooperativa Agroindustrial; EXPOCACER – Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado Ltda.; OCEPAR – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná.

Setores representados: carnes (suínos e aves), café, soja, outros grãos, suco de laranja, lácteos, algodão e plantas medicinais.

E - MISSÃO A RÚSSIA – FEIRA WORLD FOOD MOSCOW 2009

Data: 15 a 18 de setembro de 2009

Local: Moscou, Rússia

Descrição: 18ª Edição Anual - Feira Internacional de Alimentos e Bebidas. Uma das feiras mais importantes do mundo, com 13 setores diferenciados, destacando-se WORLDSWEETS, WORLDMEAT; WORLDFRUIT e WORLDSEAFOOD. O Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio – DPI/SRI em parceria com o Ministério das Relações Exteriores e APEX, promoveu e coordenou Missão Comercial à Rússia, que teve como foco a participação de 14 empresas brasileiras na feira de alimentos World Food Moscow. Além da participação na feira, o MAPA realizou outras atividades tais como: uma reunião informativa sobre o mercado local, uma visita técnica a um supermercado o que possibilitou verificação dos preços praticados localmente e os da concorrência. Esses dados foram importantes para as negociações que aconteceram posteriormente. Foi realizada também uma rodada de negócios com importadores russos, seguida por almoço brasileiro oferecido pelo MAPA em parceria com a ABIEC. Na feira, foi montado um estande de 190m2, onde foram disponibilizados espaços para empresas exportadoras brasileiras de carnes, lácteos, balas, biscoitos, especiarias, frutas e grãos. As empresas tiveram direito a um espaço

individualizado, além da área de uso comum, bem como à participação no catálogo de empresas brasileiras na feira e ao apoio das recepcionistas contratadas.

Número entidades brasileiras participantes: 14. ABEF, Latinex, Midsummer, Emit do Brasil, Seara, Big Frango, ABRANGE, Itamaraty, Mococa, Ruelle, Selmi, Riclan, Pif Paf e Bauducco.

Setores representados: carne de aves, café, soja, outros grãos, lácteos, balas e confeitos, açúcar, arroz, frutas, especiarias, massas.

F – MISSÃO AO VIETNÃ – FEIRA FOOD AND HOTEL VIETNAM -FHV 2009

Data: 1 a 3 de outubro de 2009

Local: Ho Chi Minh , Vietnã

Descrição: 5º edição - Feira Internacional de Alimentos, Bebidas, Hotelaria, Tecnologias e Serviços Relacionados. É um terreno profissional de redes comerciais sem igual, no Vietnã para a indústria da hospitalidade e dos alimentos. Foram realizadas as seguintes ações: Reunião informativa sobre o mercado local. Palestra do Embaixador do Brasil em Hanói, João de Mendonça Lima Neto, com informações gerais sobre o Vietnã; Seminário sobre o agronegócio brasileiro, realizado na Câmara de Comércio e Indústria do Vietnã em Ho Chi Minh. Apresentação feita pelo Diretor do Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio (DPI), Eduardo Sampaio Marques, contando com a presença de mais de 50 empresários e jornalistas locais. O seminário foi seguido de entrevista com o Diretor do DPI e com o Secretário de Produção e Agroenergia do MAPA, Manoel Bertone; Almoço de business networking com todos os participantes do seminário no restaurante Au Lac do Brasil.; Reunião com o Sr. Lam Minh Huy, Diretor Geral do grupo Citimart, maior rede privada de supermercados e lojas de departamento do Vietnã.; Visita técnica a uma loja da rede de supermercados CoopMart, de propriedade estatal. Essa visita possibilitou verificação dos preços praticados localmente, concorrentes internacionais e locais, dados importantes para as negociações que aconteceram durante a feira Food & Hotel Vietnam, além de observação da forma de apresentação de produtos ao consumidor final no varejo.; Visita técnica a uma loja da rede de supermercados do grupo coreano Lotte. Essa visita possibilitou verificação dos preços praticados localmente, da apresentação dos produtos ao consumidor final e da concorrência; Participação em estande do Brasil na feira Food & Hotel Vietnam 2009, com espaços individualizados para cada expositor.

Número de entidades e empresas brasileiras participantes: 6 (ABIPECS – Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína; Sadia; Pif Paf; Tirolez; ABRAFRIGO – Associação Brasileira de Frigoríficos; e Cooperfrigu – Cooperativa dos Produtores de Carne e Derivados de Gurupi).

Setores representados: carnes (suína e bovina) e lácteos (queijos).

G – SALÃO INTERNACIONAL DO CHOCOLATE DE PARIS - PROFISSIONAL

Data: 14 a 16 de outubro de 2009;

Local: Paris Expo – Porte de Versalhes – Paris – França;

Descrição: O MAPA participou com aporte de recursos por meio de convênio com a Associação dos Produtores de Cacau – APC. O objetivo da ação foi a promoção do cacau brasileiro, e mais especificamente o baiano, no mercado internacional. Trabalhou-se a divulgação do cacau fino brasileiro, com padrão de qualidade superior, de produção sustentável (o chamado sistema Cabruca), de modo a contatar pequenas e médias indústrias de chocolate. O estande brasileiro foi um dos mais visitados e contou com o apoio do MAPA/SRI, representado por Jay Wallace da Silva e Mota, Presidente da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac).

Entidades e empresas brasileiras participantes: Associação dos Produtores de Cacau (APC), Instituto Cabruca, Governo do Estado da Bahia e Ceplac.

H - MISSÃO A ARÁBIA SAUDITA – FEIRA SAUDI AGRO-FOOD 2009 - SEMINÁRIO DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Data: 1 a 4 de novembro de 2009

Local: Riad, Arábia Saudita

Descrição: 16ª edição - Feira Internacional de Alimentos. A missão teve como foco a participação na feira Saudi Agro-Food, onde tivemos um estande institucional do Brasil que serviu como ponto de apoio à delegação e de referência aos visitantes. O estande Brasil contou com 144m², com espaços individualizados para 16 empresas. Além disso, os participantes fizeram algumas visitas técnicas a centros de distribuição, grandes atacadistas e redes varejistas. O MAPA também organizou uma Ação para Atração de Investimentos para o Agronegócio brasileiro, que se deu em Riade, capital da Arábia Saudita, no período de 1º a 3 de novembro de 2009. Esta foi uma iniciativa do Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio – DPI/SRI, com a parceria

do Ministério das Relações Exteriores e da Câmara de Comércio Árabe Brasileira - CCAB, com vistas a apresentar o país em uma região onde ainda ele é pouco conhecido, visando atrair investimentos (especialmente aporte de capital) para o agronegócio e, portanto, fortalecendo a atividade e integrando cada vez o Brasil.

Número de entidades e empresas brasileiras participantes: 16 empresas (DXB; MOCOCA; TRADEAGRO; Tirolez ;BR FOODS; Emit ;MINERVA ;Itambé / SERLAC; Alliance; APIDOURO; COOPERFRIGU / ABRAFRIGO; Germiterra; Bauducco; ABICAB; RICLAN S.A ;Florestal ;DORI) além do MAPA e CCAB.

Setores representados: carnes, e lácteos (queijos), balas e confeitos, alimentos industrializados; café, soja, arroz, açúcar, milho, sementes.

I - MISSÃO À CHINA – FEIRA FOOD AND HOTEL CHINA – FHC CHINA 2009

Data: 18 a 20 de novembro de 2009

Local: Xangai e Pequim, China

Descrição: 13ª edição. Feira internacional profissional de alimentos, bebidas, varejo, equipamentos, insumos e serviços para a indústria de hotelaria. A maior feira internacional profissional de China onde participam importadores e distribuidores de mais de 90 países.

Xangai

Reunião informativa sobre o mercado local. Conversa com o Diretor do Escritório de Representação do Banco do Brasil, com informações gerais sobre a China e ferramentas específicas oferecidas pelo banco no processo de exportação.;Visita à empresa Shanghai Waigaoqiao Modern Service Trade Development Co.Ltd. e ao China International Commodity Center, ambos na zona franca portuária, possibilitando aos participantes conhecer os serviços oferecidos por essas duas entidades, que incluem showroom e armazenagem de pequenas quantidades de produtos, com a possibilidade de retirá-los temporariamente para exposição e demonstrações em outros países, sem a necessidade de internalização e conseqüente pagamento de impostos de importação.;Visita técnica a uma loja da rede de supermercados Carrefour. Essa visita possibilitou verificação dos preços praticados localmente, concorrentes internacionais e locais, dados importantes para as negociações que aconteceram durante a feira Food & Hotel China, além de observação da forma de apresentação de produtos ao consumidor final no varejo; Visita técnica a uma loja da rede de supermercados do grupo Metro. Essa visita possibilitou verificação dos preços praticados localmente, da

apresentação dos produtos ao consumidor final e da concorrência; Participação em estande do Brasil na feira Food & Hotel China 2009, com espaços individualizados para cada expositor e área comum de recepção e degustação.

Pequim

Visita ao Escritório de Representação em Pequim da Apex-Brasil. Conversa com o Diretor do escritório, com informações sobre serviços oferecidos aos exportadores brasileiros; Visita técnica a uma loja da rede de supermercados do grupo BHG. Essa visita possibilitou verificação dos preços praticados localmente, da apresentação dos produtos ao consumidor final e da concorrência.

Número de entidades e empresas brasileiras participantes: 8 (Escritório de Representação em Pequim da Apex-Brasil – Agência de Promoção de Exportações e Investimentos do Brasil; APC – Associação dos Produtores de Cacau; Bauducco; Novo Mel; Banana Purê/N&N Comércio de Alimentos Ltda.; DSM Trading; Pastifício Selmi; Ypioca).

Setores representados: massas, bolos, biscoitos, mel, própolis e geléia real, cacau/chocolate, carne de cavalo, sucos, café e banana processada.

Ações no Brasil

A - PROGRAMA DE IMERSÃO AO AGRONEGÓCIO

Data: 6 A 17 DE JULHO DE 2009

Local: Brasília/DF, Uberlândia/MG, Monte Alegre/MG, Araguari/MG, Patrocínio/MG, Uberlândia/MG, Petrolina/PE, Juazeiro/BA, São Paulo/SP, Campinas/SP, Araras/SP, Curitiba/PR, Paranaguá/PR, Ponta Grossa/PR, Castro/PR, Carambeí/PR

Descrição: A Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio-SRI/MAPA, em parceria com o Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores-MRE e com o apoio da Força Aérea Brasileira, realizou o Programa de Imersão no Agronegócio, destinado a diplomatas brasileiros lotados em postos estratégicos no exterior. O objetivo dessa iniciativa é aprofundar o conhecimento desses agentes no que respeita às características do agronegócio brasileiro. Desta forma, as questões envolvendo produtos do agronegócio, tramitadas por aqueles postos, poderão ter encaminhamento mais efetivo e ágil, contribuindo para a resolução de entraves ao comércio exterior. A agenda contemplou atividades no período de 6 a 17 de julho, incluindo ciclo de palestras informativas em Brasília e visita a diversas regiões do país, onde a comitiva, formada por representantes de 23 postos brasileiros no exterior,

teve a oportunidade de verificar, in loco, os procedimentos que garantem a excelência dos produtos brasileiros. A saber, pelos depoimentos espontâneos e pesquisa de satisfação realizada ao final do roteiro, o programa atingiu seu objetivo principal de municiar os diplomatas com informações que possibilitem maior envolvimento e efetividade na condução dos assuntos referentes aos interesses do agronegócio brasileiro no exterior. Os diplomatas tomaram conhecimento, também, dos tratamentos realizados nos vários produtos do agronegócio brasileiro e das medidas tomadas pelos produtores e pelo governo para garantir a qualidade e sanidade do produto exportado.

Número de participantes: representantes de 23 postos brasileiros no exterior.

Embaixadas representadas: Arábia Saudita- Riade; Emirados Árabes - Abu Dhabi; Índia- Nova Delhi; Irã -Teerã; França- Paris; Inglaterra- Londres; México; EUA- Washington; Suíça – Berna; África do Sul- Pretória; Espanha- Madri; Japão – Tóquio; China – Pequim; Rússia – Moscou; Alemanha – Berlim; Noruega –Oslo; Itália – Roma; BRASEUROPADAOC II/ ;Brasemb Seul- Coréia do Sul; Malásia - Kuala Lumpur; Ucrânia; Consbras; Hong Kong;Canadá -Brasemb Ottawa; DPB/MRE

B - VISITA A CENTRO DE MELHORAMENTO GENÉTICO DE BOVINOS

Data: 29 de outubro de 2009

Local: Uberaba, MG- Brasil

Descrição: Embaixadores de 25 países conheceram pessoalmente, em Uberaba/MG, a excelência da genética brasileira para produção de carne e leite de bovinos nos trópicos. A visita das autoridades estrangeiras foi organizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em parceria com a ABCZ (Associação Brasileira dos Criadores de Zebu), ABCGIL (Associação Brasileira dos Criadores de Gir Leiteiro), GIROLANDO (Associação Brasileira dos Criadores de Girolando) e ASBIA (Associação Brasileira de Inseminação Artificial). O objetivo da visita foi divulgar o potencial das raças zebuínas em geral e seus cruzamentos, com ênfase nas raças leiteiras.

Número de participantes: 27 representantes dos seguintes países: África do Sul, Arábia Saudita, Catar, Coréia do Sul, Egito, Filipinas, Guatemala, Honduras, Índia, Indonésia, Líbano, México, Namíbia, Nicarágua, Nova Zelândia, Panamá, Paraguai, Peru, Quênia, República Dominicana, Rússia, Senegal, Sudão, Uruguai e Vietnã. Além dos estrangeiros, acompanham a comitiva o assessor especial do Ministro da Agricultura Newton Pohl Ribas, o Secretário de Relações Internacionais Célio Porto.

C - 37ª REUNIÃO INTERNACIONAL DA COMUNIDADE INTERNACIONAL DA PIMENTA.

Data: 29 de novembro a 4 de dezembro de 2009

Local: Belém, Pará - Brasil

Descrição: A reunião da Comunidade Internacional da Pimenta tem a função de promover, coordenar e harmonizar todas as atividades relacionadas com a economia da pimenta-do-reino. A reunião agregou outros eventos paralelos que interagem com a cadeia da pimenta-do-reino. Dentre esses eventos, destaca-se uma “Rodada de Negócios” coordenada por esta SRI, em conjunto com o SEBRAE local.

Setor representado: Pimenta

Participantes: A Comunidade Internacional da Pimenta é formada por 6 países: Brasil, Índia, Indonésia, Malásia, Sirilanka e Vietnã. Além de representantes dos países citados, participaram também empresas do ramo de especiarias, cooperativas e órgãos governamentais.

D - 18ª REUNIÃO DO COMITÊ DO CODEX ALIMENTARIUS SOBRE RESÍDUOS DE MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS EM ALIMENTOS (CCRVDF)

Data: 11 a 15 de maio de 2009.

Local: Natal - RN

Descrição: O *Codex Alimentarius* é o fórum internacional de normalização de alimentos estabelecido pela Organização das Nações Unidas através da FAO (Food and Agriculture Organization) e OMS (Organização Mundial de Saúde), criado em 1963, com a finalidade de proteger a saúde dos consumidores e assegurar práticas equitativas no comércio regional e internacional de alimentos.

A 18ª Sessão do Comitê do Codex sobre Resíduos de Medicamentos Veterinários em Alimentos (CCRVDF) foi realizada conjuntamente pelos governos do Brasil e dos Estados Unidos. A SRI coordenou as atividades de preparação do evento e supervisionou sua montagem.

Estiveram presentes 181 delegados de 53 países e uma organização membro, além de observadores de 03 organizações internacionais e FAO e OMS.

Em virtude do envolvimento comercial brasileiro com temas agropecuários, a realização do CCRVDF no Brasil permitiu reforçar aos países membros do *Codex Alimentarius*, o comprometimento do MAPA com o atendimento das referências internacionais, assim como demonstrar o compromisso do País em ocupar posição de

destaque na definição dos padrões internacionais relacionados com qualidade e inocuidade de alimentos.

- Grupo de Trabalho do CODEX sobre Salmonella na carne de frango, em Foz do Iguaçu/PR

No período de 08 a 11 de setembro de 2009, em Foz do Iguaçu, realizou-se a reunião do Grupo de Trabalho sobre diretrizes para o controle de *Campylobacter* e *Salmonella* spp em carne de frango. O evento contou com reuniões técnicas e visita ao abatedouro COPAGRIL. Esse grupo foi estabelecido no Comitê do Codex sobre Higiene dos Alimentos e o tema tratado é de grande interesse para o agronegócio brasileiro.

Estiveram presentes cerca de 60 delegados de diversos países e de 7 organizações internacionais para a confecção de um documento com normas gerais para o controle de bactérias na produção de frango. O Brasil atingiu seus objetivos, tendo posição favorável nos pontos que defendia.

OUTRAS ATIVIDADES

ORGANIZAÇÃO DE PROGRAMA E PALESTRAS PARA VISITA AO MAPA

1. Para Professores e alunos da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ e da The Ohio State University/EUA, em 02/02/2009. O grupo, composto por vinte e dois integrantes com atuação em áreas voltadas à agropecuária, assistiu palestras sobre a atuação de cada secretaria e dos principais projetos e atividades do Ministério.

2. Para uma Missão Francesa, evento realizado em 20/03/2009. A delegação foi chefiada pelo engenheiro agrônomo Patrick Rebière, composta por 35 empresários da área de grãos, representando a empresa Anjou Maine Céréales. Foram ministradas palestras por 02 Secretarias do MAPA: SRI – “Panorama do Agronegócio no Brasil” e SPAE – “Panorama do Biocombustível no Brasil”.

3. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE

(Item 3 da Parte a do Anexo II da DN TCU nº 100, de 07.10.2009)

3.1. COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

3.1. COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Quadro 3.1.1: Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31.12.2009

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	56	56	Σ
Próprios	48	48	
Requisitados	8	8	
Celetistas	5	5	
Cargos de livre provimento	37	37	Σ
Estatutários	37	37	
Não Estatutários	0	0	
Terceirizados	6	6	
Total	104	104	

3.1. COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS - Continuação

Quadro 3.1.2: Composição e Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO								
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas em R\$	Retribuições em R\$	Gratificações Em R\$	Adicionais em R\$	Indenizações em R\$		
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	47	2.389.570,70	464.234,99	1.428.688,57	4.953,75			
2008	49	2.844.814,45	557.853,68	1.984.528,92		144.616,80		
2009	52	3.153.166,11	670.445,94	1.819.848,72		126.294,13		
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	0							
2008	0							
2009	5	229.165,94	271.287,68			14.667,92		
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)								
2007	10		312.714,03			262.554,17		
2008	18		694.720,01			25.138,01		
2009	12		528.679,45	25.813,00		21.934,91		
Requisitados com ônus para a UJ								
2007	1		156.738,66					
2008	1		152.121,59					
2009	1		175.927,46					
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	8		139.464,33					
2008	7		146.833,75					
2009	7		158.640,54					
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007			6	233.901,24			3	18.720,00
2008			6	247.934,64			3	11.112,00
2009			6	266.367,42			4	19.500,00

3.2. INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

3.2. INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Quadro 3.2.1: Demonstrativo dos Contratos de Terceirização de Área-fim no Exercício de 2009.

Não se aplica a essa UJ.

3.3. INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS INSTITUÍDOS PELA UNIDADE

3.3. INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS INSTITUÍDOS PELA UNIDADE

Essa UJ não dispõe de indicadores gerenciais sobre recursos humanos.

3.4. ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A SITUAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

3.4. ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A SITUAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

A Secretaria não dispõe de indicadores gerenciais sobre recursos humanos. Todas as questões relativas a esse assunto são tratadas pela Coordenação Geral de Recursos Humanos – CGRH do Mapa. Dessa forma, esse item não será comentado pela SRI.

4. INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

(Item 4 da Parte A do Anexo II da DN TCU Nº 100, de 07.10.2009)

4. INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

No exercício de 2009, não teve reconhecimento de passivos (valores lançados na Conta Contábil 2.1.2.1.1.11.00 – Por insuficiência de créditos / recursos do SIAFI).

5. INFORMAÇÃO SOBRE INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

(Item 5 da Parte A do Anexo II da DN TCU Nº 100, de 07.10.2009)

5. INFORMAÇÃO SOBRE INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro 5.1: Pagamentos de Restos a Pagar – Exercício de 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	923,19	923,19	0	0
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	130.731,77	0	736,64	0
2008	736,64	0	0	0

Observações:

a) A evolução da estratégia de pagamento de RP adotada pela UJ

- A SRI não possui uma estratégia de pagamentos dos RP, pois não é uma prática usual desta UJ

b) Os impactos porventura existentes na gestão financeira da UJ no exercício de 2009, decorrentes do pagamento de RP neste exercício

- Não houve impacto no exercício de 2009 decorrente do pagamento de RP, pois o valor pago foi de R\$ 736,64;

c) As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados há mais de um exercício financeiro

- Não se aplica.

d) A existência, se houver, de registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores a 2008 sem que sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto

- Não existe registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores a 2008, sem o devido pagamento;

e) Os eventos negativos e/ou positivos que prejudicaram e/ou facilitaram a gestão de RP

- Não houve eventos negativos e/ou positivos na gestão de RP da SRI, pois no exercício de 2008 e 2009 houve uma única inscrição de RP.

**6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS
MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO
DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS
CONGÊNERES, BEM COMO A TÍTULO DE
SUBVENÇÃO, AUXÍLIOS OU CONTRIBUIÇÃO**

(Item 6 da Parte A do Anexo II da DN TCU Nº 100, de 07.10.2009)

6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES, BEM COMO A TÍTULO DE SUBVENÇÃO, AUXÍLIOS OU CONTRIBUIÇÃO

Quadro 6.1: Detalhamento de Transferências

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente(s)									
UG / CNPJ		Denominação							
130020		SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO AGRONEGÓCIO							
Tipo	Identificação	Convenente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
1	647986	62.659.784/0001-11	259.900,87	95.634,00	164.266,87	164.266,87	Jan/ 2009	mar/ 2009	0
1	706102/09	04.867.340/0001-75	161.328,00	32.300,00	129.028,00	129.028,00	Mar/ 2009	Dez/ 2009	0
1	728963/09	62.659.784/0001-11	225.995,17	95.263,40	0,00	0,00	Dez/ 2009	Abr/ 2009	0

a) Medidas adotadas para sanear as transferências em situação do tipo 2 – inadimplentes.

A SRI não tem transferências em situação de tipo 2 – inadimplentes.

b) Situação de transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no art. 35, do Decreto 93.872/86 e do art. 12, § 1º do Decreto 6.751/2009, com a redação dada pelo Decreto 6.993/2009, ou legislação que o altere.

Todas as transferências efetuadas no exercício de 2009 pela SRI levaram em conta o disposto no artigo 35, do Decreto 93.872/86 e no art. 12, §1º, do Decreto 6.752/2009, com redação dada pelo Decreto 6.752/2009 e suas alterações.

O valor da contrapartida do Convênio 728963/09 foi inscrito em restos a pagar uma vez que o mesmo foi enquadrado no § 1º do artigo 12 do Decreto 6.752/2009 e suas alterações.

c) Considerações gerais:

Em relação ao convênio com a Câmara de Comércio Árabe Brasileira - CCAB cabe registrar que esta entidade é uma organização reconhecida, nacional e internacionalmente, pelas atividades que desenvolve nos países árabes, entre elas, a de promoção comercial. A CCAB possuía espaço já reservado na feira para a montagem de estande com empresas brasileiras e propôs ao MAPA a celebração de convênio para a organização conjunta da participação brasileira na Feira Gulfood. Neste contexto, cabe destacar que a celebração do convênio gerou economia de recursos uma vez que a ação realizada em parceria com a CCAB – houve aporte de recursos dos dois lados – estava inicialmente prevista para ser realizada exclusivamente com recursos do MAPA.

O convênio firmado com a Associação dos Produtores de Cacau-APC teve por objetivo a conjugação de esforço entre o Ministério e a Associação, a fim de promover a visibilidade do chocolate brasileiro no exterior, ampliando as oportunidades de negócio com o mercado externo e contou com recursos das duas instituições. A Associação dos Produtores de Cacau é uma entidade sem fins lucrativos, com sede na cidade de Ilhéus, no estado da Bahia e participa da Câmara Setorial do Cacau e desenvolve atualmente um projeto de Indicação de Procedência para o Cacau da Bahia. A APC tem como missão “articular os diversos segmentos da cacauicultura visando a melhoria das condições econômicas e sócio-ambientais ligados a produção de cacau e derivados.

Por último, sugere-se que as informações contidas neste item devem ser lidas em conjunto com as informações contidas no item 2.3.a (Relação dos programas e suas principais ações).

**7. INFORMAÇÕES SOBRE AS ENTIDADES FECHADAS
DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
PATROCINADAS**

(Item 7 da Parte A do Anexo II da DN TCU Nº 100, de 07.10.2009)

7. INFORMAÇÕES SOBRE AS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADAS

Não se aplica.

**8. DEMONSTRATIVO DE FLUXO FINANCEIRO DE
PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM
RECURSOS EXTERNOS, OCORRIDOS NO ANO E
ACUMULADOS ATÉ O PERÍODO EM EXAME**

(Item 8 da Parte A do Anexo II da DN TCU Nº 100, de 07.10.2009)

8. DEMONSTRATIVO DE FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS, OCORRIDOS NO ANO E ACUMULADOS ATÉ O PERÍODO EM EXAME

Não se aplica. A SRI não teve no exercício de 2009, projetos ou programas financiados com recursos externos.

9. INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

(Item 9 da Parte A do Anexo II da DN TCU Nº 100, de 07.10.2009)

9. INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Não se aplica, uma vez que, no exercício de 2009 a UJ não teve renúncia tributária.

**10. INFORMAÇÕES SOBRE PROVIDÊNCIAS PARA
DAR CUMPRIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES E
RECOMENDAÇÕES DO TCU EXPEDIDAS NO
EXERCÍCIO OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O CASO
DE NÃO CUMPRIMENTO**

(Item 11 da Parte A do Anexo II da DN TCU Nº 100, de 07.10.2009)

10. INFORMAÇÕES SOBRE PROVIDÊNCIAS PARA DAR CUMPRIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU EXPEDIDAS NO EXERCÍCIO OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O CASO DE NÃO CUMPRIMENTO

Não se aplica. Não houve, no exercício de 2009, ocorrência de determinação ou recomendação do TCU.

**11. INFORMAÇÃO QUANTO AO EFETIVO
ENCAMINHAMENTO AO ÓRGÃO DE CONTROLE
INTERNO DOS DADOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS
AOS ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO, BEM
COMO AOS ATOS DE CONCESSÃO DE
APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO, EXIGÍVEIS
NO EXERCÍCIO A QUE SE REFERE O RELATÓRIO DE
GESTÃO, NOS TERMOS DO ART. 7º DA IN/TCU Nº
55/2007**

(Item 11 da Parte A do Anexo II da DN TCU Nº 100, de 07.10.2009)

11. INFORMAÇÃO QUANTO AO EFETIVO ENCAMINHAMENTO AO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO DOS DADOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS AOS ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO, BEM COMO AOS ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO, EXIGÍVEIS NO EXERCÍCIO A QUE SE REFERE O RELATÓRIO DE GESTÃO, NOS TERMOS DO ART. 7º DA IN/TCU Nº 55/2007

Não se aplica.

**12. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL
ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES
A CONTRATOS, BEM COMO SOBRE CONVÊNIOS,
CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA
FIRMADOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS,
RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE
ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS – SIASG E
NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS,
CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA
– SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA
LEI Nº 11.768, DE 14 DE AGOSTO DE 2008.**

(Item 12 da Parte A do Anexo II da DN TCU Nº 100, de 07.10.2009)



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Relações Internacionais do Agonegócio
Gabinete do Secretário



Brasília, 29 de março de 2010.

DECLARAÇÃO

Declaro, em cumprimento ao disposto no Artigo 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, que as informações referentes a convênios, contratos de repasse e termos de parcerias firmados por esta UJ estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV.


CÉLIO PORTO
Secretário

**12. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS,
PELOS RESPONSÁVEIS, RELEVANTES PARA
DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O
DESEMPENHO DA GESTÃO**

(Item 13 da Parte A do Anexo II da DN TCU Nº 100, de 07.10.2009)

13. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS, PELOS RESPONSÁVEIS, RELEVANTES PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO

Tendo em vista todas as informações já prestadas nos itens precedentes já comentados, os responsáveis pela UJ entendem que não há mais informações a serem acrescentadas.

B. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

(Item 1 da parte B do Anexo II da DN Nº 100, DE 07.10.2009)

DECLARAÇÃO DO CONTADOR**DECLARAÇÃO PLENA**

Denominação completa (U.J.):		Código da U.G.:	
SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERN. DO AGRONEGOCIO – SRI/DF		130020	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balancos Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2009
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC n.	006624/T-8 GO